

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

GABRIEL GARCIA

A política externa dos Estados Unidos de Barack Obama a Donald Trump
(2013/2020) na revista *Foreign Affairs*: Uma análise por meio da Teoria Crítica

São Paulo

2022

GABRIEL GARCIA

A política externa dos Estados Unidos de Barack Obama a Donald Trump
(2013/2020) na revista *Foreign Affairs*: Uma análise por meio da Teoria Crítica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Estudos sobre os Estados Unidos”.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Soreanu Pecequilo

São Paulo

2022

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Garcia, Gabriel.

G216 A política externa dos Estados Unidos de Barack Obama a Donald Trump (2013/2020) na revista *Foreign Affairs* : uma análise por meio da Teoria Crítica / Gabriel Garcia. – São Paulo, 2022.

128 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Cristina Soreanu Pecequilo.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2022.

1. Estados Unidos – Relações exteriores – Séc. XXI. 2. Foreign Affairs (Revista). 3. Relações internacionais – Periódicos. 4. Bourdieu, Pierre, 1930-2002. I. Título.

CDD 327.7300905

GABRIEL GARCIA

A política externa dos Estados Unidos de Barack Obama a Donald Trump
(2013/2020) na revista *Foreign Affairs*: Uma análise por meio da Teoria Crítica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Estudos sobre os Estados Unidos”.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Soreanu Pecequilo.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cristina Soreanu Pecequilo (Universidade Federal de São Paulo)

Profa. Dra. Regiane Nitsch Bressan (Universidade Federal de São Paulo)

Prof.^a Dr.^a Tatiana Teixeira (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

São Paulo, 16 de Agosto de 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à FAPESP pelo apoio financeiro concedido: processo nº 2020/08786-7, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

A seguinte dissertação foi realizada na pandemia do Coronavírus, e o desafio tornou-se ainda maior nestas condições. Apesar de todas as dificuldades em meio a tanto caos, foi intenso e um grande prazer realizar esta dissertação. A imersão neste trabalho tão recompensador e em um momento tão delicado não teria sido possível sem o apoio de tantas pessoas que se fizeram presentes.

Agradeço a minha orientadora Cristina Soreanu Pecequilo pela presença em minha trajetória no mestrado como um todo, desde as disciplinas até a confecção da dissertação. Ao longo desta escrita a sua presença foi fundamental, em que as críticas, questionamentos e sugestões me impulsionaram nesse processo. Também agradeço aos professores do programa San Tiago Dantas que tornaram este mestrado enriquecedor.

Agradeço agora aqueles que formam parte de minha vida para além da universidade e que me formaram como pessoa, aos meus pais que sempre me apoiaram, aos meus amigos do coração e a minha namorada Valéria com a qual iniciei uma trajetória que espero ser longa.

Muito obrigado, Richard [Haass], estou muito feliz por estar aqui nesta nova sede. Eu tenho ido muitas vezes, à sede em Nova York, mas é bom ter um posto avançado do Conselho bem aqui na rua do Departamento de Estado em Washington. Recebemos muitos conselhos do Conselho, então isso significa que não terei que ir tão longe para saber o que devemos fazer e como devemos pensar sobre o futuro.

-Hillary Clinton em seu discurso de inauguração da sede do *Council on Foreign Relations* em Washington (2009, online, tradução nossa)

A maior ameaça à segurança e prosperidade dos Estados Unidos não vem de fora, mas de dentro. [...] Para que os Estados Unidos continuem a agir com sucesso no mundo, ele deve restaurar as bases domésticas de seu poder. A política externa precisa começar em casa, agora e no futuro próximo.

-Richard Haass (2014, p.1, tradução nossa)

A cerimônia de hoje, no entanto, tem um significado muito especial, porque hoje não estamos apenas transferindo o poder de um governo para outro, ou de um partido para outro, mas estamos transferindo o poder de Washington, D.C., e devolvendo-o a vocês, o povo. [...] Por muito tempo, um pequeno grupo na capital de nossa nação colheu os frutos do governo, enquanto as pessoas arcaram com os custos. O *establishment* se protegeu e abandonou os cidadãos de nosso país. As vitórias deles não foram as suas vitórias. Os triunfos deles não foram os seus triunfos.

-Donald Trump em seu discurso de posse como presidente dos Estados Unidos (2017, online, tradução nossa)

RESUMO

O seguinte trabalho tem como objetivo realizar uma análise comparativa da política externa dos Estados Unidos no sistema internacional e a condição de sua posição dentro de tal sistema como retratado na revista científica *Foreign Affairs* entre o segundo mandato presidencial de Barack Obama (2013-2016) e o primeiro mandato de Donald Trump (2017-2020) por meio da teoria social crítica de Pierre Bourdieu. A abordagem bourdesiana propõe uma análise do texto como um bem cultural e simbólico que deve ser inserido em seu contexto material e social de produção. De tal maneira, após contextualizar as relações da instituição responsável pela revista, o *think tank Council on Foreign Relations*, com a academia de relações internacionais, o setor privado multinacional e a burocracia governamental de relações exteriores, são analisados na revista os textos que lidam com a *Grand Strategy*, conceito usado pela academia norte-americana de relações internacionais para tratar a ação e situação do país em sua integridade no sistema internacional. As avaliações teóricas feitas na *Foreign Affairs* sobre as mudanças na política internacional do país entre as duas gestões no governo norte-americano são analisadas qualitativamente pelo prisma da teoria bourdesiana, na qual o texto é interpretado e contraposto com o concerto de interesses específicos dos grupos sociais presentes no *Council on Foreign Relations*, grupos que estabelecem as condições nas quais é realizada a produção da revista.

Palavras-chave: Estados Unidos, Política Externa; Barack Obama; Donald Trump; Think tanks.

ABSTRACT

The following work aims to carry out a comparative analysis of the US foreign policy in the international system and the condition of its position within such a system as portrayed in the scientific journal *Foreign Affairs* between the second presidential term of Barack Obama (2013-2016) and Donald Trump's first term (2017-2020) through the critical theory present in Pierre Bourdieu's social theory. The Bourdesian approach proposes an analysis of the text as a cultural and symbolic good that must be inserted in its material and social context of production. After contextualizing the relations of the institution responsible for the magazine, the think tank Council on Foreign Relations, with the academy of international relations, the multinational private sector and the government bureaucracy of foreign relations, we analyze the texts that deal with the Grand Strategy, a concept used by the US academy of international relations to address the country's action and situation in its integrity in the international system. The theoretical evaluations made in *Foreign Affairs* on the changes in the country's international policy between the two administrations in the US government are qualitatively analyzed through the prism of the bourdesian theory, in which the text is contrasted with the concert of specific interests of social groups. present in the Council on Foreign Relations, groups that establish the conditions in which the production of the magazine is carried out.

Keywords: Foreign Policy; United States; Barack Obama; Donald Trump; Think tanks

RESUMEN

El siguiente trabajo tiene como objetivo realizar un análisis comparativo de la política exterior de Estados Unidos en el sistema internacional y la condición de su posición dentro de dicho sistema tal y como se describe en la revista científica *Foreign Affairs* entre el segundo mandato presidencial de Barack Obama (2013-2016) y el primer mandato de Donald Trump (2017-2020) a través de la teoría crítica de Pierre Bourdieu. El enfoque bourdesiano propone un análisis del texto como un bien cultural y simbólico que debe insertarse en su contexto material y social de producción. Así, luego de contextualizar las relaciones de la institución responsable de la revista, el *think tank Council on Foreign Relations*, con la academia de relaciones internacionales, el sector privado multinacional y la burocracia gubernamental de relaciones exteriores, son analizados los textos que versan sobre el *Grand Strategy*, concepto utilizado por la academia estadounidense de relaciones internacionales para abordar la acción y situación del país en su integridad en el sistema internacional. Se analizan cualitativamente las valoraciones teóricas realizadas en *Foreign Affairs* sobre los cambios en la política internacional del país entre las dos administraciones del gobierno estadounidense bajo el prisma de la teoría bourdesiana, en la que el texto es estudiado y contrastado con el concierto de intereses específicos de los grupos presentes en el *Council on Foreign Relations*, grupos que establecen las condiciones bajo las cuales se realiza la producción de la revista.

Palabras clave: Estados Unidos, Política Exterior; Barack Obama; Donald Trump; Think tanks.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Modelo de troca entre agentes.....	17
Gráfico 1 –	Representação do espaço social da sociedade francesa.....	30
Quadro 1 –	Classificação usada pela <i>Think Tanks and Civil Societies Program</i>	42
Gráfico 2 -	Número de novos <i>think tanks</i> estabelecidos por ano nos Estados Unidos, de 1901 até 2006.....	48
Gráfico 3 -	O espaço social francês e o campo do poder.....	57
Gráfico 4 -	Espaço dos TTs no campo do poder.....	58
Gráfico 5 -	Espaço do CFR no campo do poder norte-americano.....	78
Quadro 2 -	Artigos da <i>Foreign Affairs</i> selecionados para análise.....	91
Figura 2 -	Capa da edição dedicada ao governo Obama.....	100
Figura 3 -	Capa da edição dedicada ao governo Trump.....	105
Quadro 3 -	Mapeamento das recomendações de política externa presentes na <i>Foreign Affairs</i>	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFR	<i>Council on Foreign Relations</i>
EUA	Estados Unidos
FA	<i>Foreign Affairs</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
TT	Think Tank

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CONCEITOS GERAIS DA TEORIA BOURDESIANA.....	14
2.1	As formas objetivistas e subjetivistas de conhecimento teórico.....	14
2.2	A forma prática do conhecimento teórico e o habitus.....	19
2.3	Espaço social e as formas de capital.....	23
2.4	Campos e classe.....	31
3	O DEBATE SOBRE <i>THINK TANKS</i> E A INSTITUIÇÃO DO <i>COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS</i>.....	36
3.1	<i>Think tanks</i>, sua história e o dilema da definição.....	36
3.2	<i>Think tanks</i> e a política externa norte-americana.....	50
3.3	<i>Think tanks</i> como organizações no campo do poder.....	53
3.4	<i>Council on Foreign Relations</i>, história e construção do consenso internacionalista entre elites.....	61
4	O DISCURSO LEGÍTIMO E A <i>FOREIGN AFFAIRS</i>.....	80
4.1	A força das palavras legítimas e a <i>Foreign Affairs</i>	80
4.2	Os governos e a seleção de artigos.....	85
4.3	As edições da <i>Foreign Affairs</i> entre o segundo governo Obama (2013-2016) e o governo Trump (2017-2020).....	93
4.3.1	O retorno à “normalidade” com Obama	93
4.3.2	A “tempestade” Trump.....	103
5	CONCLUSÕES.....	115
	REFERÊNCIAS.....	118

1 INTRODUÇÃO

O longo período de legitimidade mantido pelo sistema liberal internacional e os distintos governos norte-americanos, que com maior ou menor habilidade e brutalidade moldaram a política internacional mundial, observou recentemente momentos de turbulência, que por muitos foi descrito como crise.

Se devêssemos estabelecer o momento de gênese do sistema internacional criado pelos Estados Unidos, ele provavelmente se encontraria nos primeiros anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial. A situação dos EUA após o conflito era amplamente favorável se comparada aos outros países envolvidos. Não tendo seu território atingido diretamente pela guerra, a disparidade de poder econômico e militar entre os EUA e o restante das antigas potências europeias era enorme. O país representava em escala global nos anos de 1945 e 1953 74,5% dos investimentos militares e 44,7% da produção industrial (IKENBERRY, 2011, p. 168). O descrédito e o colapso das antigas práticas e instituições europeias de relações internacionais foi interpretada como uma oportunidade única para modelar a reconstrução da futura organização internacional do mundo. Segundo Paul Kennedy (1987, p.359, tradução nossa), “com as grandes potências tradicionais europeias desaparecendo, os Estados Unidos se movem constantemente para o vácuo criado pelas antigas potências”. A expansão dos EUA no âmbito das relações internacionais nesse momento solidificou a função do país como nação-líder no sistema internacional recém-criado.

De acordo com Ikenberry (2011, p.160, tradução nossa), o espaço criado por essa nova ordem internacional apesar de ser dominado pelos EUA, estava “organizado em torno de parcerias e acordos sobre regras e instituições que facilitam a contenção, o comprometimento, a reciprocidade e a legitimidade”. Assim, houve a criação das instituições e acordos constituintes da futura ordem de cunho político, econômico e militar. Sobre os componentes políticos destacamos a criação da Organização das Nações Unidas como o espaço fundamental para a realização das relações diplomáticas entre as nações, economicamente os acordos de Bretton Woods e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, que estabeleciam as normas financeiras e comerciais internacionais e militarmente a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte e a expansão de bases militares norte-americanas em nações aliadas para a administração conjunta de problemas de segurança

internacional (IKENBERRY, 2011). A coesão criada por esta nova ordem internacional também tinha como objetivo configurar um bloco coeso diante da ameaça soviética na disputa da Guerra Fria (1947-1989).

A ordem internacional que abarcava o mundo ocidental durante o período da Guerra Fria foi expandida após o fim do conflito com a inclusão dos antigos membros do bloco soviético. Segundo Kagan (2008, p.56) a situação era de otimismo por ampla parte de teóricos e políticos da esfera internacional, os EUA eram os líderes da ordem responsável por promover a paz e prosperidade em nível global, um exemplo ilustrativo é a ideia sobre o Fim da História de Francis Fukuyama (1989), no qual a humanidade teria encontrado o seu modelo político-moral definitivo. A liderança da nação norte-americana estaria intrinsecamente ligada com a manutenção da ordem no mundo, tornando os EUA segundo teóricos e agentes de sua política externa “a nação indispensável” do sistema internacional (ALBRIGHT, 2001, tradução nossa).

O otimismo encontrado no fim da Guerra Fria pelos especialistas foi abandonado, sendo substituído pela percepção do relativo declínio da liderança norte-americana em escala global. Como veremos, o próprio otimismo de Fukuyama é substituído por uma perspectiva mais sombria em seus escritos atuais nas páginas da *Foreign Affairs*. As preocupações com a condição do sistema internacional são refletidas no debate sobre a crise da ordem liberal internacional. Debate no qual, segundo Ikenberry (2018), duas questões principais são discutidas, a primeira se a ordem internacional como um todo, conjuntamente com seus valores e práticas mencionados, está sendo substituída por princípios distintos de cunho supostamente autocrático. A segunda questão é a permanência ou contestação da liderança norte-americana dentro de tal sistema internacional.

Independente se o entendimento dos autores sobre a atual situação da liderança dos EUA no sistema internacional é de seu fim (MEARSHEIMER, 2019) ou apenas uma crise superável (IKENBERRY, 2018), o atual momento é avaliado como de turbulência. Apesar do declínio relativo dos Estados Unidos ser uma constante nas últimas décadas, pela primeira vez os principais obstáculos eram de cunho nacional. Um dos maiores atores que deu voz a insatisfação de uma população com a ordem liberal, não era externo ou estrangeiro, mas norte-americano e ganhou as eleições presidenciais. Segundo Parmar (2017, p.9, tradução nossa) a ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos “é sintomática de uma profunda

crise da identidade americana e do poder e hegemonia da classe dominante, particularmente de seu globalismo liderado pelo mercado”.

Examinar a diferença de como as elites envolvidas na política externa do país, representadas pelo *Council on Foreign Relations*, avaliam o segundo governo Obama e o único governo Trump, nos oferece observar um raro momento no qual, após um governo alinhado aos seus preceitos, tais elites políticas devem lidar com um inimigo interno da legitimidade da ordem internacional. As edições da *Foreign Affairs*, principal publicação do conselho, são analisadas por tal publicação ser considerada central no mundo da política externa norte-americana.

De forma geral, o seguinte trabalho tem como objetivo realizar uma análise comparativa da política externa dos Estados Unidos no sistema internacional e a condição de sua posição dentro de tal sistema como retratado na revista científica *Foreign Affairs* entre o segundo mandato presidencial de Barack Obama (2013-2016) e o primeiro mandato de Donald Trump (2017-2020).

Como posto por Fraser (2019), em escala internacional cada vez mais dois lados são antepostos e apresentados como únicas opções, neoliberalismo progressista contra nacionalismos reacionários. A seguinte pesquisa pretende analisar um momento de disputa entre ambas as perspectivas dentro dos Estados Unidos, a disputa das elites dominantes da política externa contra o *outsider* que deslegitima suas instituições.

A pesquisa será dividida em três partes. O primeiro capítulo consiste em uma revisão teórica do trabalho sociológico de Pierre Bourdieu. Revisão na qual visamos introduzir o conceitual do autor, nos atentando ao caráter único de sua filosofia do indivíduo e forma de conhecimento teórico. O segundo capítulo trata sobre a literatura de *think tanks* e a instituição do CFR. Além da literatura sobre o CFR, abordamos o debate teórico sobre *think tanks*, mostrando como uma interpretação bourdesiana pode superar diversas travas presentes em tal debate e diminuir a opacidade da organização abordada. No último capítulo abordamos brevemente a chave interpretativa com a qual abordaremos as páginas da revista, os critérios usados para a seleção dos textos, uma listagem dos textos escolhidos e a seguir a análise das edições de cada período.

2 CONCEITOS GERAIS DA TEORIA BOURDESIANA

2.1 As formas objetivistas e subjetivistas de conhecimento teórico

A trajetória intelectual de Pierre Bourdieu, acadêmico cuja história de vida se inicia em uma família camponesa na província de Bearne no extremo sul francês e se encerra como professor no centro da vida intelectual parisiense que era o *Collège de France*, usualmente é descrita como meteórica. Com uma formação na área da filosofia, a carreira acadêmica de Bourdieu se inicia na antropologia, posteriormente se solidificando como um dos principais autores da sociologia contemporânea. O papel ou posição intelectual de Bourdieu usualmente dá-se pela sua intenção de superar antigas antinomias, como a de recusar divisões unilaterais entre os fundadores da sociologia Durkheim, Weber e Marx, e reconhecer a divisão entre antropologia e sociologia como a diferença arbitrária entre o estudo de sociedades tradicionais e a sociedade moderna (BOURDIEU, 2001).

A principal síntese que Bourdieu (1990) visa realizar através de sua teoria, é a superação entre os tipos de conhecimento teórico, chamados por ele de objetivistas e subjetivistas, sendo a síntese de ambos contribuindo para a criação do tipo de conhecimento teórico, visado pelo autor e batizado por ele como conhecimento teórico “prático”. A divisão entre as duas formas teóricas de captar o mundo, objetivista e subjetivista é antiga. Bourdieu dialoga constantemente com as principais manifestações de tal divisão no cenário intelectual francês de sua época, o estruturalismo de Claude Lévi-Strauss e a fenomenologia sartriana respectivamente.

O dualismo mencionado, usualmente se apresenta nas ciências humanas sob a rotulação de diferentes debates, como agência/estrutura, psicologismo/fisicalismo, microanálise/macroanálise, sendo tal debate sobre os tipos teóricos de conhecimento já podendo ser encontrado no mundo intelectual ocidental nos debates escolásticos medievais (BOURDIEU, 2001). O debate sobre os limites entre ação individual e condicionantes sociais na ciência contemporânea, preserva uma questão já presente no debate cristão medieval sobre a relação entre a providência divina e o livre arbítrio, a questão sobre a existência ou limites de uma autonomia individual frente aos determinantes da vida coletiva e social.

Para Bourdieu (2002, p.145, grifo do autor) enquanto a forma de conhecimento teórico subjetivista “explicita a verdade da experiência primeira do mundo social,

quer dizer, a relação de *familiaridade* com o ambiente familiar, apreensão do mundo social como mundo natural e óbvio”, o tipo de conhecimento objetivista “constrói as relações objetivas, como por exemplo as econômicas ou linguísticas, que estruturam as práticas e representações das práticas, quer dizer, em particular, que estruturam o conhecimento primeiro e tácito, do mundo familiar”. A predominância de uma esfera sobre a outra, algo que ocorre costumeiramente nas construções teóricas com o intuito de descrever o funcionamento do mundo social, resulta na oposição entre uma perspectiva teórica para a qual indivíduos são epifenômenos de estruturas objetivas e outra para a qual estruturas sociais são produtos maleáveis de ações individuais geradas por representações subjetivas.

É importante destacar que Bourdieu (1990, p.152) não visa descartar ambos os lados como irreconciliáveis, mas abordá-los sinteticamente como etapas na sua forma “prática” de apreender teoricamente o mundo social, segundo Bourdieu (1990, p.149) a posição central de tal antinomia dá-se “porque a intenção mais constante e, a meu ver, mais importante de meu trabalho foi superá-la”. No conhecimento teórico “prático” desenvolvido por Bourdieu, também chamado pelo autor em uma ocasião de “construtivismo estrutural” ou “estruturalismo construtivista”, é central, como veremos, a relação dialética entre a “interiorização da exterioridade” e a “exteriorização da interioridade”. Mas antes de adentrarmos na forma “prática” de compreender teoricamente o mundo social, vamos abordar de maneira introdutória ambas as formas de conhecimento teórico já mencionadas.

A crítica de Bourdieu (2002) ao objetivismo se inicia pelos pressupostos inconscientes que a escola estruturalista antropológica herdou por partir do estruturalismo linguístico. A diferenciação entre língua e fala realizada por Saussure (2012), diferenciação que tinha como objetivo delimitar a língua como um objeto claro e demarcado, foco da ciência que o autor buscou criar e chamar de linguística, é reproduzida nas análises estruturalistas do mundo social. Segundo Saussure (2012, p.45) estabelecer a língua como um objeto independente dos atos de fala estabelece a relação entre ambos como a separação entre o que é “o que é social do que é individual” e “o que é essencial do que é acessório e mais ou menos accidental”. As falas são apenas atos incidentais, individuais, sendo apenas uma reprodução imperfeita da estrutura coletiva chamada de língua.

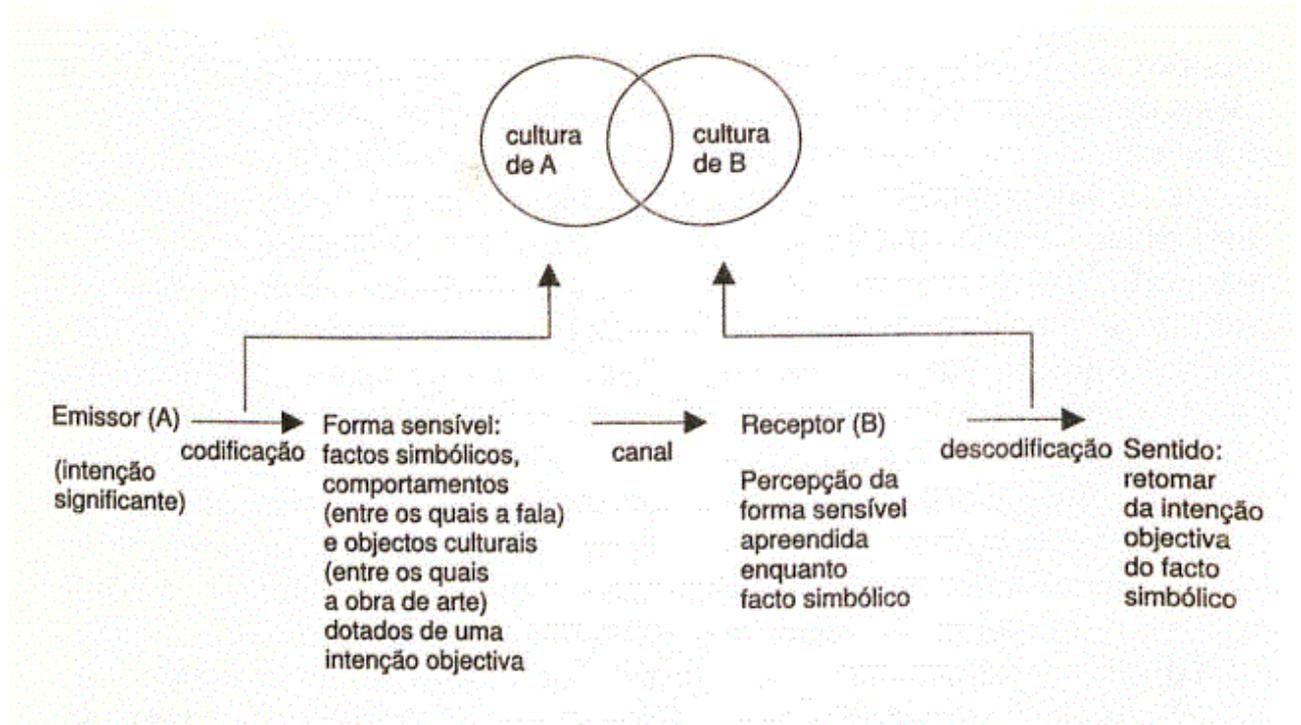
A língua, interpretada como o ato de relacionar uma imagem acústica a um conceito, não depende, não pode ser criada ou modificada pelo ato de fala do

indivíduo, “ela é o produto que o indivíduo registra passivamente”, existindo como “uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (SAUSSURE, 2012, p.45-46). A homologia realizada pela adaptação da linguística para o estudo do mundo social, a língua como estrutura social, resulta na transposição da divisão descrita na linguística entre fala e língua na divisão entre as estruturas sociais e ações individuais. Na análise estruturalista ocorre a primazia das estruturas em detrimento das práticas que as reproduzem, a opção pelo analista do modelo das inter-relações dos diferentes elementos que formam a estrutura em detrimento das ações e usos práticos realizados pelos agentes ali inseridos.

A compreensão de uma língua ou código dá-se em detrimento de sua realização efetiva, a compreensão do sistema resulta na invisibilidade da função exercida pelos atos de agentes individuais, segundo Bourdieu (2002, 152) “a construção saussuriana não permite constituir as propriedades estruturais da mensagem enquanto tais, ou seja, como sistema, a não ser dando-se um emissor e um receptor impessoais e intercambiáveis”, ao mesmo tempo que “abstraindo das propriedades funcionais que cada mensagem deve à sua utilização numa certa interação socialmente estruturada”.

Segundo Bourdieu (2002), a totalidade das trocas, culturais ou linguísticas, que o estruturalismo busca mapear resulta nos atos de troca não como as trocas em sua materialidade, mas como manifestações da estrutura que o observador busca encontrar em sua análise, do código que ele encontra por trás das trocas efetivamente realizadas. De tal forma, ao ignorar os atos que não se adéquam ao que é interpretado como estrutura, a análise estruturalista ignora o complexo processo de compreensão envolvido em cada ato, no modelo abaixo, Bourdieu descreve o ato de troca como:

Figura 1 - Modelo de troca entre agentes sociais



Fonte: Bourdieu (2002, p.150)

A rejeição das interações como ações estruturadas entre agentes específicos em situações específicas com intenções práticas dotados de seus próprios modos de percepção individuais, resulta no intelectual como agente detentor do modelo ideal que é transposto para os agentes, como se o próprio modelo criado pelo intelectual guiasse conscientemente as práticas dos agentes (BOURDIEU, 2009). Externo ao mundo das práticas ali em jogo, o erudito ao objetivar o que estuda, transpõe a sua relação de distanciamento com o objeto para a sua análise, resultando que o objeto se apresente como um objeto do conhecimento a ser desvendado e não mobilizado ao exercer funções nas práticas dos agentes. Como posto por Bourdieu (2009, p-55-56):

A relação prática que o etnólogo mantém com seu objeto, a mesma do estrangeiro, excluído do jogo real das práticas sociais pelo fato de não ter um lugar [...] no espaço observado e que não tem como se construir um lugar, é o limite e a verdade que o observador, [...] mantém com o seu objeto: o estatuto de espectador que se retira da situação para observá-la implica uma ruptura epistemológica, mas também social, que jamais governa de forma tão sutil a atividade científica senão quando ela para de se mostrar como tal, conduzindo a uma teoria implícita da prática que é correlativa ao esquecimento das condições sociais de possibilidade da atividade científica. A situação do etnólogo evoca a verdade da relação que todo observador mantém com a ação que ele enuncia e analisa: a saber, a ruptura intransponível com a ação e o mundo, com os fins iminentes da

ação coletiva, com a evidência do mundo familiar, que supõe a própria intenção de dizer a prática e principalmente de compreendê-la e de fazê-la compreender de outra maneira que produzindo e reproduzindo-a praticamente.

O modo de conhecimento teórico objetivista pressupõe o rompimento com as formas individuais de percepção subjetiva dos agentes. A teoria objetivista dá-se ao se distanciar das formas familiares de apreender o mundo, com “os relatos que os agentes produzem e através dos quais estabelecem o sentido de seu mundo” e formar as estruturas que regulam os próprios agentes (BOURDIEU, 2002, p.149). O tipo de conhecimento subjetivista para Bourdieu (2009) é aquele que se apoia em tais relatos, que naturalmente interpreta as posições nas estruturas objetivas como relações intersubjetivas entre os agentes. Através da forma subjetivista de conhecimento, o analista realiza um somatório dos relatos dos diferentes agentes, se atendo a descrever os relatos.

A afirmação é que a visão de mundo de um agente depende de sua posição na estrutura formada pelas distintas relações entre os agentes. A experiência de cada agente depende de sua posição e condições estabelecidas pelo mundo social. Como posto por Bourdieu (2002, p.147) “o objeto da ciência é conquistado contra a evidência do senso comum por uma operação de construção que é, indissociavelmente, uma ruptura com todas as representações pré-construídas, tais como classificações preestabelecidas e definições oficiais”. A análise objetivista em um primeiro momento, se destaca por romper com o conhecimento imediato estabelecido pelos agentes, de tal forma se distanciando dos pressupostos tacitamente aceitos que estabelecem as formas imediatas, familiares e naturais sobre o mundo social de tais agentes.

As implicações para a forma de conhecimento subjetivista é de que ela não extrapola os relatos primários que lhe são oferecidos. Ele estaria em continuação com as explicações a partir do senso comum, se constituindo como um relato de segunda ordem, uma construção das construções. Como posto por Bourdieu (1990, p.150) o subjetivismo “pode reduzir o mundo social às representações que dele se fazem os agentes, e então a tarefa da ciência social consistiria em produzir uma explicação das explicações (*account of accounts*) produzidas pelos sujeitos sociais.”

Algo a se destacar é que além dos obstáculos insuperáveis do subjetivismo para a criação de um projeto científico que deve estabelecer maneiras para avaliar e qualificar os distintos relatos, e não apenas reproduzi-los, ela traz consigo uma

própria visão da ação e sujeito humano que, assim como objetivismo, se afasta da realidade prática.

Para Bourdieu (2009) o subjetivismo apresenta as práticas sempre como estratégias explicitamente orientadas para os fins conscientes do agente, em tal visão, surge o indivíduo como plenipotenciário de todas as suas atividades com uma consciência racional capaz de dar conta de todas as suas dimensões. Segundo Bourdieu no subjetivismo (2009, p.70) “o mundo da ação não é outra coisa senão esse universo imaginário de possíveis intercambiáveis que dependem inteiramente dos decretos da consciência que o cria e, portanto, totalmente desprovido de objetividade”.

As ações dependem do indivíduo que é sempre uma folha em branco, tal concepção rejeita tudo que se oponha a clara divisão da transparência pura do sujeito e um mundo opaco não vivo, segundo Bourdieu, (2009, p.70) “por não reconhecer nada que se assemelhe às disposições duráveis e às eventualidades prováveis” o subjetivismo, “faz de cada ação uma espécie de confrontação sem antecedente do sujeito e do mundo”.

Uma metáfora usada para retratar a relação entre ambas as teorias e os seus problemas com a apreensão “prática” da ação, seria a de um andarilho que visa se locomover de um ponto a outro e o cientista que ao acompanhar o caminho do andarilho cria um mapa dos possíveis destinos e trajetórias. O objetivista ao investigar a estrutura que delimita todos os possíveis caminhos a serem tomados, transpõe tal mapa, criação de sua análise investigativa, para a cabeça do andarilho, como se ele tivesse em mente de forma constante o mapa de todas as opções e caminhos possíveis ao realizar a sua ação. Por outro lado, o subjetivismo interpretaria que a própria perspectiva, ou força de vontade, do viajante poderia alterar as diferentes trajetórias e destinos no mapa. A crítica desenvolvida pelo sociólogo francês e que buscamos tracejar aqui, seria a de que ambas as formas de conhecimento teórico falhariam em apreender uma teoria da ação “prática”, capaz de pensar a real perspectiva do andarilho localizado em um ponto específico no mapa e suas decisões sobre qual caminho e destino tomar.

2.2 A forma prática de conhecimento teórico e o habitus

O projeto intelectual de Pierre Bourdieu (1990) se apoia, como havíamos mencionado, na intenção de realizar uma síntese entre as duas formas de conhecimento para lograr apreender teoricamente a lógica da prática. A análise da relação dialética da “interiorização da exterioridade” e a “exteriorização da interioridade” entre as estruturas e os agentes ocupa uma posição central em suas análises. Apesar de, segundo o próprio autor, correr o risco de “parecer muito obscuro”, Bourdieu (1990, p.152) ao resumir a relação entre o objetivismo e subjetivismo em uma frase, a descreve como:

De um lado, as estruturas objetivas que o sociólogo constrói no momento objetivista, descartando as representações subjetivistas dos agentes, são o fundamento das representações subjetivas e constituem as coações estruturais que pesam nas interações, mas, de outro lado, essas representações também devem ser retidas, sobretudo se quisermos explicar as lutas cotidianas, individuais ou coletivas, que visam transformar ou conservar essas estruturas. Isso significa que os dois momentos, o objetivista e o subjetivista, estão numa relação dialética e que, por exemplo, mesmo se o momento subjetivista parece muito próximo quando o tomamos isoladamente nas análises interacionistas ou etnometodológicas, ele está separado do momento objetivista por uma diferença radical: os pontos de vista são apreendidos enquanto tal e relacionados a posições dos respectivos agentes na estrutura.

O momento inicial de uma investigação, momento objetivista, na qual ocorre o rompimento ou desnaturalização das formas familiares de perceber o mundo social, possibilita o retorno posterior aos relatos subjetivos, agora interpretados através de sua posição e relação com a estrutura no qual estão localizados. A operação descrita, que tem o intuito de “superar a oposição artificial que se estabelece entre as estruturas e as representações”, para que seja bem-sucedida, “também é preciso romper com o modo de pensamento substancialista” (BOURDIEU, 1990, p.152).

O movimento descrito resulta que, na análise estrutural, na qual cada elemento é definido pelas suas relações com os outros elementos, é possível o retorno aos relatos subjetivos, retorno que distanciado das formas substancialistas de pensar, proporciona uma forma relacional de compreender o mundo social (BOURDIEU, 2002). Forma na qual o mundo social se configura como um espaço formado pelo conjunto de posições possíveis dentro dele, cada uma delimitada ou externa em relação às outras, definidas pelas relações de umas em relação às outras, não só pelas suas distâncias ou proximidades, mas também pelas suas posições relativas.

Ao presumir que os objetos do conhecimento são necessariamente construídos e não apenas registrados de forma passiva, e que a lógica da prática é voltada para a prática com funções práticas, não externa ao indivíduo e nem apreendida apenas pelo intelectual, a análise deve recair sobre a dialética entre a “interiorização da exterioridade” e a “exteriorização da interioridade”, ou seja entre as estruturas e os agentes, acontecimento retratado na criação do conceito de habitus pelo autor. Bourdieu (2009, p.87, grifo do autor) conceitua habitus como:

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro.

Apesar dentre as respostas de um habitus estar incluso os cálculos estratégicos ante uma dada situação, a operação que o habitus realiza se dá em relação “às *potencialidades objetivas*, imediatamente inscritas no presente, coisas para fazer ou não fazer, dizer ou não dizer” (BOURDIEU, 2009, p.88, grifo do autor). A dimensão da prática se constitui em sua relação com o habitus como sistemas de estruturas cognitivas e motivadoras dos agentes que já inscreve nos próprios objetos os seus fins.

As disposições duravelmente inculcadas, são moldadas e engendradas pelas condições sociais, condições objetivas nas quais estão inscritas as possibilidades de ação no mundo social. O habitus formado por determinadas condições, é naturalmente ajustado a tais condições, reproduzindo o senso de familiaridade com o mundo objetivo imediato. As práticas individuais e coletivas produzidas pelo habitus refletem a história, ou as condições sociais anteriores na qual os agentes estavam submetidos, na qual ele foi engendrado.

No momento da escolha prática do indivíduo, o habitus dá-se entre as condições exteriores e interiores ao indivíduo, abordadas nas formas objetivistas e subjetivistas de conceber o indivíduo. A forma prática de conceber as decisões tomadas pelos agentes, ao não considerar apenas as forças inscritas na situação anterior do sistema e as motivações interiores, lida com as disposições, que são a

interiorização da exterioridade, na qual forças exteriores são exercidas em relação a situação e interioridade do indivíduo. Como posto por Bourdieu (2009, p.91):

Sistema adquirido de esquemas geradores, o habitus torna possível a produção livre de todos os pensamentos, de todas as percepções e de todas as ações inscritas nos limites inerentes às condições particulares de sua produção, e somente daquelas. Por meio dele, a estrutura da qual é o produto governa a prática, não de acordo com as vias de um determinismo mecânico, mas por meio das pressões e dos limites originariamente atribuídos a suas invenções. Capacidade de geração infinita e, no entanto, estritamente limitada, o habitus só é difícil de ser pensado enquanto se permanece confinado às alternativas ordinárias, que ele pretende superar, do determinismo e da liberdade, do condicionamento e da criatividade, da consciência e do inconsciente ou do indivíduo e da sociedade. Porque o habitus é uma capacidade infinita de engendrar em toda liberdade (controlada) produtos – pensamentos, percepções, expressões, ações – que sempre têm como limites as condições historicamente e socialmente situadas de sua produção, a liberdade condicionada e condicional que ele garante está tão distante de uma criação de imprevisível novidade quanto de uma simples reprodução mecânica dos condicionamentos iniciais.

Sendo o produto de condições determinadas, o habitus produz de maneira regular as condutas razoáveis, o senso comum, delimitando o usual ou aceitável de todas as outras opções excluídas. O habitus não é determinismo que exclui a espontaneidade, mas gerador das formas nas quais se dão os próprios atos de criação, por ser a história coletiva ou individual incorporada, ele se apresenta como segunda natureza. Como posto por Bourdieu (2009, p.93) “o habitus é a presença operante de todo o passado do qual é o produto: no entanto, ele é o que confere às práticas sua independência relativa em relação às determinações exteriores do presente imediato”.

O habitus tendendo a reproduzir as estruturas objetivas das quais ele é produto, sendo tais estruturas em um momento passado, as condições da produção dos princípios geradores que formam o habitus. A presença do passado atribui ao habitus, ou seja, a seu agente respectivo uma sensação de porvir, expectativas e futuros possíveis, que reproduz as condições das quais ele é fruto.

Os respectivos habitus dos agentes lhes determina a sua sensação de “lugar” no mundo, o que seria “para ele”, as possibilidades que ele percebe como acessíveis ou inacessíveis, posto de forma coloquial, o que cada um sente que é ou não é “para o seu bico”. A sensação subjetiva adequada de pertencimento ou não, sentida e usualmente relacionada a interioridade pessoal ou inata de cada agente. Como havíamos comentado, a influência do habitus, apesar de estar presente nos cálculos estratégicos conscientes, forma as potencialidades objetivas inscritas no

presente ou realidade percebida pelo agente, como posto por Bourdieu (2009, p.106):

Os direitos de preempção sobre o futuro que definem o direito e monopólio de alguns possíveis que ele garante não são senão a forma explicitamente garantida de todo esse conjunto de possibilidades explicitamente garantida de todo esse conjunto de possibilidades apropriadas pelas quais as relações de força presente se projetam no porvir, que comandam em contrapartida as disposições presentes, e especialmente as disposições em relação ao porvir. De fato, a relação prática que um agente particular mantém com o porvir e que comanda sua prática presente se define na relação entre de um lado, seu habitus e especialmente estruturas temporais e disposições em relação ao porvir que se constituíram na duração de uma relação particular com um universo particular de prováveis, e, por outro lado, um estado determinado das possibilidades que lhe são objetivamente concedidas pelo mundo social.

O habitus, as disposições duráveis geradas socialmente, ultrapassam os atos racionais do agente, resultando nas emoções diretamente sentidas no corpo, nos fortes sentimentos de inadequação ou pertencimento a certas ações ou situações sociais. O mundo social então já traria consigo as suas próprias finalidades, ajustadas de maneira correspondente com o que cada indivíduo pensa que “seria para si” ou “o seu lugar no mundo”. A avaliação das possibilidades inscritas no presente e antecipação dos futuros possíveis pelo agente reproduz as mesmas condições nas quais o seu habitus foi gestado. As possibilidades inscritas no presente para cada indivíduo são derivadas das condições sociais objetivas presentes na gestação do habitus de cada agente, não só determinando a inacessibilidade de certas possibilidades a certos agentes, mas também a “naturalidade” de outros para futuros melhores.

Abordamos como na encruzadilha entre as formas objetivas e subjetivas de conhecimento teórico, Bourdieu forma a sua concepção de agente, no qual o conceito de habitus expressa a inextricabilidade de ambas as dimensões para compreender o real senso prático que guia as ações dos próprios agentes. Agora abordaremos teoricamente como a reprodução ou exteriorização das estruturas interiorizadas constroem as estruturas presentes na sociedade moderna.

2.3 Espaço social e as formas de capital

Antes de adentrarmos nos tópicos a seguir no qual o tradicional vocabulário e conceitos bourdesianos são abordados, devemos destacar que o caminho árido

percorrido até aqui, caminho no qual abordamos as bases que constituem a perspectiva relacional do mundo social, se prova como necessária para uma compreensão completa do autor. A intenção foi elucidar que o projeto intelectual de Bourdieu (2006) se apoia na recusa das distintas formas mencionadas anteriormente do pensar teórico, em uma teoria da ação própria e por consequência em uma filosofia do indivíduo específica.

Como havíamos abordado, a forma relacional de compreender o mundo social resulta em uma representação espacial do mundo social na qual a posição distinta ocupada por cada agente no espaço social dá-se pela sua relação com o restante dos agentes. Em suma, o espaço social consiste no sistema formado pelo conjunto das diferentes posições relativas entre os agentes. O princípio diferenciador e distintivo de cada posição no espaço social dá-se pelo volume e estrutura de capital dos respectivos agentes, como posto por Bourdieu (2011, p.19):

O espaço social é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação, [...] o capital econômico e o capital cultural. Segue-se que os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas. As distâncias espaciais no papel equivalem a distâncias sociais. [...] [N]o espaço social, os agentes são distribuídos, na primeira dimensão, de acordo com o volume global de capital (desses dois tipos diferentes) que possuam e, na segunda dimensão, de acordo com a estrutura de seu capital, isto é, de acordo com o peso relativo dos diferentes tipos de capital, econômico e cultural, no volume global de seu capital.

Antes de seguirmos na explicação da ideia de espaço social, devemos abordar o conceito de capital para Bourdieu. O conceito de capital, tomado da economia e radicalmente repensado e expandido, consiste no acúmulo de energia e trabalho social acumulado e o seu necessário ato de reconhecimento e legitimação pelos agentes. O valor do capital, o poder que a retenção de diferentes tipos de capital proporciona ao seu detentor, sempre é fundamentado nos atos de aceitação e reconhecimento através de estruturas mentais por parte de seus pares providos e subalternos desprovidos de capital.

Para Bourdieu (2006) a cumplicidade ontológica, que consiste nos atos de reconhecimento de capital e desconhecimento de sua necessária arbitrariedade, é resultante de um tipo de sociabilidade específica. A dimensão ontológica nas descrições de Bourdieu resulta que as distintas formas de capital não são apenas objetos, títulos ou práticas racionalmente considerados dotados de valor, mas expressões do próprio mundo assim como percebido pelo agente. Como havíamos

abordado, a “interiorização da exterioridade” dota o agente de um sentido próprio de si e do mundo. Longe de uma percepção racional, o indivíduo apenas reconhece o que o próprio mundo já lhe diz, desconhecendo a necessária arbitrariedade que se encontra no fundo de qualquer formação social.

O poder como organizado pela distribuição dos distintos tipos de capitais não é apenas uma distribuição passível de redistribuição, mas a interiorização de estruturas resultando na percepção do “mundo como ele é”. O desconhecimento do arbitrário do social é o que sustenta a sua legitimidade. A perspectiva antropológica de Bourdieu sobre o indivíduo e o reconhecimento por parte deles de valor nos distintos tipos de capital, sempre se apresenta ao indivíduo como inscrita no mundo simultaneamente escondendo suas raízes sociais. De forma homóloga, a título de ilustração, encontramos o necessário desconhecimento para o funcionamento do valor no capital bourdesiano também no caráter fetichista da mercadoria marxista. O fetiche da mercadoria consiste, para Marx (2013, p.122), “simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais [...] como propriedades sociais que são naturais a essas coisas”, uma relação social determinada entre pessoas aparece magicamente como inscrita no próprio objeto, “aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens.”

O relacionamento para o mundo social não é a causalidade mecânica usualmente assumida entre um meio e uma consciência, mas sim uma espécie de cumplicidade ontológica. As disposições inculcadas no indivíduo formadoras de seu habitus se expressam no mundo para ele como anterior a qualquer estruturação. Segundo Bourdieu (1981, p.306, tradução nossa) a relação de familiaridade com o mundo nativo é “um compromisso quase ontológico fluído da experiência prática, é uma relação de pertencimento e possuindo em que um corpo, apropriado pela história, absolutamente e imediatamente se apropria de coisas habitadas pela mesma história.”

A reintrodução do termo capital para o estudo das distintas trocas sociais para além daquelas estabelecidas pela teoria econômica, visa compreender cientificamente outras trocas além das trocas mercantis e monetárias. Pela perspectiva da teoria econômica o capital como princípio regulador das trocas mercantis auto-interessadas, egoístas e em busca de lucros em uma sociedade capitalista relega o restante das trocas ao desinteresse, neutralidade e renúncia de

ganhos individuais. A inclusão da categoria de capital no restante das trocas sociais visa reverter tal efeito. Segundo Bourdieu (1986, p.16, tradução nossa) a criação de uma esfera do interesse define implicitamente “como desinteressadas as formas de trocas que garantem a transubstanciação pela qual a maioria dos tipos de materiais do capital - aqueles que são econômicos no sentido restrito - podem se apresentar na forma imaterial de capital cultural ou capital social e vice-versa.” As práticas com o objetivo de maximizar o lucro monetário produz por contrapartida o universo sem finalidades das práticas culturais, o mundo do homem burguês com seu utilitarismo puro não pode ser inventado sem produzir “o universo puro e perfeito do artista e o intelectual e as atividades gratuitas da arte pela arte e da teoria pura.” (BOURDIEU, 1986, p.16, tradução nossa).

Vamos a seguir realizar uma breve descrição do princípio de diferenciação entre os grupos no espaço social das sociedades modernas, ou seja, das distintas formas de capital para Bourdieu. Os agentes são distribuídos no espaço social primariamente pelo seu volume total de capital e secundariamente pela predominância de um dos tipos primários de capital, o capital econômico e o capital cultural (BOURDIEU, 2006). Os distintos tipos de sub-capitais derivam dos dois tipos de capital primário, sendo eles criados, reproduzidos e postos em uso em relação aos seus respectivos campos, questão que abordaremos adiante.

O capital econômico é predominantemente formado pelo patrimônio do indivíduo, pelos pertences, títulos de propriedade, que prontamente podem ser convertidos ou trocados por dinheiro (BOURDIEU, 1986). Na sua forma econômica o capital explícita de forma mais direta a posição do indivíduo, as garantias de segurança sobre o seu futuro e a hereditariedade das formas de capital. Assim como a forma de capital econômico garante lucros sobre um tipo específico de trocas, aquelas de origem mercantil e monetária, o capital cultural também garante lucros sobre trocas sociais de um tipo específico, a depender da localização do indivíduo no espaço social e o campo específico a ser tratado.

O capital cultural pode existir sobre três formas: no estado incorporado, no estado objetivado e no estado institucionalizado. O capital cultural oferece lucros para os agentes através do seu manuseio dos objetos simbólicos reconhecidos e atestados como participantes da “cultura legítima”. Na sua forma incorporada, usualmente o capital cultural se expressa como posturas corporais, esquemas mentais, habilidades linguísticas, preferências estéticas e competências intelectuais.

Diversas características que usualmente são interpretadas como inatas ao indivíduo, inteligência relacionada ao pensamento erudito ou sensibilidade relacionada ao senso artístico, são expressões bem-sucedidas do acúmulo individual de capital cultural. Segundo Bourdieu (2007, p.74-75) podemos afirmar sobre o capital cultural em seu estado incorporado:

A maior parte das propriedades do Capital cultural pode inferir-se de que, em seu estado fundamental, está ligado ao corpo e pressupõe sua incorporação. A acumulação de capital cultural exige uma incorporação que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor. [...] Sendo pessoal, o trabalho de aquisição é um trabalho do “sujeito” sobre si mesmo (fala-se em “cultivar-se”). [...] O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da pessoa, um habitus.

O capital cultural em seu estado objetivado consiste primariamente nos objetos materiais, como quadros, pinturas, livros, esculturas que denotam e expressam o capital cultural do agente (BOURDIEU, 2007). Algo essencial a se destacar é que cada objeto apenas é visto pela sua relação com o capital cultural incorporado, a objetivação do capital cultural não consiste apenas na obtenção de certos objetos legitimados culturalmente, algo que prontamente poderia ser obtido através de capital econômico, mas nas próprias formas de manuseio e apropriação do objeto. A compra de um quadro ou livro, não traz consigo, ou seja, no próprio objeto, as formas “corretas” de apreciação artística ou interpretação intelectual. A apropriação legítima do objeto, realizada de forma aparentemente natural pelo agente dá-se pelo capital cultural incorporado, distinguindo a relação daqueles detentores de capital com o objeto de intérpretes e relações amadoras ou pedantes.

A última forma do capital cultural é em seu estado institucionalizado, sendo a sua principal forma de manifestação o diploma. A institucionalização atribui a competência cultural constante e juridicamente assegurada ao portador do diploma. Segundo Bourdieu (2007, p.78) o ato coletivo de reconhecimento pela institucionalização “institui o capital cultural pela magia coletiva. [...] Vê-se claramente, nesse caso, a magia performática do poder de instituir, poder de fazer ver e de fazer crer, ou numa só palavra, de fazer reconhecer.”

Após a explicação das duas formas primárias de capital podemos trazer à tona uma forma de capital derivada das formas anteriores, a de capital social. Segundo Bourdieu (1986, p.21, tradução nossa) “o capital social é o agregado dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de

relacionamentos mais ou menos institucionalizados de conhecimento mútuo e reconhecimento”. O capital social de um agente depende da rede de conexões a serem possivelmente mobilizadas e do tipo e volume de capital dos agentes envolvidos em tais relações.

Por último devemos destacar que todas as distintas formas de capital podem se converter em capital simbólico. O capital simbólico, usualmente expresso como fama, reconhecimento, prestígio, é a forma percebida e reconhecida como legítima dos diferentes tipos de capitais (BOURDIEU, 1986). Segundo Bourdieu (1989, p.135) o capital simbólico é “o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultante da incorporação da estrutura da sua distribuição,” ou seja, quando ele é percebido através de certas estruturas mentais presentes nos agentes como algo que expressa uma característica natural e evidente inscrita no mundo.

A revisão da forma relacional de compreender a sociedade e as formas assumidas pelos diferentes tipos de capital nos possibilitam compreender a concepção central no pensamento bourdesiano, de que a sociedade se apresenta como um espaço multidimensional atravessado por relações de força e dominação, no qual os agentes estão distribuídos, segundo Bourdieu (1989, p,133-135):

Num primeiro tempo, a sociologia apresenta-se como uma topologia social. Pode-se assim representar o mundo social em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço - mesmo que tal seja concebível. Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades atuantes, ele pode ser descrito também como campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de força objectivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes. [...] As propriedades atuantes, tidas em consideração como princípios de construção do espaço social, são as diferentes espécies de poder ou de capital que ocorrem nos diferentes campos. O capital [...] representa o poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e de ganhos. [...] Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume

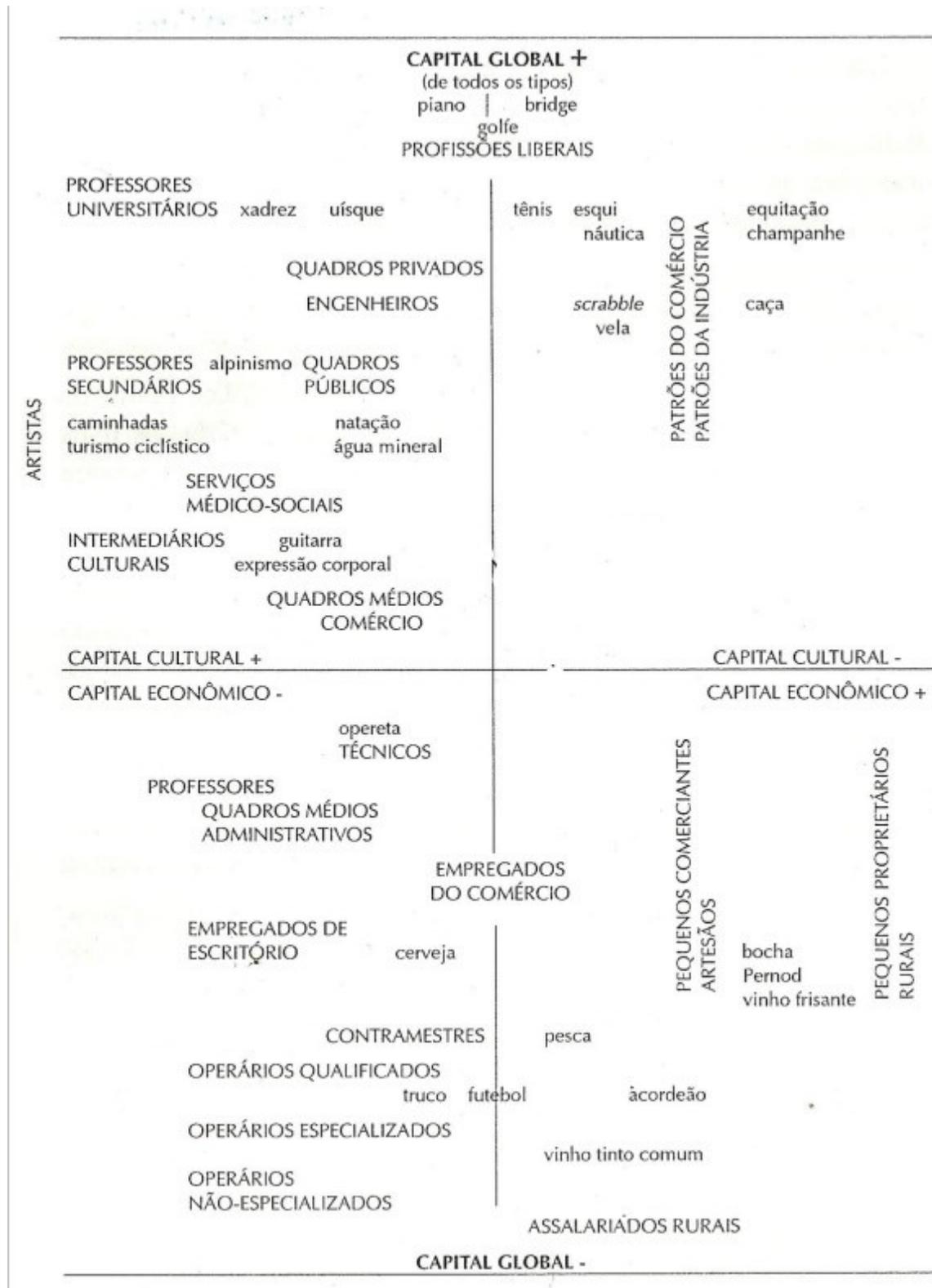
global do capital que possuem e, na segunda dimensão segundo a composição do seu capital - quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses.

As posições no espaço social ocupada pelos agentes e pelos grupos formados por eles, grupos que o principal fator que denota a sua posição social pela mera observação não sistematizada é a profissão, constrói as distintas tendências de posições a serem ocupadas pelos diferentes detentores, em maior ou menor volume e composição, de capital. Para Bourdieu (2006) os habitus gestados em cada posição, que monta as diferentes práticas respectivas a cada posição social, não apenas influenciam os elementos tidos como relacionados a subjetividade do indivíduo, as aptidões, gostos e estilos de vida, mas determinam a própria representação que o agente tem do espaço social, ou seja, as suas próprias reflexões sobre o mundo social.

Cada um dos elementos que compõem um estilo de vida ou os julgamentos resultados de sistemas classificatórios no centro de um habitus específico, quando reconhecidos como legítimos, ou seja, quando eficazes simbolicamente, apenas tem sentido para o analista quando interpretados estruturalmente, pela compreensão de sua função em uma rede de relações de agentes múltiplos em posições desiguais. A interiorização da exterioridade, o habitus formado por determinadas estruturas sociais, é determinado pela origem familiar, trajetória individual e posição do agente no espaço social. Cada objeto simbolicamente não é definido apenas por quais agentes ele é apropriado, mas principalmente por quais agentes estão dotados dos meios de se apropriar simbolicamente de forma legítima o dado objeto.

Apresentamos a seguir a título de exemplificação dos temas abordados até aqui, uma representação do espaço social francês, no qual estão expostas categorias socioprofissionais segundo o seu capital e algumas características dos estilos de vida. As variáveis se alteram segundo as coordenadas ocupadas pelos agentes no gráfico da seguinte forma: na primeira dimensão de baixo para cima representando um aumento do volume total de capital e na segunda dimensão da esquerda para a direita em um aumento do capital econômico e diminuição do capital cultural.

Gráfico 1 – Representação do espaço social da sociedade francesa



Fonte: Bourdieu (2011, p.24, modificado pelo autor)

Os tipos de capital, são os poderes que definem as chances de ganhos em campos específicos, segundo Bourdieu (1989, p.134) “de facto, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre como poder e como coisa em jogo, neste campo.” A eficácia do capital dá-se pelo seu uso e acúmulo dentro dos jogos nos quais ele é um elemento relevante, contribuindo de tal forma para determinar a posição social do agente. A posição de um determinado agente no espaço social pode ser definida, pelo seu patrimônio na distribuição dos poderes que atuam em cada campo, ou seja, pela sua posição ocupada nos diferentes campos. Como posto por Bourdieu (1989, p.135-136):

Pode-se assim construir um modelo simplificado do campo social no seu conjunto que permite pensar a posição de cada a agente em todos os espaços de jogo possíveis [...] A forma de que se reveste, em cada momento e em cada campo social, o conjunto das distribuições das diferentes espécies de capital (incorporado ou materializado), como instrumento de apropriação do produto objectivado do trabalho social acumulado; define o estado das relações de força - institucionalizadas em estatutos sociais duradouros, socialmente reconhecido ou juridicamente garantidos -, entre agentes objetivamente definidos pela sua posição nestas relações. Esta posição determina os poderes actuais ou potenciais nos diferentes campos e as probabilidades de acesso aos ganhos específicos que eles ocasionam.

2.4 Campos e classes

Se os distintos habitus são interiorizações do mundo social, a sua exteriorização concomitantemente com o capital detido pelo agente dá-se nos diferentes tipos de campos nos quais o habitus é adequado e o capital reconhecido. Os campos são microcosmos dentro das sociedades modernas nos quais é produzido um tipo de bem, material ou simbólico, e capital, específicos ao próprio campo, no qual os diferentes agentes visam ocupar posições de dominação e monopólio dentro dele. Por cada campo seguir uma lógica própria, cada um deles produz as suas próprias formas de avaliar, produzir e distribuir desigualmente entre seus agentes o capital.

Os campos, espaços formados pelas diferentes posições e relações entre os agentes, sendo tais relações de força e dominação, se constitui como uma arena de disputas nas quais o objeto de disputa é a apropriação e distribuição desigual do capital específico. As estratégias, palavra que não é tomada apenas como plano consciente e calculista, mas na qual está inclusa as ações, disposições inconscientes estabelecidas pelo habitus, depende da posição, dominante ou

dominada, ocupada pelo agente no campo específico. Segundo Bourdieu (1992, p.97, tradução nossa):

Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede, ou uma configuração, de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente, em sua existência e nas determinações que impõem a seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação presente e potencial (situs) na estrutura de distribuição de espécies de poder (ou capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo, bem como por sua relação objetiva com suas posições (dominação, subordinação, homologia, etc). Nas sociedades altamente diferenciadas, o cosmos social é constituído por vários desses microcosmos sociais relativamente autônomos, ou seja, espaços de relação objetiva que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irreduzíveis àquelas que regulam outros campos. Por exemplo, o campo artístico, ou o campo religioso, ou o campo econômico seguem lógicas específicas: enquanto o campo artístico se constituiu rejeitando ou invertendo a lei do lucro material, o campo econômico emergiu, historicamente, pela criação de um universo dentro do qual, como costumamos dizer, “negócios são negócios”, onde as relações encantadas de amizade e amor são em princípio excluídas.

A introdução de campos para a explicação do mundo social ao mesmo tempo que complexifica as explicações de tal mundo consegue respeitar, e revelar cientificamente, a lógica interna de funcionamento de diversas dimensões do mundo social. Podendo escapar das opções dadas entre a oposição do interacionismo resultante do mapeamento das interações dos agentes e a determinação estrutural que apresenta os atores como meros reprodutores de uma ordem específica, a análise através da teoria dos campos revela as próprias disputas de poder dentro de cada campo e revela a semi-autonomia de cada espaço e a sua dinamicidade.

O conceito de campo retraduz as noções de meio e influências que usadas retiram, ou, pelo menos, não explicitamente contribuem para uma possível sistematização das interações que ao serem relacionadas com efeitos estruturais revelam sua própria lógica de funcionamento. Em suma, nenhum elemento, nenhuma posição, nenhum lugar, nenhum ponto, faz sentido fora de sua relação com os outros. Posto de maneira sintética por Bourdieu (2019, p.473, tradução nossa) “o mundo social é feito de espaços de forças que podem não ser exercidas ou exercidas assim que uma coisa entrar nele, que algum objeto entrar no campo; essa coisa sofrerá força e sua capacidade de resistir a essa força será proporcional ao seu capital, ou seja, ao seu habitus, seu capital incorporado e seu capital objetivado.”

A perspectiva bourdesiana revela o mundo social como atravessado por lutas nas quais as desigualdades de capital, não são relacionadas apenas ao universo da

produção econômica, mas também aos universos antes intocados da produção cultural. O poder simbólico para o autor não é uma forma específica de poder, mas uma dimensão de todo poder, sendo ele outro nome para legitimidade. Segundo Bourdieu (1989, p.15) “o poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder”, a transformação das formas de capital em capital simbólico através do reconhecimento, “garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico.”

Após a revisão dos principais conceitos de Bourdieu, caminho ao qual tentamos não apenas trazer nominalmente conceitos retirados de seu projeto intelectual, mas compreender a inter-relação necessária entre eles para o seu funcionamento, mencionamos uma fórmula necessariamente simplista expressa pelo autor que condensa o caminho traçado até aqui: “[habitus] (capital)] + campo = prática” (BOURDIEU, 2006, p.97).

A análise bourdesiana de classes considera como as classes dominantes não apenas aquelas dotadas do princípio dominante de dominação, o capital econômico, mas as outras formas de dominação exercidas pelos detentores de capital cultural. No espaço social os detentores dos maiores volumes totais de capital, independentemente do tipo, são considerados como a classe dominante. Os habitus e suas práticas resultantes, inicialmente gestados no seio familiar, são um processo de distinção e sinalização de pertencimento a determinada classe, como posto por Bourdieu (2006, p.97), uma análise que visa enxergar a estrutura, que fundamenta a diversidade e multiplicidade das práticas dos diferentes agentes, deve:

Retornar ao princípio unificador e gerador das práticas, ou seja, ao habitus de classe, como forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe; portanto, construir a classe objetiva, como conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas semelhantes, além de possuírem um conjunto de propriedades comuns, propriedades objetivadas, às vezes, garantidas juridicamente – por exemplo, a posse de bens ou poderes – ou incorporadas, tais como os habitus de classe – e, em particular, os sistemas de esquemas classificatórios.

As classes para o autor são então os agentes e grupos que ocupam posições próximas no espaço social, a classe social não é então definida por uma propriedade nem por uma soma de propriedades, “mas pela estrutura das relações entre todas

as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas.” (BOURDIEU, 2006, p.101).

A classe é uma construção teórica realizada pelo autor para classificar os agentes, que prediz os encontros, afinidades, simpatias, desejos e similaridades que a proximidade no espaço social cria entre os agentes. Apesar da proximidade no espaço social resultar no aumento do possível sucesso em mobilizar tais grupos como classes conscientes de si, a proximidade não gera necessariamente a unidade, como posto por Bourdieu (2011, p.25) as afinidades pela proximidade de certos grupos, “não significa que elas constituam uma classe, no sentido de Marx, isto é, um grupo mobilizado por objetivos comuns e particularmente contra uma outra classe.”

A construção bourdesiana da categoria de classes, afirma a sua existência como categoria de análise contra aqueles que recusam a sua existência e nega a sua necessária afirmação como realidade política contra aqueles para os quais classe é uma realidade sempre factual objetiva. Segundo Bourdieu (2013, p.108) teoria das classes deve superar a oposição entre as teorias objetivistas para as quais a classe consiste em “grupos discretos, simples populações enumeráveis e separadas por fronteiras objetivamente inscritas na realidade” e as teorias subjetivistas que reduzem classe e “ordem social a uma espécie de classificação coletiva obtida pela agregação das classificações individuais, ou, mais precisamente, das estratégias individuais, classificadas e classificatórias, pelas quais os agentes classificam a si e aos outros.”

De forma resumida, Bourdieu (1989, p.136) expressa sua definição de classe da seguinte forma:

Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar classe no sentido lógico do termo, quer dizer, conjunto de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo práticas e tomadas de posição semelhantes. Esta classe no papel tem a existência teórica que é a das teorias enquanto produto de uma classificação explicativa, perfeitamente semelhante à dos zoólogos ou dos botânicos, ela permite explicar e prever as práticas e as propriedades das coisas classificadas - e, entre outras, as das condutas de reunião em grupo. Não é realmente uma classe, uma classe atual, no sentido de grupo e de grupo mobilizado para a luta; poder-se ia dizer, em rigor, que é uma classe provável, enquanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objetivos às ações de mobilização do que qualquer outro conjunto de agentes.

Por último devemos apenas realizar um comentário sobre a perspectiva da teoria bourdesiana sobre a luta de classes. Em um primeiro momento, o que poderia ser interpretado como uma expansão e aprofundamento das dimensões de classe na vida dos indivíduos, extrapolando em muito apenas o local da produção econômica, mostra um rompimento evidente, sendo o autor o primeiro a destacar tal distanciamento, com as perspectivas marxistas.

Por outro lado, deve ser destacado o ímpeto da teoria, que vai de acordo com as intenções marxistas, de buscar nos espaços interpretados como neutros, em especial no caso bourdesiano os aspectos voltados a individualidade, aos espíritos livres da arte e intelectualidade, a dimensão de dominação de classe. Antes da canonização da divisão marxista entre burguês e proletariado como única divisão de classe e interpretação com intenções emancipatórias, não deve ser esquecido, como lembra Adorno (2020, p.265), que “Marx morreu durante a elaboração da teoria das classes, e o movimento dos trabalhadores deixou-a como estava”.

A revisão dos principais pontos da teoria social de Bourdieu indica o caminho a ser traçado no restante da pesquisa. Descrevemos no primeiro capítulo a sociedade como um espaço social recortado por relações de força, na qual as posições dos agentes nos diferentes campos são distribuídas segundo o seu acúmulo de capital. No segundo capítulo, iremos tentar responder o seguinte questionamento: no espaço social norte-americano, onde se localiza CFR? Em outras palavras, vamos nos indagar qual é a posição ocupada pelo CFR no espaço formado pelos distintos campos da sociedade estadunidense.

A resposta de tal pergunta é dividida, grosso modo, em duas partes no segundo capítulo. A primeira consiste em abordar o debate teórico sobre TTs e a segunda na formação e história do CFR. Ambas possibilitam responder à pergunta instilada pela teoria bourdesiana de localizar a posição e função da organização na sociedade norte-americana, resposta que é necessária para compreender posteriormente os discursos presentes na *Foreign Affairs*.

Se neste capítulo descrevemos através da teoria bourdesiana as relações de poder que fundamentam os discursos tidos como legítimos, poderemos ao responder à pergunta da posição do CFR no espaço social, saber as bases sociais e ações que conferem aos discursos do CFR seus distintos graus de legitimidade.

3 O DEBATE SOBRE OS *THINK TANKS* E A INSTITUIÇÃO DO *COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS*

3.1 *Think tanks*, sua história e o dilema da definição

Abordaremos a temática dos *think tanks*¹ por uma descrição histórica e pelo problema que se apresenta em sua definição. De maneira genérica, os TTs são compreendidos como organizações constituídas por especialistas que conduzem pesquisas em políticas públicas e mediante a promoção das ideias levantadas pelos seus membros, tem como objetivo influenciar a formação de tais políticas. O problema de sua definição dá-se pela dificuldade em separar TTs de outras instituições semelhantes que realizam pesquisa e por meio de *advocacy*² buscam mudanças na esfera pública.

A questão é como podemos distinguir ou conceitualizar TTs de outros grupos que também produzem conhecimento sobre o público com o intuito de intervir nele, como por exemplo: institutos de pesquisa; grupos relacionados à universidade; agências governamentais que desenvolvem pesquisa; empresas de consultoria contratadas pelo governo por seu conhecimento; diferentes movimentos sociais e grupos de *advocacy*.

Além da miríade de organizações semelhantes aos TTs, é combinado o problema da diversidade entre as próprias instituições marcadas por tal rotulação. A descrição genérica sobre tais instituições varia radicalmente, para citar alguns pontos: em sua estrutura organizacional; influência no mundo político; nos diferentes públicos-alvo e seu respectivo impacto em tais públicos; a temática tratada; maneiras de financiamento; presença na mídia; na dimensão dos recursos e profissionais mobilizados.

A influência que os TTs exercem na formulação de políticas públicas consiste em além da pesquisa e posterior adoção por membros da sociedade das ideias produzidas na instituição, os diversos meios de influenciar e atrair a atenção dos distintos públicos-alvo para a adoção de tais ideias. As atividades de *advocacy* de

¹ Apesar de existirem traduções para o termo, realizamos a mesma escolha optada pela mídia e literatura acadêmica em língua portuguesa ao manter o uso da palavra em inglês.

² O termo sem tradução literal para a língua portuguesa, significa o ato ou processo de apoiar ou advogar por uma causa ou proposta. Sendo o conjunto de ações que visam influenciar a formulação, aprovação e execução de políticas públicas, sendo tais ações voltadas para o governo e/ou sociedade.

um TT consistem em atrair e competir com outros atores pela influência de formuladores de políticas e apoio financeiro de agências governamentais, indivíduos e doadores corporativos. Segundo Stone (1996) podemos definir as atividades públicas de um TT como: realização de fóruns e conferências públicas para discutir temas; testemunhar perante comissões e subcomissões do Congresso e do Parlamento; organizar eventos públicos; publicar material acadêmico ou não amplamente distribuídos e exposição pela através da mídia tradicional e por meio do uso de várias mídias sociais.

As maneiras públicas de tentar exercer influência usualmente são atribuídas como as maneiras oficiais de funcionamento de um TT. Estudos que empiricamente tentam medir a influência de tais organizações usualmente se apoiam na quantidade de menções diretas realizadas por políticos e mídia (ABELSON, 2018; MCGANN, 2007; RICH, 2004). No entanto, muitas vezes é difícil monitorar como tais grupos de reflexão procuram influenciar os formuladores de políticas de maneira privada. Um dos grandes atrativos dos TTs são as redes de contatos e relações geradas e administradas por tais instituições, Abelson (2018, p.135) destaca as atividades privadas de um TT e seus membros como: aceitar cargos de gabinete ou burocráticos em administrações; servir em forças-tarefa de política e equipes de transição durante as eleições presidenciais e em conselhos consultivos presidenciais; estabelecer escritórios próximos ou dentro de edifícios governamentais; convidar decisores políticos selecionados para participar de conferências, seminários e grupos de trabalho; oferecer posições de ex-formuladores de políticas em grupos de pesquisa; e preparar estudos e resumos de políticas para os formuladores de políticas.

A definição sobre TTs estabelecida na literatura especializada surge em Weaver (1989), sendo descrita de maneira atualizada pelo próprio autor em Weaver e McGann (2000, p.4, tradução nossa) como “organizações de pesquisa não governamentais e sem fins lucrativos com autonomia organizacional substancial do governo e de interesses sociais, como empresas, grupos de interesse e partidos políticos.”

Tal definição, apesar de críticas recebidas pela sua opacidade, é usada pela maioria da literatura especializada no assunto de maneira implícita ou explícita. Segundo Pauch (2011, p.420, tradução nossa) apesar do constante aumento da literatura sobre o assunto, o debate sobre a definição do que realmente constitui um

“*think tank*, como ele faz o que faz e qual é o seu papel, está um tanto estagnado. A maioria das pesquisas se baseia em definições e tipologias desenvolvidas nas décadas de 1980 e 1990”.

A definição canônica traz como fator diferencial, a questão da autonomia, que apesar de não precisar necessariamente ser absoluta, pode ser compreendida como autonomia substancial, significativa, parcial ou relativa. Este fator permanece sendo o elemento essencial para a definição de TTs (McGann e Jonhson, 2005). A questão é bem exposta por Hauck (2017, p.3-4, tradução nossa), para quem a principal literatura sobre TTs confere a tais organizações dois atributos diferenciais, sendo eles “uma autonomia organizacional e financeira do governo e dos interesses sociais (grupos de interesse e pressão, partidos políticos e empresas); e, envolvimento central e amplo na condução de pesquisa / produção de conhecimento”. Como veremos adiante, na prática ambos os atributos diferenciais descritos, que poderíamos descrever como independência institucional e credibilidade científica respectivamente, são fundidos de maneira inseparável na percepção que julga tais organizações como autônomas de interesses externos.

Esta definição de TTs é acompanhada pela descrição de seus propósitos, como sendo os de ajudar a construir pontes entre o conhecimento e a política. A interpretação dominante compreende que “essas instituições geralmente atuam como uma ponte entre as comunidades acadêmicas e de formulação de políticas e entre os estados e a sociedade civil, servindo no interesse público como uma voz independente” (MCGANN, 2020, p.13, tradução nossa). No mundo dos diferentes interesses presentes na arena política, eles são uma voz independente na qual a sua inserção na esfera política e sua influência é sustentada por conhecimento cientificamente embasado. A interpretação hegemônica não considera os TTs como agentes servindo a interesses externos ao processo político, mas como atores independentes que fortalecem a capilaridade democrática surgidos de uma necessidade ou demanda da sociedade por conhecimento especializado para formar políticas públicas. Portanto, entende-se que enquanto formulando argumentos baseados em uma razão técnica, os TTs estão acima de interesses particulares.

Pela interpretação teórica pluralista usada na principal literatura, a ausência de interesses no TT é acompanhada pela ausência de interesses na parte receptora de suas ideias, o governo. O pluralismo é baseado no modelo de uma economia de livre mercado. Os políticos competem pelo apoio dos eleitores na arena eleitoral da

mesma forma que os capitalistas competem por compradores no mercado. Assim como o sistema de mercado dá aos consumidores liberdade e a soberania sobre as suas próprias escolhas, o sistema político também dá soberania aos eleitores. O poder não é exercido por grupos específicos, mas advém da pluralidade de sujeitos, grupos e instituições distintos e com interesses conflitantes. Políticos vão buscar maximizar a satisfação da totalidade ou maior montante possível de eleitores gerando então o bem comum ou o melhor bem comum possível de ser atingido com o objetivo de obterem no mercado competitivo eleitoral o maior número de votos. Segundo Domhoff (2005, online, tradução nossa) “devido a essa relação entre eleitores e eleitos, o governo é neutro nas disputas entre grupos, ou seja, não possui interesses próprios inerentes e, portanto, pode arbitrar entre os interesses conflitantes.”

Para Abelson (2009, p.99, tradução nossa) a tradição pluralista americana assume que TTs “representam apenas um dos muitos tipos de organizações que povoam a comunidade de formulação de políticas, [...] *think tanks* competem entre si e outras organizações não governamentais por recursos limitados” na qual “formuladores de políticas e os governos que eles representam se comportam como moderadores ou árbitros monitorando a competição entre os grupos”.

Podemos afirmar que nas principais interpretações sobre os TTs ocorre uma dupla neutralização de interesses, a primeira pelos fornecedores de ideias ao se basearem na pesquisa de uma ciência neutra serem apenas mais um grupo presente no plural processo de formulação de políticas e a segunda pelos receptores de tais ideias no governo aceitarem as ideias por compreenderem que através delas ocorre a máxima satisfação do público eleitoral.

O conhecimento produzido nos TTs é valorizado, além da sua cientificidade, por outras duas características na principal literatura. A primeira sendo a de seu caráter democrático, no qual a produção de conhecimento e esfera ampliada de influência em decisões políticas estão ancoradas na sociedade civil. Segundo McGann (2020, p.16, tradução nossa) o aumento global de TTs é sinal do “fim do monopólio dos governos nacionais sobre a informação, crise de confiança nos governos e funcionários eleitos [e] globalização e crescimento de atores estatais e não estatais.” TTs interpretados como instituições autônomas são contrapostas em relação à rigidez do Estado-nação.

A segunda característica é pela posição de agente externo à disputa dos interesses usuais no campo político, os TTs seriam uma fonte de inovação ou pensamento criativo. Além de serem interpretados como capazes de oferecer novas respostas para velhos problemas ou debates anteriormente sem solução pela sua criatividade, como posto por Hyder (2015) “tradicionalmente, os *think tanks* são compostos por um grupo de indivíduos que oferecem brainstorming criativo”.

O conhecimento criativo desenvolvido em tais instituições também têm um caráter subversivo, como dito por Teixeira (2006, p.77) quando TTs são descritos de maneira idealista. Neste caso, a sua função seria o “desafio do status quo e desenvolvimento de alternativas, fora da zona de conforto [...], TTs teriam o papel de dizer que o rei está nu”, ou como posto por McGann (2002, p.14, tradução nossa) o maior desafio aos “*think tanks* é como alcançar e sustentar sua independência para que possam falar a verdade ao poder”. As duas características expostas denotam o caráter de novidade que o fenômeno dos TTs traria consigo, não só seu pensamento é inovação criativa, mas eles são causa e efeito de uma nova sociedade menos centrada e monopolizada pelo estado-nação, mais globalizada e ancorada na inovadora e democratizante sociedade civil.

Podemos afirmar aqui que exatamente o fator usado na definição, para distinguir TTs de outras organizações semelhantes, o de autonomia, é seu ponto mais nebuloso. O julgamento sobre o que consiste uma organização autônoma é altamente relativo, no qual encontramos opiniões que entendem autonomia formal como único requisito ou outras que interpretam que apesar de a instituição necessariamente depender financeiramente de terceiros ou não ser formalmente independente, o conhecimento científico pela sua neutralidade seria a fonte da autonomia. A nebulosidade do conceito acompanhado pela diversidade de instituições que se rotulam como TTs, resulta que, segundo Hauck (2019, p.72) “a literatura especializada nos TTs defende a distinção [de tais organizações] [...], mesmo que tacitamente por definições idealizadas, mas não oferece ferramental objetivo para fazê-la.” A definição ideal abordada anteriormente da literatura especializada, ao mesmo tempo que distingue a autonomia de TTs como a característica diferencial de tais instituições não oferece meios para defini-la empiricamente.

O critério da autonomia também não é avaliado pelo posicionamento político do próprio TT quando ele é posto de maneira explícita. Assim como uma instituição

pode se assumir como neutra, mesmo não o sendo, TTs que se posicionam politicamente ainda podem ser considerados como instituições autônomas. Segundo Abelson (2018, p.41, tradução nossa):

Para muitos *think tanks*, servir em uma capacidade educacional ou de pesquisa não significa que eles devam, ou necessitem, evitar assumir posições sobre questões políticas ou defender um conjunto particular de valores, crenças ou princípios. Pelo contrário, conforme descrito em suas declarações de missão, todos estão comprometidos com a realização de um conjunto de metas e objetivos. [...] A questão para acadêmicos que estudam *think tanks* não é se eles estão comprometidos com a pesquisa política ou com o *advocacy* político, mas quanta ênfase eles colocam em cada um.

A instituição pode ser explicitamente politizada, mas se é percebido que apesar de seu posicionamento ideológico, o TT realiza uma pesquisa científica livre de valores, a instituição é entendida como autônoma e capaz de produzir conhecimento digno de credibilidade.

O conceito de TTs se encontra em uma constante tensão entre dois níveis: ser amplo demais perdendo de tal maneira qualquer potência analítica; ou ser restrito demais para um tipo de instituição que apresenta grande diversidade de características. Segundo Stone (1996, p.13, tradução nossa) “*think tank* sempre será um termo escorregadio [...] a aceitação da ausência de fronteiras firmes entre *think tanks* e outras organizações permite a sensibilidade para tipos novos ou tipos em evolução de TTs”. Ou como posto por Rich (2004, p.11, tradução nossa) “na verdade, traçar distinções irrefutáveis entre *think tanks* e outros tipos de organizações não é inteiramente possível nem desejável; em vez disso, as fronteiras institucionais são frequentemente amorfas e se sobrepõem”.

A definição canônica descrita anteriormente de Weaver (1989) é fruto de, como é chamado por Medvetz (2008, p.3, tradução nossa), o dilema da definição. Este dilema reconhece a tensão entre uma definição demasiada ampla ou restrita. Desta forma, os estudos “começam formulando uma noção precisa de *think tank*, então dão um passo para trás e reconhecem a natureza escorregadia, mutável e difusa do conceito. Essa abordagem resulta no retrocesso em direção à nebulosa noção genérica política com a qual começamos”.

A amplitude das instituições que podem se enquadrar no termo de TT caso busquem tal rotulação, é bem exposta na tipologia de TTs estabelecida no relatório do *The Think Tanks and Civil Societies Program* (MCGANN, 2020). Este é o principal programa de mapeamento e ranqueamento de TTs em escala global, no qual a autonomia completa ou parcial é o principal fator na classificação de tais instituições:

Quadro 1 – Classificação usada pela *Think Tanks and Civil Societies Program*

CATEGORIA	DEFINIÇÃO
AUTÔNOMO E INDEPENDENTE	Independência significativa de qualquer grupo de interesse ou doador e autônomo em sua operação e financiamento do governo.
QUASE-INDEPENDENTE	Autônomo do governo, mas controlado por um grupo de interesse, doador ou agência contratante que fornece a maior parte do financiamento e tem influência significativa sobre as operações do <i>think tank</i> .
AFILIADO AO GOVERNO	Uma parte da estrutura formal do governo.
QUASE-GOVERNMENTAL	Financiado exclusivamente por concessões e contratos do governo, mas não como parte da estrutura formal do governo.
AFILIADO À UNIVERSIDADE	Um centro de pesquisa de política em uma universidade.
AFILIADO A PARTIDO POLÍTICO	Filiado formalmente a um partido político.
CORPORATIVO (PARA LUCRO)	Uma organização de pesquisa de políticas públicas com fins lucrativos, afiliada a uma empresa ou simplesmente operando com fins lucrativos.

Fonte: McGann (2020, p.14, tradução nossa)

Como havíamos comentado, o TT autônomo é o tipo ideal, que poderia ser descrito como um TT “puro”. O necessário entrelaçamento entre as atividades de um TT com grupos do setor corporativo, político e intelectual para o seu funcionamento normal, tornam tais categorias expostas dificilmente de serem diferenciadas na prática. Apesar da afiliação formal poder contribuir para a compreensão de alguns casos, na maioria, tal questão pela própria natureza do funcionamento de e laços

externos de tais instituições, é altamente difusa. A margem na qual termina a autonomia de um TT e começa a sua dependência deixando de ser uma organização ideal é altamente nebulosa e relativa. A colocação de um dos principais estudiosos do assunto, McGann (1994, p.70, tradução nossa) é sintomática de toda essa indefinição “eu reconheço um (*think tank*) quando o vejo”, ou como posto por Abelson (2018, p.37, tradução nossa) “depois de lutar para definir o que é um *think tank*, a maioria dos estudiosos concluiu que não existe um *think tank* típico”.

O problema ou dilema da definição na principal literatura abordado até agora pode ser entendido como a pretendida separação entre instituições e pesquisas, que por serem autônomas e neutras se diferenciam de interesses e ideologias de outros atores na arena política, não traz consigo os meios para realizar tal separação. De tal maneira, apenas refletindo a convicção dos principais autores sobre o tema de que TTs regulares se configuram como instituições onde interesses particulares estão ausentes. Como havíamos comentado é consenso na literatura que TTs se diferenciam objetivamente por sua independência e credibilidade, atributos estabelecidos através de julgamentos subjetivos e nebulosos. Na prática ocorre a percepção ou o efeito de autonomia. Entretanto, as instituições são percebidas como autônomas sem o estabelecimento de critérios claros para isso.

Reformulando a questão, na literatura sobre o tema poderíamos afirmar que a autonomia é sempre definida negativamente: uma instituição é autônoma quando não são identificados interesses particulares impedindo a produção de conhecimento neutro. A autonomia é a ausência de interessados ou beneficiários diretos das pesquisas dentro de tais organizações. Segundo Smith (1991, p.214) “se pesquisas e análises confiáveis não estiverem disponíveis, a base da decisão política torna-se dinheiro, interesses e lobistas”. A independência e a credibilidade desaparecem quando a pesquisa é comprometida por interesses. Como posto por Rich (2004, p.12, tradução nossa):

Para alcançar credibilidade, *think tanks* procuram maximizar sua independência. A seriedade com que a pesquisa de um *think tank* é levada depende de ela ser vista como independente de interesses financeiros específicos. [...] muitos *think tanks*, mesmo aqueles que promovem ativamente pesquisas alinhadas com ideologias ou pontos de vista particulares, procuram retratar uma independência de grupos específicos de apoiadores.

Buscamos delinear aqui a nebulosidade central presente na literatura sobre TTs, posteriormente retornaremos para tal questão ao abordar a interpretação de

Thomas Medvetz (2012). Com a intenção, não de apenas compreender a perspectiva pluralista como insuficiente e idealizadora, mas como a opacidade de tais instituições não é apenas uma falha explicativa de tal interpretação, mas um componente constitutivo para o funcionamento e efetividade de TTs.

Sendo considerados em um primeiro momento como um fenômeno norte-americano da segunda metade do século XX, observa-se no século XXI uma explosão no crescimento de TTs globalmente. Os TTs passaram de ser um acontecimento norte-americano para recentemente se tornarem atores consolidados em arenas políticas do mundo inteiro, mas ainda segundo Abelson (2018, p.29, tradução nossa) “o que torna os *think tanks* únicos nos Estados Unidos, além de seu número, é o quanto eles se envolveram ativamente em vários estágios do processo de formulação de políticas.”

O número de TTs dobrou globalmente desde o início do século XXI, de cerca de 4.000 instituições em 2005 para 8.248 no ano de 2020, sendo 1.871 deles localizados nos Estados Unidos e cerca de um quarto de tal quantidade localizada especificamente em Washington D.C. (MCGANN, 2020). Apesar do crescimento de TTs nos EUA estar se dando em níveis decrescentes ou desacelerados nos últimos 12 anos, pelo alto número de TTs já estabelecidos no país anteriormente, ainda assim o número de TTs em tal país mais do que dobrou desde 1980. Apesar de podermos dizer que o “mercado” para criação de novos TTs nos Estados Unidos mostra sinais de saturação, os atores já estabelecidos aumentam constantemente de importância. Segundo McGann (2007, p.9) a receita dos maiores TTs ativos desde a década de 1980 foram multiplicadas em diversas vezes: o do *Council on Foreign Relations* aumentou de 6.6 milhões de dólares em 1983 para cerca de 76 milhões em 2020, correspondendo a um aumento de 1050%.

Segundo Smith (1991, p.241) o nome *think tank* era usado originalmente para designar organizações militares norte-americanas de pesquisa na década de 1950, também então chamadas como *Brain Factory* e *Think Factory*. Entretanto, o nome *think tank* se tornou definitivo pela sua popularização pela mídia e uso geral durante a década de 1970, momento no qual houve a proliferação de tais instituições. O nome TT foi atribuído retroativamente pelos estudiosos no tema às primeiras instituições de pesquisa em políticas públicas criadas no início do século XX.

Como havíamos comentado, o crescimento de TTs em escala global é interpretado como uma demanda da sociedade por informação independente e

conhecimento especializado em uma sociedade globalizada. Mas a explicação de porque tais instituições eram até recentemente consideradas um fenômeno norte-americano e terem se desenvolvido solidamente lá em primeiro lugar, dá-se por dois fatores. O fator histórico seria o de que o governo sobrecarregado pelas funções de assumir a posição de nação-líder após a Segunda Guerra Mundial necessitava ajuda externa de especialistas para a formulação de suas políticas nacionais e internacionais. Segundo Haass (2002, p.5, tradução nossa) “a ascensão dos *think tanks* modernos é paralela à ascensão dos Estados Unidos à liderança global.”

O segundo fator seria de origem política. Pela interpretação pluralista, que define os Estados Unidos como uma nação democrática por excelência, o país oferecia o ambiente necessário para que tais instituições, cujo contato com a arena política é vital, pudessem funcionar. Para Abelson (2019, p.241, tradução nossa) “a natureza altamente descentralizada e fragmentada do sistema político americano oferece múltiplos canais para interagir com autoridades eleitas e nomeadas em todos os ramos e em todos os níveis de governo.”

Ainda na visão de Abelson (2009), a história dos TTs nos Estados Unidos é tradicionalmente separada em três ondas distintas. Cada uma significando um período de criação de TTs com algumas características gerais comuns. Devemos nos atentar ao fato de que um TT como uma instituição diferenciada é uma invenção recente que surgiu apenas na terceira onda, instituições de pesquisa criadas no início do século XX foram retroativamente chamadas de TTs e pertencentes a uma primeira onda. Mas como veremos ao abordar o CFR, instituições criadas no início do século XX, se adequaram tomando a forma das instituições modernas de ondas posteriores.

A primeira onda (1900-1945) consiste nas instituições criadas no início do século, sendo consideradas frutos da era progressista. Neste período, a modernização da sociedade através da racionalidade científica era saudada como a resolução de problemas sociais, econômicos e políticos. Segundo Abelson (2018, p.54, tradução nossa) guiados pela crença no progresso “um pequeno grupo de filantropos e reformadores sociais começou a estabelecer institutos de pesquisa com fundos privados ostensivamente dedicados para servir o interesse público.” A pequena quantidade de instituições criadas em tal período tinham como objetivo servir de exemplo ao governo como formas de gerir de maneira moderna os assuntos públicos. Na avaliação de Rich (2004, p.39) tais instituições filantrópicas

não eram apenas produtos de uma ideologia modernizante, mas frutos da própria era industrial, por serem em grande medida projetos de membros da elite financeira e industrial.

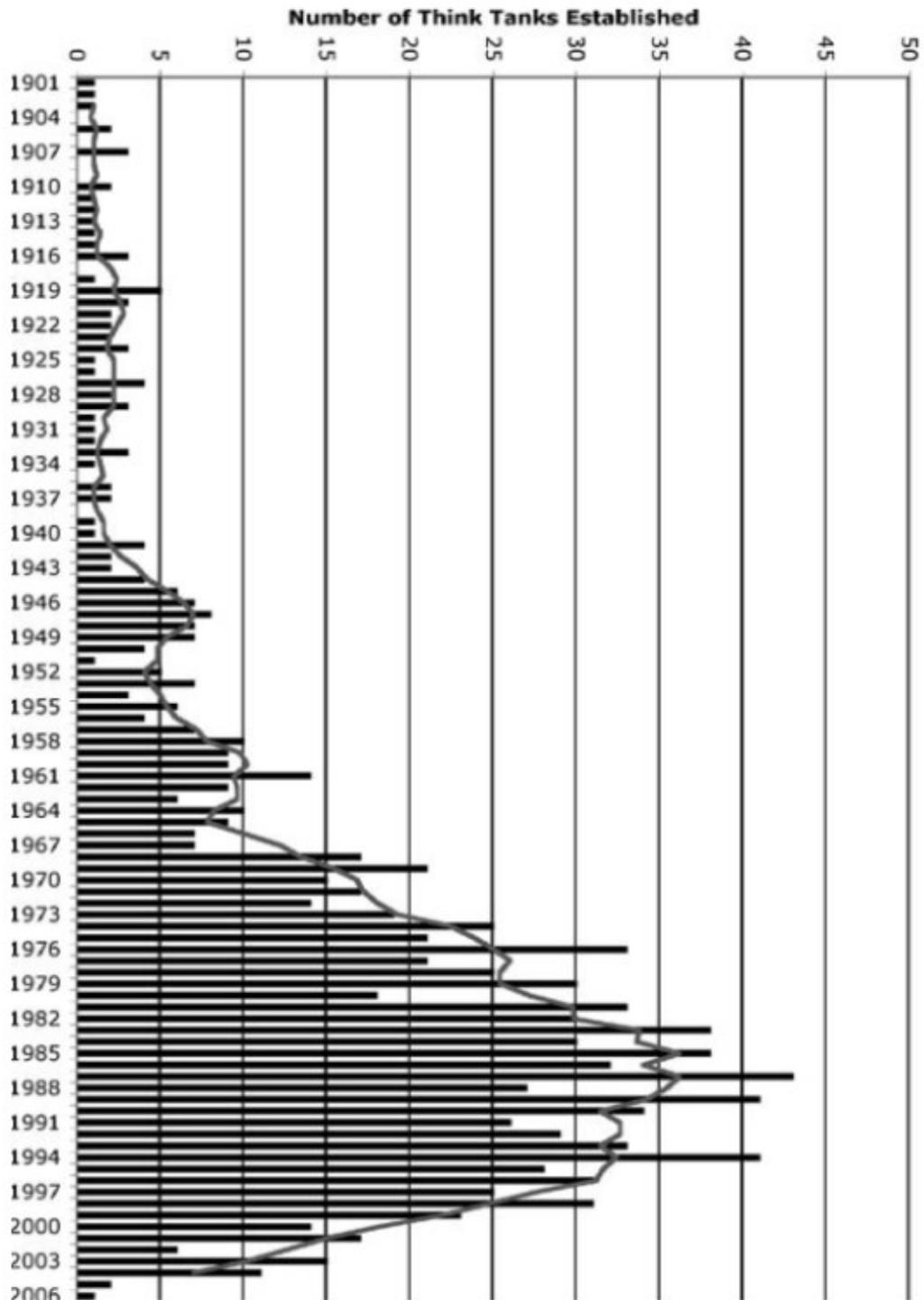
A segunda onda (1945-1970) é formada por instituições de pesquisa que estabeleciam relações com o governo americano através de contratos. Tais instituições eram contratadas pelo seu conhecimento tecnológico para realizar serviços específicos para o governo, usualmente voltados na área militar e de defesa. No final da Segunda Guerra Mundial, uma nova onda de *think tanks* estava surgindo nos Estados Unidos, em grande parte em resposta às crescentes pressões internacionais e domésticas enfrentadas pelos formuladores de política norte-americanos. Segundo Abelson (2018, p.56, tradução nossa) no contexto da Guerra Fria, aproveitando o conhecimento especializado “os formuladores de políticas esperavam enfrentar os muitos novos desafios que herdaram à medida que os Estados Unidos assumiam seu papel de potência hegemônica na era atômica.” O primeiro e maior exemplo de tal período é a *RAND Corporation*, instituição não lucrativa criada por uma empresa no setor aviário para oferecer serviços estipulados por contrato para a força área norte-americana. Para Smith (1991, p.114) tal instituição serviu de molde para todas as instituições não militares desenvolvendo tecnologia para o exército criadas posteriormente em tal onda.

A terceira onda (1970-1990) consiste na criação de TTs nos moldes que conhecemos hoje, como instituições democráticas da sociedade civil produtoras de conhecimento para a formulação de políticas públicas, usualmente sendo referidos como *advocacy think tanks*. Em tal momento observamos a explosão no número de *think tanks* criados e a consolidação de tais instituições na arena política norte-americana. Se anteriormente a pesquisa era realizada sob as condições estabelecidas por contratos, agora a sua influência também depende das ações dos próprios TTs em afirmar, convencer e provar a sua utilidade.

Na terceira onda se tornaram rotineiras dentre as atividades de TTs, pensar as formas e estratégias, sobre como influenciar efetivamente os formuladores de políticas, o público, a mídia e outras partes interessadas importantes (ABELSON, 2009, p.67). A produção de conhecimento científico em tais instituições começou andar junto com os esforços de “marketing” ou “corretagem” de tais ideias. Segundo Rich (2004, p.72, tradução nossa) “as estratégias de grupos de pesquisa em políticas públicas passaram a incluir mais regularmente esforços para comercializar

e promover pesquisas para alcançar alto perfil e visibilidade imediata em debates políticos.” Na terceira onda ocorre a mudança e proliferação de TTs de organizações envolvidas na área de ciências exatas e cumprimento de contratos governamentais para agentes políticos envolvidos em questões sociais e políticas públicas. Desde então surge o discurso sobre TTs, no qual eles se representam e são representados, como instituições democratizantes da sociedade e altamente engajados com o público geral. Apresentamos a seguir em um formato de gráfico para melhor visibilidade, a proliferação de TTs nos Estados Unidos ao longo do século XX:

Gráfico 2 – Número de novos *think tanks* estabelecidos por ano nos Estados Unidos, de 1901 até 2006



Fonte: McGann (2007, p.10)

Na última onda que tais instituições se estabelecem como atores comuns no processo de formulação de políticas públicas na arena política norte-americana.

Como nota Smith (1991) até o início dos anos 1990 a literatura sobre o assunto era bastante reduzida. O fenômeno começa a ganhar destaque acadêmico após a sua solidificação no cenário norte-americano e quando tais instituições começam a se proliferar mundialmente (ABELSON, 2006). Como comentamos, o surgimento de literatura especializada ao entender como papel distintivo de tais organizações a sua autonomia, separando-as de outras instituições e grupos de interesse, cria a justificação de tal literatura ao interpretar TTs como organizações com características únicas que devem ser distinguidas do restante e estudadas.

Apesar de os conselheiros intelectuais do poder, os “conselheiros do príncipe” serem uma figura presente no imaginário popular, o fenômeno recente de TTs se apoia em uma figura também do mundo intelectual, mas de criação recente, a do especialista. Segundo Teixeira (2006) a caricatura do intelectual livre no alto da torre de marfim ligado ao mundo espiritual de verdades universais e longe do mundo terreno é substituída pela figura do especialista, próximo dos problemas práticos e na busca de verdades úteis para o pronto uso pela sociedade. O novo intelectual é reconhecido como válido ao se engajar diretamente no processo político através dos meios e possibilidades estabelecidos dentro do próprio sistema político, sendo o seu reconhecimento como intelectual ou especialista baseado na sua utilidade dentro de tal sistema.

A vida do intelectual moderno ou especialista é altamente regulada. Para Smith (1991, p.10, tradução nossa) “*expertise* implica treinamento, certificação, profissionalização e outros atributos que dependem de uma comunidade organizada de conhecimento”. O especialista baseado no conhecimento técnico-científico é o produto recente da infraestrutura recente que o produz, “a infraestrutura dos programas de pós-graduação em ciências sociais e administração pública que hoje os fornecem com tamanha abundância só se concretizou na última metade do século XIX e início do século XX.” (SMITH, 1991, p.10, tradução nossa). Na sociedade moderna na qual a intenção é a de sustentar o debate político dentro de parâmetros racionais oferecidos pelo conhecimento científico, a proliferação do especialista representa o culminar de um esforço de cem anos para trazer conhecimento especializado para apoiar a formulação de políticas públicas em uma sociedade modernizada ou racional.

Segundo Stone (2007, p.275), o funcionamento de TTs indica que mais do que serem instituições que seriam pontes entre o conhecimento e a política, são atores

que estabelecem o entendimento de que conhecimento neutro e livre de valores apenas pode existir se existe uma clara divisão asséptica entre a esfera política e a produção de conhecimento científico. De acordo com Stone (2007, p.275, tradução nossa), a metáfora de aproximar a ciência da política “estabelece uma falsa divisão ontológica entre teoria e prática, entre o mundo da teoria e o chamado mundo real”, estabelecendo que “as fronteiras entre os dois domínios permanecem inalteradas, mas estão ligadas por pontes, como *think tanks*, que também desempenham um papel no policiamento e na mediação das fronteiras.”

A eclosão das distintas instituições de conhecimento especializado não só pressupõe o fim da figura do intelectual independente, mas também a do grande estadista. Sendo o estadista compreendido como aquele versado na arte de governar, com virtudes consideradas inatas a pessoa e sabedoria adquirida pela experiência. Segundo Smith (1991, p.10, tradução nossa) “as relações consultivas contemporâneas sugerem não apenas um tipo diferente de conselheiro, oferecendo conselhos mais especializados, mas um tipo diferente de líder político, que é consideravelmente mais dependente de especialistas.” O resultado seria uma política menos baseada no personalismo e livre vontade de quem detém o cargo estatal e mais, como observamos, democratizada por seguir argumentos racionais vindos da sociedade civil.

3.2 *Think tanks* e a política externa norte-americana

A participação de TTs na política externa e na política como um todo, como havíamos comentado, é relacionado com os efeitos da globalização e o declínio da “monopolização” do estado por tais atividades. A antiga separação entre a “alta política” da diplomacia e questões de segurança e a “baixa política” de questões econômicas, ambientais e sociais, estaria sendo desfeita pela globalização e a inserção de novos atores não estatais envolvidos na formulação de políticas internacionais. Como vimos, no caso norte-americano pela ascensão do país até a posição de nação hegemônica, a quantidade de conhecimento necessária pelos governantes para administrar as pautas de uma política em escala global além do pessoal especializado necessário para tal, era suprida pelos TTs.

Além das explicações de que pela sua posição de liderança os Estados Unidos necessitavam de TTs para obter conhecimento especializado, Higgot e Stone (1994,

p.22) destacam três elementos que contribuíram para a inserção de tais organizações especificamente na área de política externa: (i) o papel do Congresso, após a Guerra do Vietnã, em deter o poder de autorizar o início de futuros conflitos em larga escala; (ii) a internacionalização do setor empresarial dos Estados Unidos e financeirização da economia; (iii) uma ampliação e profissionalização da elite envolvida na formulação da política externa estadunidense. Como descrevemos anteriormente as instituições da segunda onda funcionando na base de contratos governamentais dentro da lógica da Guerra Fria, agora são acompanhadas pelos TTs da terceira onda que visam influenciar a política externa nos múltiplos pontos de sua formulação.

Fatores da configuração política do país, que contribuem para a influência de TTs, são o fragmentado processo de formulação de políticas públicas, a fraca disciplina partidária e a falta de um serviço público permanente. Segundo Arin (2013, p.7, tradução nossa), a fraca disciplina partidária permite que políticos eleitos não tenham uma plataforma do partido a seguir, e “encoraja os congressistas e membros do governo norte-americano a solicitar *expertise* política de *think tanks*. Muitos presidentes consultaram grupos de reflexão para aconselhamento político e coerência ideológica.”

A fraca disciplina partidária, o desconhecimento dos candidatos políticos sobre os assuntos especializados e a falta de um serviço público fixo, conjuntamente contribuem para a situação na qual um vasto número de cargos deve ser preenchido sem que o político tenha propriamente os meios para tomar uma decisão independente e de tal maneira se apoie em nomes já estabelecidos pelo seu reconhecimento como especialistas. Segundo Abelson (2014, p.131, tradução nossa):

Ao contrário do Canadá, Grã-Bretanha e outras democracias parlamentares nas quais há muita pouca rotatividade nos altos escalões do serviço público, nos Estados Unidos a *revolving door*³ na administração civil facilita o movimento de estudiosos de *think tanks* dentro e fora de departamentos e agências governamentais. Quando um novo governo chega ao poder, o

³ Segundo Domhoff (2014) um fenômeno importante notado pela análise empírica é o acontecimento batizado de *revolving door*, no qual o constante movimento e troca de funcionários de alto nível de empregos no setor público para empregos no setor privado e vice-versa, resulta que muitos legisladores e reguladores se empregam em indústrias que antes regulamentavam ou funcionários privados recebem nomeações de cargos governamentais relacionados a sua experiência no setor privado. O fenômeno também descreve de maneira mais geral a constante entrada e saída de altos membros do setor privado em cargos governamentais. Entre os membros de TTs *revolving door* é uma constante, uma análise da trajetória profissional dos membros de tais organizações revela indivíduos de alto perfil ocupando e intercambiando distintas posições na academia, governo e corporações.

presidente não apenas escolhe a dedo seu círculo interno de conselheiros políticos, mas deve encontrar milhares de especialistas qualificados para ocupar cargos em toda a burocracia. Muitas dessas vagas são preenchidas por acadêmicos de *think tanks* em busca de cargos governamentais.

Como a alta rotatividade na maioria dos principais cargos burocráticos a cada nova administração nos Estados Unidos, os TTs oferecem um “reservatório” de nomes legítimos e com experiência a serem escolhidos por políticos eleitos. Antes da eleição as relações já vão sendo estabelecidas, políticos com a pretensão de se lançarem na corrida presidencial, encontram em TTs nomes para formar as suas equipes e formular suas propostas durante as campanhas eleitorais. Segundo Abelson (2006), TTs oferecem aos candidatos conhecimento sobre as atividades do governo para políticos com pouco conhecimento de tais questões no nível federal e internacional e oferecem o acesso a uma grande rede de contatos no setor público e privado que podem apoiar, se juntar à equipe assessora e legitimar a candidatura e as políticas propostas do candidato.

Para Haass (2002), as principais funções de TTs para os formuladores da política externa são: (i) A geração de novas ideias que mudam a maneira como os tomadores de decisão percebem e respondem ao mundo; (ii) Os TTs fornecem um fluxo constante de especialistas para servir em novas administrações e em equipes do Congresso; (iii) Mesmo estando focados em tomadores de decisão, os TTs enriquecem a cultura cívica mais ampla da América ao educar cidadãos dos Estados Unidos sobre o cenário internacional; (iv) Os TTs fornecem aos formuladores de políticas locais nos quais construir um entendimento compartilhado ou consensual sobre as opções de política entre os grupos envolvidos nas relações internacionais do país, ou seja, entre o “público da política externa: os formadores de opinião e modeladores da política externa retirados de todas as profissões.”

O último ponto é de importância capital. Segundo Haass (2002, p.7, tradução nossa) esse público amplo ou comunidade da política externa tem uma importância central para a formulação da política internacional do país, de acordo com o autor: “como uma regra, nenhuma grande iniciativa de política externa pode ser sustentada a menos que goze de uma base crítica de apoio dentro da ampla comunidade de política externa.” Haass (2002) cita o CFR como um dos principais centros que reúne os diversos grupos e profissionais relacionados ao internacional. Eles constituem espaços no qual estão estabelecidos, ao mesmo tempo que ajudam a estabelecer,

os parâmetros básicos nas quais se fundamentam a compreensão compartilhada e adequada sobre o internacional. Segundo Arin (2013, p.10, tradução nossa):

Think tanks como CFR e o *Carnegie Endowment* operam como fórum de aprendizado político compartilhado por distintas coalizões. Acadêmicos, políticos e jornalistas de diferentes orientações políticas são 'socializados' no discurso político por meio de sua participação em iniciativas de grupos de reflexão. Portanto, os *think tanks* às vezes têm influência no contexto da competição entre distintas coalizões. *Think tanks* lidam [...] na formação de agendas políticas, no questionamento da terminologia e sabedoria convencional do debate político e em afetar o pensamento dos formuladores de políticas. Todos esses papéis são perceptíveis, mas seus efeitos são mais difíceis de encontrar do que a negociação política direta, tais papéis concebem o arranjo político dentro do qual a negociação política é organizada no sistema político moderno.

Em suma, em tais instituições como o CFR encontramos os princípios consensuais compartilhados pelos principais grupos envolvidos na esfera internacional dos Estados Unidos. O CFR não é apenas o ponto de encontro que resulta na aproximação dos atores interessados, mas estabelece o espaço no qual distintos grupos debatem suas diferenças e o consenso é forjado. A instituição do CFR e o consenso ali forjado, como abordaremos em frente, mais do que estabelecer uma política específica ou manifestar diretamente os interesses dos grupos presentes, tem como objetivo delimitar o internacional como um domínio específico segmentado e estabelecer os parâmetros dentro dos quais o debate considerado razoável sobre as relações internacionais é formado.

3.3 *Think tanks* como organizações no campo do poder

Ao abordar a literatura sobre os TTs abordamos o problema que se encontra no centro de sua definição, a arbitrariedade da ideia de autonomia. A questão é abordada por Medvetz (2012) para o qual o efeito de independência ou autonomia é compreendido apenas através dos diferentes tipos de dependência inscritos em tais instituições, dependências necessárias para a constituição de TTs. Tais organizações estão no subespaço localizado no cruzamento entre os diferentes campos estabelecidos da economia, política, academia e mídia. Como uma zona de tampão entre campos, o espaço dos TTs "tem a paradoxal qualidade de ser definido mais facilmente em termos do que não é, ou em termos de suas relações negativas com as instituições mais estabelecidas que ajuda separar e delimitar." (MEDVETZ, 2012, p.6, tradução nossa).

A dificuldade na definição de TTs é resultante da série de atividades realizadas por tais instituições, sendo nenhuma delas exclusiva a sua categoria servindo como diferencial. Eles são instituições híbridas que apesar de realizarem as mesmas atividades que centros de pesquisa, firmas de *lobbying*, grupos de interesse, agências de marketing e formuladores de políticas públicas, se diferenciam de todas elas. Por se localizarem na encruzilhada entre o campo econômico, político, acadêmico e midiático Medvetz (2012) nota como toda “declaração de independência” de TTs é acompanhada por uma afirmação de dependência, toda afirmação de separação de um campo específico dá-se junto a uma ação correspondente de filiação a outro campo. Segundo Medvetz (2012, p.44, tradução nossa):

O ponto principal é que um *think tank* deve, como uma pré-condição de sua própria existência como um *think tank*, engajar-se em um ato de equilíbrio complexo composto de partes iguais de distanciamento e afiliação. O desempenho é, em princípio, contraditório: enquanto a primeira parte do ato de equilíbrio diferencia o *think tank* de cada um de seus campos parentais, a segunda parte restabelece sua dependência dos mesmos campos para os benefícios materiais e simbólicos que eles conferem. O *think tank* é, portanto, preso em um ciclo interminável de separação e filiação. Ela nunca pode se separar totalmente das instituições parentais porque cada associação fornece uma forma de autoridade que faz sua suposta separação das outras instituições parecer verossímil. Mas nem pode um *think tank* simplesmente se tornar uma universidade, um grupo de advocacy, uma empresa ou um órgão de mídia, porque fazer isso seria anular sua distinção como um *think tank* e se sujeitar aos critérios de julgamento específicos para esses campos. Os *think tanks* devem, portanto, procurar ocupar uma posição estrutural liminar, reunindo e fazendo malabarismos com várias formas de capital adquiridas em diferentes arenas: prestígio acadêmico e credenciais, competência em formas especificamente políticas de expressão, capacidade de arrecadação de dinheiro e fundos, estilos quase empresariais e acesso aos meios de publicidade. Este jogo é ganho, não apenas reunindo grandes quantidades de capital, mas estabelecendo a mistura certa.

A autonomia de tais instituições é o resultado de um elaborado “malabarismo”. No qual a multiplicidade de dependências necessárias para a existência de TTs é interpretada por autores liberais como autonomia. O problema da autonomia analisado anteriormente, era de que ela sempre surgia de maneira espontânea ao nenhum interesse particular ser encontrado, sendo o núcleo da afirmação de autonomia de tais instituições o fato da irredutibilidade delas a qualquer grupo ou interesse particular. Pelo seu caráter híbrido, tais organizações não são reduzíveis a qualquer tipo particular, sempre sobrando um “extra” que se relaciona com a prática e atividades de outros grupos de tal maneira comprovando a ausência da

dominância de quaisquer interesses particulares e por consequência a sua autonomia. A nebulosidade da independência de tais instituições não é como anteriormente um empecilho ignorado na explicação, mas se torna o elemento resultante do jogo constitutivo de afiliações e separações necessariamente realizados por TTs ao estarem localizados na junção do campo econômico, acadêmico, político e midiático sem pertencer propriamente a nenhum deles. Os TTs são por excelência, instituições de fronteira entre os campos conectados pelo seu funcionamento.

Apesar de termos esclarecido através de Medvetz (2012) a origem da autonomia no centro do dilema da definição de tais instituições, devemos nos deter agora sobre o espaço ocupado por elas ou a sua posição articuladora entre os diferentes campos. O espaço que regula e media a relação entre os diferentes campos, espaço no qual os TTs são formados, está no campo do poder. Para dar seguimento na explicação, esclarecendo por que o “malabarismo” que resulta na aparência de autonomia identificado por Medvetz (2012) em tais instituições, ao contrário da explicação pluralista, não resultam em instrumentos democráticos, mas organizam o trabalho de dominação, devemos esclarecer antes o conceito de campo do poder de Bourdieu (1996).

O campo do poder é formado e estruturado pelo estado das relações de poder entre as diferentes formas de poder, ou seja, pelas relações entre diferentes formas de capital pertencentes a cada campo. Ele não é apenas o estado das relações de poder entre os poderes, mas o espaço no qual ocorre as relações de disputa ou manutenção entre eles. Ele é o espaço no qual os agentes e instituições com o acúmulo de capital suficiente para ocuparem uma posição dominante em seus respectivos campos se encontram para conservar ou subverter as relações de poder estabelecidas entre os diferentes campos.

O campo do poder é formado pelas relações de força entre os campos que são a própria causa de disputa ou manutenção, o estado de tais relações é determinado pelas “taxas de câmbio” ou “taxas de conversão” entre os distintos capitais (BOURDIEU, 1996). A disputa é pelas diferentes taxas de câmbio, ou seja, pelo poder que o capital retém ou perde ao ser transposto para as relações de um campo distinto do seu. Segundo Bourdieu (1996, p.265, tradução nossa) detentores das posições dominantes de cada campo se voltam no campo do poder para “a determinação do valor relativo e magnitude das diferentes formas de poder que

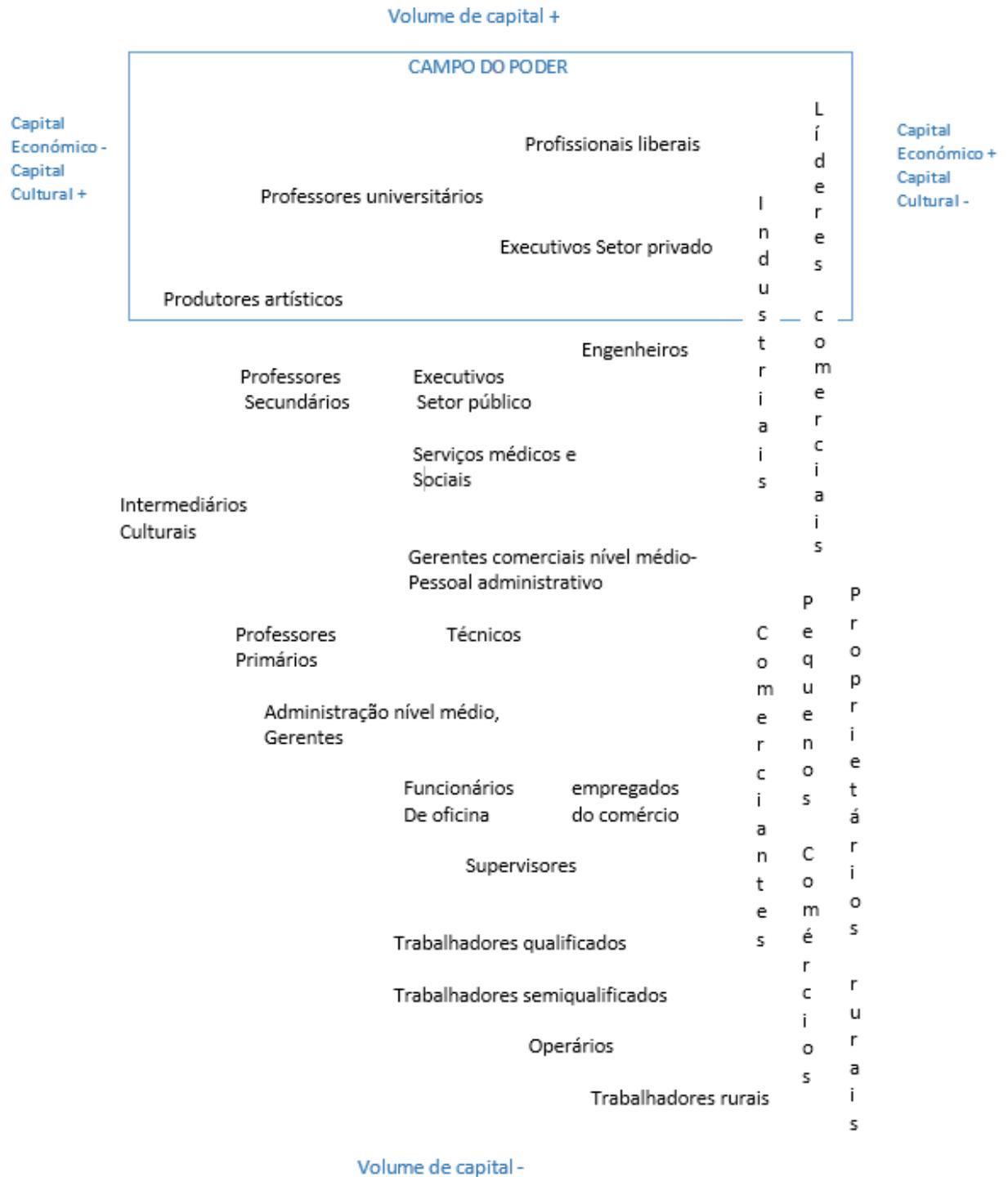
podem ser exercidas nos diferentes campos ou, se você preferir, o poder sobre as diferentes formas de poder ou o capital outorgando poder sobre o capital.” Segundo Bourdieu (1996, p.265, grifos do autor) as relações entre os campos no campo do poder são a:

Luta pelo poder de ditar o *princípio dominante de dominação*, que leva a um estado de equilíbrio constante na partição do poder, ou seja, a *uma divisão no trabalho de dominação* (às vezes pretendido e concebido como tal, e explicitamente negociado), é também uma luta *pelo princípio legítimo da legitimação* e, inseparavelmente o modo legítimo de reprodução dos fundamentos da dominação.

O poder não se sustenta apenas pela sua própria força bruta sem maneiras de legitimação. A arbitrariedade de sua existência e as formas nas quais os diferentes poderes se manifestam em cada campo devem ser não reconhecidos como força ao serem interpretados como legítimos. A própria existência de distintos tipos de poderes não compatíveis entre si e concorrentes, resulta em distintas justificações não reconciliáveis reservadas a cada poder. Segundo Bourdieu (1996, p.266) as teodiceias, narrativas nas quais as posições dominantes e dominadas não são reconhecidas como relações de força, e são interpretadas como razoáveis, produzidas pelos diferentes grupos dominantes em campos distintos resulta que, o conjunto de tais justificações “não venha até nós na forma de um discurso único e completamente unificado, como a frase ‘ideologia dominante’ sugere.” A multiplicidade dos campos com seus grupos dominantes e suas distintas formas de poder não redutíveis entre si, resultam não em uma ideologia dominante, mas no próprio campo do poder no qual as diferentes formas de poder, ou capitais, estabelecem as relações entre si de tal maneira estabelecendo seus valores relativos.

O gráfico a seguir corresponde a totalidade do espaço social, no qual as diferentes classes estão localizadas segundo seus montantes de capital. O eixo vertical correspondendo ao volume total de capital, sendo ele crescente de baixo para cima, e o eixo horizontal correspondendo ao tipo de capital, sendo o econômico menor e o cultural maior quanto mais estamos localizados no lado esquerdo do gráfico.

Gráfico 3 – O espaço social francês e o campo do poder



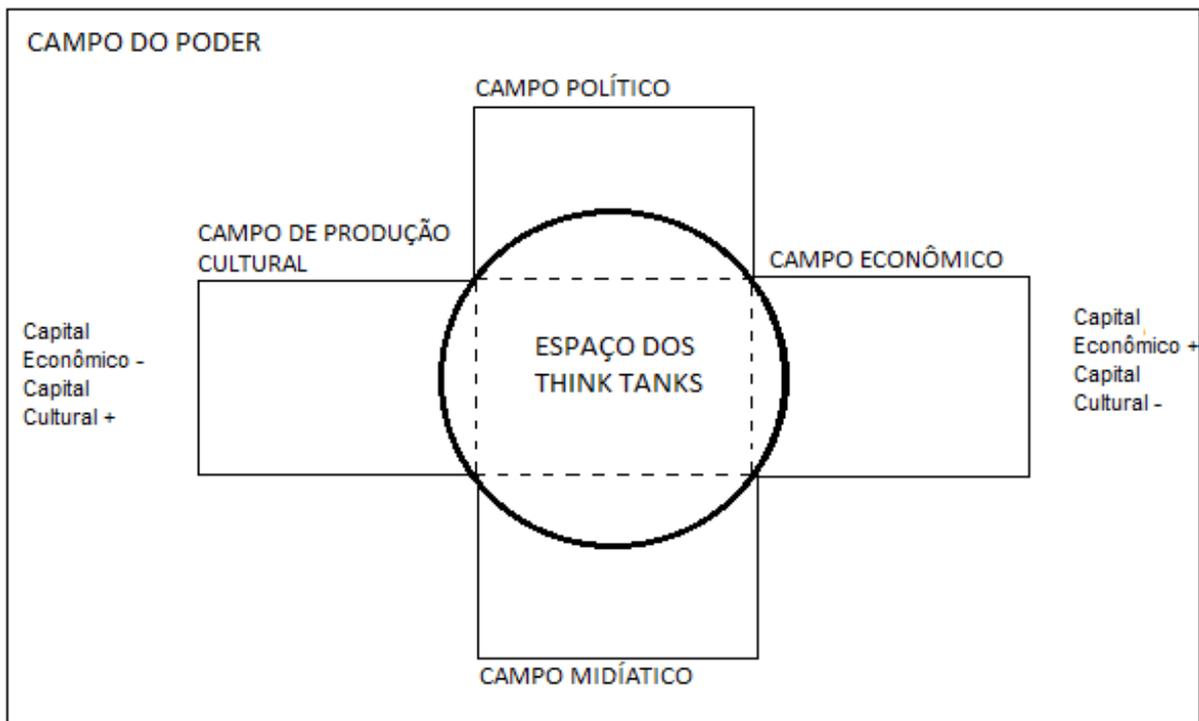
Fonte: Bourdieu (1996, p.267, tradução nossa)

Medvetz (2012) localiza o espaço dos TTs como o espaço entre diferentes campos no campo do poder, ou seja, entre os respectivos membros de cada campo com capital suficiente para ocuparem posições dominantes. Se referindo aos membros localizados no topo de cada campo, Medvetz (2012, p.52, tradução nossa)

designa as elites como “não apenas capitalistas, mas também profissionais, burocratas, políticos, intelectuais e outros agentes poderosos que participam do trabalho de dominação.” A presença de TTs sinaliza uma configuração de forças no campo do poder de cooperação no qual os valores relativos ou “taxas de câmbio” entre os distintos capitais permanecem estável.

As relações entre as distintas elites não são automáticas ou necessariamente harmoniosas, o campo de poder reflete o estado de suas relações de força em um devido momento, quanto o capital de cada campo vale para o outro, valores relativos que podem ser alterados nas disputas ou mantidos. Segundo Medvetz (2012, p.52, tradução nossa), a criação dos primeiros TTs dá-se pelo “encontro precário entre as elites econômicas, políticas e culturais no campo de poder americano.” O gráfico a seguir seria um “zoom” na parte superior do espaço social representado no gráfico anterior, mostrando a posição dos TTs no campo do poder:

Gráfico 4 – Espaço dos TTs no campo do poder



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em gráfico semelhante em Medvetz (2012, p.38)

O caráter único de TTs advém de sua posição de mediação e regulação entre as atividades de distintas elites, como vai ser estabelecida a cooperação entre diferentes formas de poder na sociedade. Segundo Medvetz (2012, p.75-76,

tradução nossa), os TTs dependem de uma “tênue coalizão entre detentores de capital econômico e cultural, com o primeiro geralmente assumindo o papel dominante”, mas apesar de tal primazia o estabelecimento de suas relações é uma questão de força resultando em cooperação entre as diferentes formas de poder, “a principal atração dessas organizações para seus fundadores: é sua função de formação de grupos.” Apesar do capital econômico ser em última instância o elemento dominante, a constituição de TTs é resultado da cooperação entre as elites detentoras de diferentes tipos de capital.

Segundo Medvetz (2012, p.52-84, tradução nossa) o espaço intersticial ocupado por TTs no campo do poder é então resultado de:

Uma série de tênues parcerias entre elites levou eventualmente à formação de um grande aparato segmentado de “razão tecnocientífica”, ou uma estrutura consultiva semiformal que preencheu a lacuna deixada pela ausência de um braço tecnocrático do governo federal. [...] o crescimento de um aparato “não-estatal” de produção tecnocientífica nos Estados Unidos foi fundamental na institucionalização de uma fronteira entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. Todo o processo ajudou a estabelecer um entendimento específico de onde terminou a política e onde começou a pesquisa nos Estados Unidos.

O espaço de TTs como um local de fronteira entre campos é não apenas a conexão entre espaços separados, mas tais organizações contribuem para o estabelecimento entre as próprias divisões entre os campos e a mediação de suas conexões. TTs também delimitam as divisões que a sua própria atividade ajuda a transpor.

Observamos como a dependência constitutiva de TTs se forma no balanceamento de suas diversas dependências de recursos institucionais ou capitais pertencentes a outros campos e a sua mediação. A credibilidade de um TT é resultado da gerência bem-sucedida das múltiplas dependências, gerência na qual a instituição não aparenta estar sob os auspícios diretos de qualquer umas das elites de seus campos paternos e é capaz de regular de maneira satisfatória as relações entre eles, segundo Medvetz (2012, p.138, tradução nossa) a “credibilidade não é um atributo que pode ser medido em termos universalistas, mas uma conquista prática enraizada na capacidade de coordenar relações e laços sociais específicos.”

Como veremos adiante, a chave de análise proposta por Medvetz (2012) nos revela que a legitimidade atribuída ao CFR pode ser compreendida e explicada, pela sua capacidade de coordenar as relações de três grupos de elites em campos distintos relacionados na construção da política internacional dos Estados Unidos.

Coordenar as relações dos diferentes grupos que compõem o público da política externa, sendo eles, uma classe capitalista internacionalizada, funcionários governamentais envolvidos na formulação da política externa e acadêmicos e especialistas da área de relações internacionais. Mais adiante veremos como o campo midiático tem uma presença reduzida no CFR.

A coordenação das relações de força entre as diferentes elites e seus respectivos capitais resulta no julgamento de um TT como válido, é apenas através do jogo bem-sucedido da constante aproximação e afastamento de suas diversas dependências que a credibilidade de não estar sob nenhum interesse particular surge, segundo Medvetz (2012, p.150, tradução nossa) “um *think tank* deve realizar um ato de equilíbrio complexo que combina um anúncio geral de autonomia intelectual com uma disposição mais sutil de respeitar as regras estabelecidas nos campos político, econômico e da mídia.” As questões abordadas até aqui tiveram como intenção explicitar que a autonomia intelectual de TTs é o efeito resultante do balanceamento bem-sucedido de suas diversas dependências e não como é comumente dito pela principal literatura do tema o princípio auto evidente distintivo no qual se fundamentam tais instituições.

Medvetz (2012, p.79, tradução nossa) compreende os TTs não apenas como uma correia de transmissão dos interesses de uma classe econômica, apesar de elas serem o segmento dominante, mas um fenômeno novo no qual instituições regulam e estabilizam o trabalho de dominação entre as distintas formas de poder, segundo o autor:

Em vez de descrever esses fundadores simplesmente como elites [econômicas] que criaram um veículo de poder de classe "disfarçado" como um fornecedor de *expertise*, seria mais preciso caracterizar o projeto em termos da criação de uma nova forma de *expertise* em si. Que melhor maneira de descrever o jornal do CFR, *Foreign Affairs*, por exemplo, do que um órgão através do qual os aspirantes a especialistas em política externa poderiam desenvolver sua própria linguagem, seus próprios critérios de julgamento e seu próprio corpo de conhecimento - e, assim, constituir-se como especialistas em um novo tipo? O CFR operava assim, não apenas como um instrumento de acumulação de poder de classe, mas também como um terreno no qual uma nova forma de especialização poderia ser desenvolvida. De forma mais ampla, podemos dizer que o CFR e organizações semelhantes eram cenários nos quais os valores relativos dos diferentes tipos de poder - dinheiro, informações, credenciais, capital social e assim por diante - podiam ser elaborados. As alianças entre seus membros se formaram por meio, e não a despeito do, crescente uso da racionalidade nos assuntos políticos.

Analizamos como a autonomia de TTs, também compreendida como a

independência e credibilidade, se torna opaca na literatura pluralista por ser considerado como causa ou fator explicativo quando na verdade consiste em um efeito da cooperação entre diferentes elites pelo funcionamento devido de tais instituições. As afirmações de cientificidade ou *expertise* de tais instituições são uma questão prática da capacidade de coordenar e mobilizar as relações entre os distintos grupos. Após o esclarecimento de tais questões, podemos seguir adiante com a análise da história e funções do CFR.

3.4 *Council on Foreign Relations*, história e construção do consenso internacionalista entre elites

A formação do CFR ilustra bem as questões debatidas até agora, a sua criação se deu pela fusão de dois grupos anteriormente existentes interessados na política externa estadunidense após a Primeira Guerra Mundial, o primeiro detentor de capital econômico e o segundo formado por detentores de capital cultural, proto-especialistas sobre o internacional. O primeiro grupo já chamado de CFR consistia principalmente em banqueiros e advogados novaiorquinos liderados pelo ex-secretário de Estado Elihu Root que se encontravam regularmente para debater a situação internacional e o segundo grupo chamado de *the inquiry* era formado por membros intelectuais, tendo sido o grupo criado para traçar propostas e aconselhar presencialmente Woodrow Wilson nas negociações de Paz em Versalhes e na formulação de seus 14 pontos (SCHULZINGER, p.2-5, 1985).

Com a união de ambos os grupos em 1921 é criado o CFR, a união entre os diferentes interessados na criação de uma ordem estável pacífica conjuntamente com a expansão de seus negócios foi segundo Grose (1996, p.8, tradução nossa) “a sinergia que produziu o conselho moderno e promoveu sua utilidade única nas décadas seguintes: experiência acadêmica e governamental encontrando interesse prático de negócios.” Apesar de os membros do *The Inquiry* serem acadêmicos sobre questões internacionais, no CFR original eles não encontraram capitalistas desinformados. No CFR original composto pelos homens de negócios, dos advogados de *Wall Street* que constituem a maioria profissional, 12 haviam ocupado cargos governamentais, outros 35 membros também já haviam ocupado cargos burocráticos sendo a maioria no Departamento de Estado e entre seus participantes além dos 35 formados nas universidades de Elite da *Ivy league* havia 5 presidentes

de universidades, incluindo *Princeton* e *John Hopkins* (MEDVETZ, 2012, p.62). Segundo Schulzinger (1985, p.7, tradução nossa), com a intenção de se afirmar como uma organização não pertencente a uma facção política específica, mas como espaço comum da elite envolvida na política externa, o conselho convidou para ocuparem cargos de destaque na organização dois antigos burocratas e advogados milionários de Nova Iorque, “um republicano conhecido e um proeminente democrata para emprestar seu prestígio ao recém-nascido conselho.”

Apesar de o recém-formado instituto realizar eventos públicos e publicações com o intuito de impactar nas elites envolvidas na política externa como um todo, segundo Wala (1994, p.xii, tradução nossa), os membros do CFR participando das atividades e reuniões cotidianas do conselho são “solicitados de se absterem em divulgar as informações sobre o conteúdo das reuniões. Assim, o público geral recebe apenas informações muito escassas sobre as atividades internas do Conselho.” Dentro do conselho foram logo estabelecidos programas de grupos de estudo e grupos de debate, o primeiro grupo com discussões mais direcionadas com a intenção de examinar e produzir materiais sobre o tema e o segundo com debates direcionados para educar e informar os membros do conselho, ambos servindo como ponto de encontro para que membros debatessem e aprendessem entre si (GROSE, p.11, 1996).

A seleção de novos membros se dá por um comitê, no qual para o aceite, além de ser estadunidense e homem, o candidato deve ser necessariamente considerado alguém de relevância em sua comunidade e necessita da recomendação de no mínimo mais 4 membros. Segundo Parmar (2004 p.37), no período entre guerras o número de participante subiu de menos de 120 para 850, dentre os 55 membros ocupando posições de comando no conselho em tal período, 22% deles haviam sido apontados para cargos governamentais, 55% apresentavam conexão com o governo federal sendo a maioria no Departamento de Estado e os 55 membros acumulavam de maneira somada 81 cargos de direção em grandes corporações. Segundo Parmar (2004, p.38, tradução nossa) o financiamento da instituição não era um grande desafio, mesmo contando entre seus membros representantes das principais corporações do país, além de centenas de milhares de dólares repassados pela *Carnegie Corporation*, a *Rockefeller Foundation* foi “a maior fonte de recursos para o Conselho, fornecendo quase \$700.000 [valor não ajustado pela inflação] entre 1928 e 1945.”

Os primeiros anos do internacionalismo do CFR estavam sob a sombra da vitória de segmentos isolacionistas da sociedade norte-americana para a não participação do país na liga das nações. Como havíamos comentado anteriormente, fruto da era progressista, o CFR era uma das instituições que advogam pela modernização do país e suas políticas, tendo a intenção de interpretar questões de política como problemas “americanos” visando assim transcender pela racionalidade e ciência problemas emaranhados em disputas políticas locais, partidárias e sectárias. Segundo Parmar (2004, p.55, tradução nossa), os “provincianismos” que deveriam ser superados em nível nacional também encontravam seu equivalente populista na esfera internacional, os isolacionistas:

Os progressistas argumentaram que, nas relações exteriores, as inadequações institucionais dos Estados Unidos levaram à fraqueza, incoerência, desconfiança estrangeira e ao fracasso em desenvolver uma política internacional verdadeiramente patriótica. Para que a América ocupasse seu lugar “de direito” e cumprisse sua missão de liderar o mundo, a nação tinha que ser unida; além disso, seria necessário desenvolver um sistema político e administrativo moderno. Para conseguir o impulso para uma política externa mais engajada internacionalmente e bipartidária, os progressistas visaram ao principal suporte institucional para o isolacionismo, a máquina partidária.

De acordo com Medvetz (2012, p.62, tradução nossa), já na primeira edição da *Foreign Affairs* em 1922, é exposto o princípio seguido pelo conselho de “que os Estados Unidos eram agora uma potência mundial e que seu público não podia mais se dar ao luxo de ficar desinformado em questões de relações internacionais.” O público-alvo da revista não consistia no cidadão comum, a revista pretendia alcançar o mesmo público-alvo das atividades do conselho, ou seja, políticos, financistas, industriais e membros da academia para discussões e troca de ideias sobre o internacional, a revista se mostrou um sucesso indo de cerca de 1,000 leitores em 1922 para 11,000 em 1927 (WALA, 1994, p.21-22, tradução nossa). Segundo Parmar (2004, p.55, tradução nossa), para os progressistas, a opinião pública autêntica “só poderia ser formada depois que as informações adequadas fossem apresentadas e discutidas sob a orientação de uma elite iluminada.” As derrotas e dificuldades domésticas das políticas liberais internacionais de Woodrow Wilson apenas demonstravam a falta de maturidade e coesão de segmentos da elite doméstica ainda presos ao isolacionismo provincial. Segundo Wala (1994, p.12, tradução nossa):

O público que deveria ser educado limitava-se, portanto, aos membros da sociedade com influência na mídia e na política, e a especialistas em vários

campos importantes. Os fundadores do Conselho previram a construção de uma base para um novo tipo de política externa americana, que não era uma meta de curto prazo. O humor da campanha eleitoral de uma administração específica, na qual até mesmo a opinião pública “inculta” era importante, não deveria determinar o futuro da política externa da nação; deve ser determinada por uma opinião pragmática de especialistas, com base em julgamento e análise racionais. [...] Os grupos de discussão dos membros do Conselho e a participação de funcionários do Departamento de Estado, de um lado, e a publicação da proposta trimestral – *Foreign Affairs* - para um público interessado, de outro, foram utilizados como meios para atingir esses objetivos. Essa combinação, pensavam os membros, deveria ajudar a construir um consenso, não do grande público, mas das elites financeiras e empresariais, de acadêmicos de universidades de prestígio e de funcionários “responsáveis” no Departamento de Estado. Isso serviria de base e legitimação das decisões de política externa. Quando os resultados da discussão no Conselho fossem considerados importantes e relevantes, eles poderiam ser publicados na *Foreign Affairs*.

A construção do consenso para uma política externa norte-americana propriamente “nacional”, acima das disputas provincianas ou populistas da política eleitoral, foi lentamente difundindo dois princípios fundamentais que deveriam ser compartilhados pelas elites para a construção de tal política externa. O primeiro sobre a relação individual do país com o internacional, afirmando que o mundo era “política e economicamente interdependente, os Estados Unidos tinham interesses em todo o mundo, e que a conduta da política externa americana era melhor deixar na mão de especialistas bem informados” (SCHULZINGER, 1984, p.30, tradução nossa). O segundo sobre o conteúdo básico de como devem se dar as relações no internacional, ele consistindo na crença de estados nacionais necessitarem na esfera política de “organizações internacionais para representar sua opinião, encorajar a resolução pacífica de disputas, policiar a paz e fornecer segurança internacional” além de na economia e comércio ser necessário “um sistema de comércio mundial aberto dentro de uma estrutura multilateral de organizações internacionais.” (PARMAR, 2004, p.71, tradução nossa). Em suma, o conselho ajudou a estabelecer e criar entre as elites do país o consenso de práticas e pensamentos que compõem o liberalismo internacional, fundamentando as bases da política externa para além da transitória política eleitoral ao estabelecer o conteúdo de o que seria propriamente uma política internacional “americana”.

O entendimento das elites que compõem o conselho, sobre o liberalismo internacional que define tanto o papel dos Estados Unidos como ator central quanto como se devem dar as relações entre os países no mundo como ideias para além do político, se baseavam, para Wala (1994, p.283, tradução nossa), na sua percepção

das condições domésticas nacionais e crença na superioridade das instituições americanas para as quais “uma economia capitalista e uma ordem social democrática não eram consideradas duas características distintas da estrutura social, mas sim as propriedades inseparáveis de um sistema democrático que concordava perfeitamente com a natureza humana.”

Apesar de o conselho como instituição ocupar um espaço central na formação e difusão do liberalismo internacional como pensamento e prática entre as elites nos Estados Unidos devemos analisar com cautela um processo histórico no qual o conjunto de atores e variáveis em muito ultrapassam qualquer agente único que poderia ser caracterizado como “arquiteto” de tal processo. Abordamos aqui o CFR exatamente como espaço de encontro, mediação e coordenação entre diferentes elites no qual é dada a forma para as suas distintas relações de cooperação. O espaço pedagógico para estadistas e elites e de formação do *American Way* na política internacional do CFR é necessariamente múltiplo e permeado pelo debate do qual o consenso é o resultado, não podendo ser identificado como um objeto monolítico do qual ordens partem de seu centro.

Tal comentário é necessário menos para se afastar de interpretações “conspiratórias” do CFR e mais relacionado aos trabalhos apologéticos sobre a instituição que qualificam necessariamente análises críticas como “conspiratórias”. Nos principais trabalhos sobre o CFR assim como nas principais interpretações sobre TTs, o objeto além de ser imprescindivelmente democrático também é um instrumento de fortalecimento da democracia resultando na impossibilidade de ponderações alternativas, fechando analiticamente o objeto.

Outra questão a se atentar é que apesar de encontrarmos em tais defensores do wilsonianismo a difusão dos fundamentos práticos e ideacionais que contribuíram para o atual sistema internacional, não devemos retroativamente traçar uma linha interpretando tal processo como já inicialmente bem delineado. Não devemos interpretar a história teleologicamente retirando indeterminações inerentes em qualquer processo histórico. A formação do consenso entre as elites norte-americanas e o liberalismo internacional do período entreguerras foi um processo marcado por continuidades e rupturas do antigo imperialismo.

Segundo Anievas (2014, p.623, tradução nossa), o wilsonianismo representou uma ruptura da “antiga diplomacia de tratados secretos europeus, imperialismo e alianças de equilíbrio de poder” para a “nova diplomacia de segurança coletiva,

pactos abertos, autodeterminação nacional e a criação de uma ordem internacional baseada na lei exercida em uma comunidade de estados democráticos liberais”. Mas uma continuidade central permanecia em tal liberalismo, a problemática de como administrar e civilizar etnias e sociedades consideradas inferiores ainda não modernas e a disponibilidade de tais territórios para produção de matéria prima para o mundo desenvolvido. O CFR e liberalismo internacional de então, em vez das explicações biológicas levantadas por antigos imperialistas, lidam com a questão do desenvolvimento das culturas “atrasadas”. Algo ilustrativo é que a criação da *Foreign Affairs* em 1922 se deu na verdade com a fusão do corpo editorial do conselho com o primeiro jornal acadêmico norte-americano de relações internacionais, criado em 1910, o *Journal of Race Development* (VITALIS, 2005, p.161).

A transição do clássico imperialismo para a construção do internacionalismo liberal foi um lento processo no período entreguerras. Mas para Shoup e Minter (1977, p.170, tradução nossa) já no início da Segunda Guerra Mundial era claro para membros do conselho como Isaiah Bowman, um dos diretores do CFR, que os Estados Unidos deveriam exercer controle sobre outros territórios ao mesmo tempo que “evitando as formas convencionais de imperialismo”. O caminho optado pelo conselho, como veremos, era transformar em internacional o exercício desse poder por meio de um órgão das Nações Unidas (SHOUP; MINTER, p.170).

A ideia dos internacionalistas de que os interesses dos Estados Unidos eram uma questão global e ele não poderia se dar ao luxo de não se envolver em tais questões continuou a sua ferrenha disputa com os isolacionistas durante o aumento de tensões e conflitos ao longo da década de 30 em solo europeu e a ascensão dos fascismos. Em tal momento predominava a opinião não intervencionista no público e congresso, opinião de que a decisão norte-americana de se envolver na Primeira Guerra Mundial foi causada pelos chamados mercenários da morte, os banqueiros e fabricantes de armas que forneceram e financiaram a grande guerra. Segundo Schulzinger (1994, p.54, tradução nossa), com a intenção de não envolver nas disputas de terceiros, autoritários ou não, em 1935 “ambas as casas aprovaram uma lei de neutralidade altamente restritiva exigindo um embargo de armas e o fim de empréstimos” para ambas as partes envolvidas em qualquer conflito.

Para Grose (1996, p.21, tradução nossa), membros do conselho, “atacavam a noção, entusiasticamente abraçada pela América isolacionista, de que o Novo Mundo poderia continuar se isolando das lutas pelo poder na Europa e na Ásia” Em

1937 financiado pela *Carnegie Corporation*, o conselho abriu diversas filiais locais no país, nos quais os debates entre as elites locais “seguiram programas enviados de Nova York e discutiram tais temas como isolacionismo, políticas expansionistas japonesas, alemãs e italianas, rearmamento mundial e colapso na coletividade segurança” (SCHULZINGER, 1994, p.56, tradução nossa). Algo sintomático a ser destacado é que em tal período, o lema *America First* foi popularizado entre isolacionistas e não intervencionistas.

Com o início da Segunda Guerra Mundial em 1939, o CFR inicia, com o financiamento de \$350.000 dólares da *Rockefeller Foundation* e conjuntamente com o departamento de estado, o *War and Peace Studies*. O *War and Peace Studies* consistia segundo Grose (1996, p.23, tradução nossa) em, “um programa de análise e estudo independente que orientaria a política externa americana nos próximos anos de guerra e no novo mundo desafiador que surgiria após.” O programa, iniciado apenas doze dias após o início do conflito na Europa e dois anos antes da entrada dos Estados Unidos na guerra, resultou até o seu fim em 1945 em mais de 250 reuniões e 682 documentos sigilosos confeccionados pelo Departamento de Estado.

Com o descrédito do isolacionismo após a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial e estando diretamente envolvidos na formulação das políticas no pós-guerra, os membros do conselho podiam contribuir para a construção de uma futura ordem liberal internacional. Segundo Wala (1994, p.43, tradução nossa) todos os grupos de estudos do *War and Peace Studies* tiveram como foco “a estrutura e as responsabilidades da futura organização das Nações Unidas, os membros do conselho estavam convencidos de que os Estados Unidos não deveriam deixar evaporar essa segunda chance.” Diversos membros do conselho também compuseram o *Advisory Committee on Postwar Foreign Policy* de 1942 e o *Informal Planning Group* de 1943, ambos grupos trabalhando diretamente com o presidente Franklin D. Roosevelt para o planejamento do internacional no pós-guerra. Segundo Parmar (2004, p.124-125, tradução nossa):

É evidente que os grupos *War and Peace Studies* do CFR operavam no coração do Departamento de Estado e do pensamento presidencial sobre a natureza, os poderes e o caráter de uma organização internacional do pós-guerra. A maior parte do planejamento da ONU ocorreu em grupos estabelecidos pelo programa de *War and Peace Studies* ou aliados a ele. [...] Os planejadores também estavam entre os principais funcionários que acompanharam as delegações às conferências de Dumbarton Oaks e San Francisco. Esses fatos diferenciam os homens do CFR de todas as outras

organizações privadas de relações exteriores nos Estados Unidos. [...] em última análise, foram vários homens do CFR que estabeleceram a estrutura de pensamento sobre a organização internacional, que redigiram os documentos de discussão debatendo as questões-chave e que tentaram esboçar a estrutura e as funções da organização proposta. A conclusão mais justa é que o CFR e o Departamento de Estado trabalharam juntos para produzir a organização que resultou de sua discussão. [...] O conselho ajudou o Departamento de Estado a se preparar para o internacionalismo, para trazer e reunir para debates e discussões congressistas republicanos e democratas, fortalecer o Executivo vis-à-vis o Congresso. Em termos de planejamento pós-guerra, o Conselho iniciou tal planejamento e fortaleceu a mão de elementos pró-planejamento no Departamento de Estado.

A cooperação direta com o Departamento de Estado foi interpretada pelos membros do conselho como a culminação de seus esforços dos últimos vinte anos, o de “garantir a influência de especialistas no processo de tomada de decisão da política externa americana” (WALA, 1994, p.42, tradução nossa). As atividades do conselho até então, de estabelecer o consenso entre as elites fizeram o “internacionalismo não apenas respeitável, mas além de qualquer questão séria.” (KRAFT, 1966, p.188, tradução nossa). O longo esforço conjunto de líderes do mundo corporativo, universitário e burocrático contribuíram em uma mudança do eixo de como se dá a compreensão pelo internacional, o estabelecimento do “bom senso” compartilhado pelos adeptos do liberalismo internacional e o mundo organizado por ele. Se no período entre guerras as atividades do conselho eram as de mudança, após tal momento elas estão voltadas para a manutenção dos parâmetros nos quais ocorrem o diálogo entre as diferentes elites envolvidas nas relações internacionais.

A manutenção de tais parâmetros se dá pelas atividades de formação oferecidas pelo conselho para as diferentes elites que o formam e, como havíamos comentado anteriormente, disponibilizando especialistas que compartilham premissas semelhantes para governos, independente do partido ou candidato eleito. Segundo Kraft (1958, p.68, tradução nossa) o CFR é a “escola para estadistas”, para ele “o conselho desempenha um papel especial ao ajudar a preencher a lacuna entre os dois partidos, proporcionando de maneira não oficial uma medida de continuidade quando a guarda muda em Washington [...], pode-se alegar que algo como o Conselho parece ser exigido pelo problema específico da liderança americana.” Agora a formação de estadistas de ambos os governos estando de acordo sobre as questões que estão além do debate ou do político por ser a base da qual o diálogo considerado razoável parte.

Desde então o contraste entre as opiniões do conselho com membros da oficialidade governamental naturalmente se reduziram, sendo lá o espaço de encontro de elites internacionalistas “formular diretrizes gerais para a política externa americana e fornecer o pessoal para executar tal política.” (DOMHOFF, 1971, p. 122, tradução nossa). O prestígio e importância do conselho naturalmente apenas se consolidaram com o tempo, o financiamento além dos recursos gerados internamente através de eventos, taxas de filiação, programas de participação corporativa, vendas da *Foreign Affairs* e doações, foi assegurado pelas principais fundações do país que financiaram de maneira vasta as atividades do conselho. Apesar de todas as fontes externas de financiamento ainda serem relevantes o conselho é financeiramente independente, segundo Shoup e Minter (1977, p.94, tradução nossa) “na década de 1960, houve um esforço para levantar um fundo de capital para o conselho, de modo que uma proporção substancial do financiamento futuro fosse assegurada pelos investimentos, [...] um fundo de capital de \$5 milhões foi rapidamente levantado em 1966 e 1967.” As despesas anuais normalmente são superadas pelos ganhos, girando em torno de 60 milhões por ano, mas como mencionamos, o conselho tem como apoio seu próprio patrimônio, sendo ele avaliado hoje em cerca de meio bilhão de dólares (SHOUP, 2015, p.14).

Com o novo cenário pós-guerra, o conselho se consolidou como a principal instituição privada de política externa do país. Segundo Wala (1994, p.236, tradução nossa), “em uma lista de 122 funcionários da administração Truman em altos cargos, em 1945 catorze eram membros do Conselho. Em 1950, este número aumentou para trinta e quatro, e em 1955, para quarenta e seis.” Segundo Grose (1996, p.48, tradução nossa) a análise do currículo “de 502 funcionários do governo em altos cargos de 1945 a 1972, e descobriu que mais da metade deles eram membros do CFR.”

Sobre cargos em nível federal Shoup (2015, p.115, tradução nossa) afirma que “setenta e sete dos noventa e seis (80,2 por cento) dos principais cargos políticos do governo durante os anos 1976–2014 foram preenchidos por membros do CFR, e vinte e dois (22,9 por cento) também foram diretores do CFR.” Não visamos aqui realizar aqui uma descrição das instituições entrelaçadas das quais os membros prestigiosos do conselho faziam parte, mas pela sua relação de importância fundacional no conselho, vale destacar o nome de algumas das instituições financeiras das quais membros se encontravam na diretoria: *Chase Manhattan*

Bank, J.P. Morgan & Company, First National City Bank, Brown Brothers, Harriman & Company, the Bank of New York, Morgan Stanley, Kuhn and Loeb, Lehman Brothers e General American Investors (WALA, 1994, p.234). Em suma, descrever a filiação institucional dos membros do conselho seria apontar para cargos de comando e repetir *ad nauseum* os adjetivos principais ou importantes ao descrever as diferentes universidades, bancos, indústrias, fundações, governos, aparelhos de mídia, ONGs, instituições humanitárias, famílias estadunidenses tradicionais das quais eles fazem parte.

A consolidação do CFR foi acompanhada pela consolidação da *Foreign Affairs*, segundo Schulzinger (1994, p.148, tradução nossa) “com amplo consenso de que os Estados Unidos deviam participar da política mundial e os resquícios dos velhos isolacionistas derrotados, [...] *Foreign Affairs* poderia falar incontestadamente como a voz competente do ativismo bipartidário na política externa”, em tal momento “a circulação dessa revista saltou para mais de 50.000 em todo o mundo.” Um episódio que merece destaque é a publicação do artigo *Sources of Soviet Conduct* do embaixador George F. Kennan no periódico em 1947, artigo de importância histórica por ser a primeira exposição pública da estratégia de contenção adotada pelo governo norte-americano para com a União Soviética. Segundo Wala (1994, p.84, tradução nossa) com a publicação “o prestígio da *Foreign Affairs* e do *Council on Foreign Relations* aumentou consideravelmente.”

A *Foreign Affairs*, vocaliza e publiciza as questões sendo construídas nas diferentes esferas do CFR, diversas monografias publicadas pelo TT e artigos na revista são resultados e representação do consenso formado na instituição por serem frutos de seus grupos de estudos redigidos no formato de um texto por um acadêmico. Segundo Shoup (2014) a revista busca moldar a agenda do debate político, à medida que este se desenvolve nas instituições do governo e os grupos representados no conselho. Sobre as publicações da revista comenta que em 1996 o então Secretário de Estado Adjunto dos Estados Unidos Strobe Talbott (1996 apud POGREBIN 1998, tradução nossa) afirmou que “praticamente todos os que conheço na área de política externa e segurança nacional do governo estão atentos a isso.”

A afirmação realizada por Shoup e Minter (1977 p.18) de que “a publicação tem ocupado uma posição virtualmente incontestada como o principal periódico sobre temas internacionais e praticamente a única regularmente lida pelos tomadores de decisões e ‘homens de negócios’ assim como eruditos acadêmicos”, apesar de

antiga, continua sendo atual. Os três estudos Erdos & Morgan realizados entre 2002 e 2006 que representam as opiniões de mais de 450.000 formadores de opinião e indivíduos em posição de liderança nos Estados Unidos que moldam políticas e opiniões nos setores público e privado, ranqueou duas de três vezes a revista como principal e mais influente fonte de informação para os entrevistados (Council on Foreign Relations, 2006). Segundo Shoup (2015, p.85, tradução nossa) o alto perfil de seus leitores é representado pelo fato do assinante da revista ter um “patrimônio familiar médio de \$1,4 milhão de dólares”.

A relevância da revista também se comprova no meio acadêmico, o *Journal Citations Report* publicado pelo Web Of Science Group (2018) avalia o impacto e relevância de periódicos por meio da acumulação e tabulação de contagens de citações e artigos de praticamente todas as especialidades nos campos da ciência, ranqueia em 2018 a revista como o terceiro periódico acadêmico mais relevante na categoria de relações internacionais. A tiragem de pequeno porte da revista, de pouca importância se comparada a tiragem de outras mídias impressas de consumo massivo, é contrastada pelas posições de poder e prestígio ocupadas pelos seus redatores e leitores.

O espaço cinzento que o perfil da revista ocupa, localizado no meio do caminho entre o mundo corporativo, político e acadêmico, ao mesmo tempo que sendo importante para todos eles, é resultado do consenso estabelecido entre os grupos presentes no CFR. Da mesma maneira como havíamos descrito da credibilidade de um TT como a capacidade de organização e mobilização de diferentes elites, das relações sociais de cooperação bem-sucedida entre elas, a ampla credibilidade da revista se fundamenta nos mesmos pilares. Segundo Lino (2017, p.17) “os temas tratados pela *Foreign Affairs* devem, antes de tudo, refletir os interesses e preocupações da parcela da classe dominante dos EUA à qual o CFR está vinculado e da qual a publicação se constitui em porta-voz”, de tal maneira “as escolhas editoriais da revista — o que aparece ou não em suas páginas — devem ser o espelho desses interesses e preocupações.” A revista é composta por artigos comissionados, trabalhos frutos dos grupos de estudo ou escritos realizados por autores respeitados e conhecidos pelo conselho, raramente publicando trabalhos de alguém externo ou desconhecido (SCHULZINGER, 1994, p.216).

A última experiência formativa do CFR que devemos descrever aqui são as mudanças ocorridas fazendo com que o conselho tomasse a forma de um TT

moderno ou de que forma ele foi influenciado pela terceira onda de tais organizações. Como havíamos comentado é na terceira onda que os TTs surgem na sua forma moderna e se representam como organizações plurais de fortalecimento da democracia, engajadas com o público, sendo compreendidas como um tipo de ativismo no qual a voz da população pode ser ouvida pelos governantes.

Medvetz (2012) destaca como a terceira onda de TTs foi causada em parte por uma crescente insatisfação da população com a série de *experts* envolvidos nos processos de formulação de políticas, percebendo tais processos como antidemocráticos e popularizando o termo tecnocracia para descrevê-los. Apesar de tais questões também estarem surgindo no campo popular da direita, Medvetz (2012, p.96, tradução nossa) afirma que “a suspeita em relação à autoridade tecnocrática, em particular, tornou-se um tema importante nas convulsões políticas da década de 1960”, sendo que “para os ativistas de esquerda, o medo de uma catástrofe nuclear e da destruição ambiental tornou-se a base para uma desconfiança mais geral de especialistas filiados a governos e corporações.” As convulsões sociais durante a década de 60 nas lutas por mais direitos contra as diversas opressões de classe gênero e raça, as demandas contra o autoritarismo ou militarismo do Estado e a contracultura advogando por novas liberdades pessoais, contribuíram conjuntamente para uma grande sensibilidade contra os membros do chamado *establishment*.

Medvetz (2012, p.113-114, tradução nossa) afirma sobre as transformações das antigas instituições tecnocráticas nos TTs da terceira onda presentes na vida política contemporânea, “não surpreendentemente, a resistência mais longa foi a organização de pesquisa de política marcada pelo mais alto nível de fechamento - o CFR”, desde então o conselho se apresenta como uma instituição plural com diversos programas relacionados com a sociedade civil e o público geral ao mesmo tempo que mantendo seu núcleo intacto. Segundo Grose (1996, p.55, tradução nossa) na década de 70, para refletir o novo caráter do conselho, a *Foreign Affairs* “fez uma modesta mudança de uma palavra em sua declaração de missão. Desde sua fundação, a revista se propôs, entre suas finalidades, em guiar a opinião pública americana. O verbo foi alterado: o objetivo passou a ser ‘informar’ a opinião pública”.

Algumas mudanças ocorreram no conselho para se adaptar às novas sensibilidades sociais, já que a organização poderia ser vista como a condensação de todos os problemas apontados pelos novos movimentos em uma só instituição.

Em 1967 tendo em mente que a idade média do membro do conselho passava dos 60 anos, se iniciou um programa para novos membros temporários jovens pertencente à academia ou ao governo (SCHULZINGER, 1994, p.213). Outra questão mais delicada era a inclusão de minorias e mulheres entre seus membros, minorias nunca haviam sido oficialmente barradas, mas também isso não era necessário, a seleção feita pelo conselho na busca por novos membros da elite apenas aceitavam sujeitos em posições de comando. Em 1969 apesar de vários opositores afirmando que mulheres não seriam capazes de guardar segredos ou realizar juízos racionais, a ponto de um membro afirmar que “convidar senhoras para se juntar ao Conselho seria como se o *Union League* [clube de cavalheiros frequentado por membros do conselho] recebesse comunistas”, foi se votado por uma pequena margem para que mulheres pudessem ser aceitas como membros (SCHULZINGER, 1994, p.214). O antigo limite de 1500 membros, dos quais a metade devia ser residente da área metropolitana de Nova Iorque, foi revisto tendo tais alterações em mente.

Desde então, a seleção de novos membros leva em conta a diversidade, segundo Grose (1996, p.56, tradução nossa) “em 1975, 28% dos membros haviam sido eleitos nos últimos três anos, por meio de um esforço consciente para ampliar e diversificar o número de membros jovens e de origens sociais variadas ganharam.” Segundo Shoup e Minter (1977, p.48, tradução nossa), um estudo interno do conselho de 1970 sobre a seleção de futuros membros afirma: “Será dada maior ênfase à eleição de membros que representem origens e pontos de vista novos e variados, tendo em mente as contribuições especiais que podem vir de jovens e grupos minoritários.”

O CFR está habituado em desqualificar queixas populares sobre os assuntos reservados aos especialistas, mas na conturbada década de 60, Schulzinger (1981, p.216, tradução nossa) destaca com o coro popular se juntou a “uma onda de críticas [que] assaltou o conselho dos próprios internacionalistas que antes estavam entre seus apoiadores.” Pela primeira vez críticas de pessoas consideradas razoáveis e publicadas em meios midiáticos razoáveis eram formuladas, “alguns liberais consideravam a organização uma coleção enfadonha de cavalheiros presunçosos que tinham muito pouco a dizer sobre o que realmente acontecia no mundo.” (SCHULZINGER, 1981, p.216, tradução nossa). O ponto de intersecção das queixas populares e críticas de figuras respeitáveis foi a sua oposição à Guerra do

Vietnã. Como dito por Shulzinger (1981, p. 209, tradução nossa), “a guerra no Vietnã destruiu o consenso interno sobre a política externa dos Estados Unidos, [...] levou pacifistas, ativistas de direitos humanos e esquerdistas a acusar Washington de barbárie e minou a fé do *establishment* da política externa em si.”

As insatisfações populares com o conflito foram se juntando à mudança de opinião por diversos membros no conselho, onde estavam diversos responsáveis pelo conflito e inicialmente tendo inicialmente amplo apoio. É claro que tais críticas liberais não eram contra a existência do CFR, apenas com o rumo tomado pela organização. Em junho de 1971 com as publicações no *New York Times* sobre os *Pentagon Papers*, documentos que atestavam a intervenção política e militar dos Estados Unidos no Vietnã realizada de maneira sigilosa sem o conhecimento da população marcou uma crescente rejeição ao conflito e aos especialistas responsáveis pela política externa.

Com diversas tensões se acumulando, o acontecimento gatilho que deu voz a tais insatisfações no conselho foi o convite em 1970, durante um evento esportivo em Cambridge de David Rockefeller, para William P. Bundy - ex-agente do serviço secreto e considerado pessoa chave para o início e intensificação do conflito no Vietnã enquanto ocupava cargos de política externa nos governos Kennedy, Johnson e Nixon, descrito por membros do conselho como um criminoso de guerra - para dirigir a *Foreign Affairs* (SCHULZINGER, 1994, p.211). A polemização de tal acontecimento e de outras questões por vários participantes na mídia respeitada para o público geral foi considerado como escandaloso pelos membros. Um exemplo ilustrativo é a publicação nas páginas da *New York Magazine* do funcionário de relações exteriores Joseph Cambpell.

Cambpell (1971, p.47-50, tradução nossa) escreve como “cada vez mais” os antigos banqueiros, advogados e diplomatas que “tem praticamente comandado as coisas neste país nos últimos 25 anos”, quando “caminham ou são transportados para” as reuniões, “parecem e agem como fósseis”, “entram por uma porta como empresários e saem pela outra como estadistas”, o conselho é “paroquial e elitista, [...] um lugar onde velhos endinheirados e jovens acadêmicos podem sentar-se e aprender algo uns com os outros”, organização que “atrai os homens de negócios para o diálogo com os homens de intelecto.”

Apesar de estarmos lidando com um momento específico na história do conselho, a intenção é analisar as mudanças de longo prazo na instituição. A

questão do Vietnã quando se tornou clara como insustentável foi logo posta para trás pelo conselho. Segundo Gresham (1980, online, tradução nossa) apesar de “a reputação do Conselho ter sido manchada pelo papel que seus principais membros desempenharam na formulação da política americana no Vietnã” a questão foi superada ao se “criar o mito de que o *establishment* não tinha desempenhado nenhum papel no desastre do Vietnã”, segundo o autor:

Não foi suficiente para o *establishment* condenar a Guerra do Vietnã. Para restaurar sua autoridade política, teve que desfazer seu próprio vínculo histórico com o conflito. Isso foi conseguido transferindo a responsabilidade pela guerra para o governo Nixon, que permaneceu, como escreveu Hoopes, “residualmente viciado na síndrome da guerra fria”. Assim, em 1972, o então editor da *Foreign Affairs*, o falecido Hamilton Fish Armstrong, escreveu um artigo culpando o governo Nixon, bem como o público americano - mas não o sistema estabelecido - pela guerra no Vietnã e pelo triste declínio do prestígio da América no mundo.

As mudanças de longo prazo no conselho em tal período, foram motivadas por duas causas principais. A primeira, era a percepção negativa que o público norte-americano tinha do conselho. A percepção do conselho como uma organização antidemocrática e elitista, que não acompanhava as mudanças causadas pelos novos movimentos sociais da época. Se a primeira causa advinha das camadas populares e questionava a natureza da organização, a segunda causa tinha como origem um segmento das próprias elites envolvidas na política externa. A segunda causa era que tais elites criticavam a incapacidade do CFR em exercer a sua função, apontando a Guerra do Vietnã como o principal reflexo de que o conselho era uma organização “caduca”, fechada em si mesma, e dirigida por fósseis distantes da própria realidade.

A transformação do CFR propriamente em um TT da terceira onda foi reflexo de tais acontecimentos, desde então é realizado um grande esforço em representar o conselho como uma instituição plural engajada com o público e de fortalecimento democrático, com uma diversidade de membros representando distintas esferas da sociedade civil. Os processos de seleção apesar de se expandirem ainda selecionam todos aqueles que o conselho considera como vozes de liderança na sociedade adequadas a visão da instituição, as seleções começaram a incluir elites relevantes de lugares menos usuais como o exército, a mídia, movimentos identitários e ONGs, apesar de os cargos de liderança no conselho ainda serem reservados para os grupos tradicionais. Apesar de entre os membros do conselho

encontrarmos diversos representantes da elite da chamada sociedade civil internacional, Shoup destaca (2015, p.64, tradução nossa):

O Conselho de Relações Exteriores é uma corporação e é organizado de forma corporativa de cima para baixo, com o líder do conselho administrativo, como tomador de decisão final, auxiliado pelo conselho administrativo formado pelo presidente e diretoria do CFR. O conselho de administração aprova todos os novos membros e seleciona todos os diretores. Há um processo pró-forma configurado para os membros do CFR “elegerem” a diretoria do conselho, mas mesmo os membros não levam o processo muito a sério, já que quase todos os membros do conselho administrativo são escolhidos a partir de uma lista de nomes pré-selecionados pela diretoria, então até dois terços dos membros normalmente não votam [...] Com base nos padrões de carreira, o setor da classe capitalista, consistindo principalmente de capitalistas financeiros e capitalistas corporativos, compõe quase dois terços do número total de diretores. O segundo grupo é caracterizado por seus conhecimentos profissionais, suas conexões e suas habilidades intelectuais. Eles constituem uma classe profissional, especializada no desenvolvimento de soluções criativas para os problemas enfrentados pelo capitalismo e seu sistema, e na promoção da legitimidade do sistema. Este último grupo é dividido, quase igualmente, em dois grupos: o primeiro sendo formado por acadêmicos de carreira e o segundo por advogados, funcionários do governo (incluindo oficiais militares) e jornalistas.

Partindo das considerações teóricas de Medvetz (2012) buscamos analisar historicamente e institucionalmente o CFR em seu contexto nacional, examinar o espaço ocupado pelo conselho entre as diferentes elites que constituem a organização. Apesar de que poderíamos afirmar que em última instância o capital econômico se constitui como dominante, a natureza de tal organização dá-se exatamente pela constante cooperação equilibrada, como vimos, entre as elites do campo econômico, político e acadêmico. Tais relações sociais que compõem o núcleo do CFR, o que ele propriamente “é”, ou em outras palavras a descrição de sua posição no espaço social entre campos estabelecidos, como vimos contribuiu para a constituição do internacionalismo liberal. O que deveria estar além do político para que um “consenso bipartidário” gerasse uma política internacional propriamente “americana”. O internacionalismo liberal constitui para tais grupos a forma que suas relações sociais assumem, a visão compartilhada de mundo na qual as relações de força entre os diferentes poderes respectivos a cada campo assumem uma forma constante e duradoura de cooperação. O que aqui chamamos do núcleo do CFR, é descrito por Shoup (2015, p.26, tradução nossa, grifo nosso) da seguinte maneira:

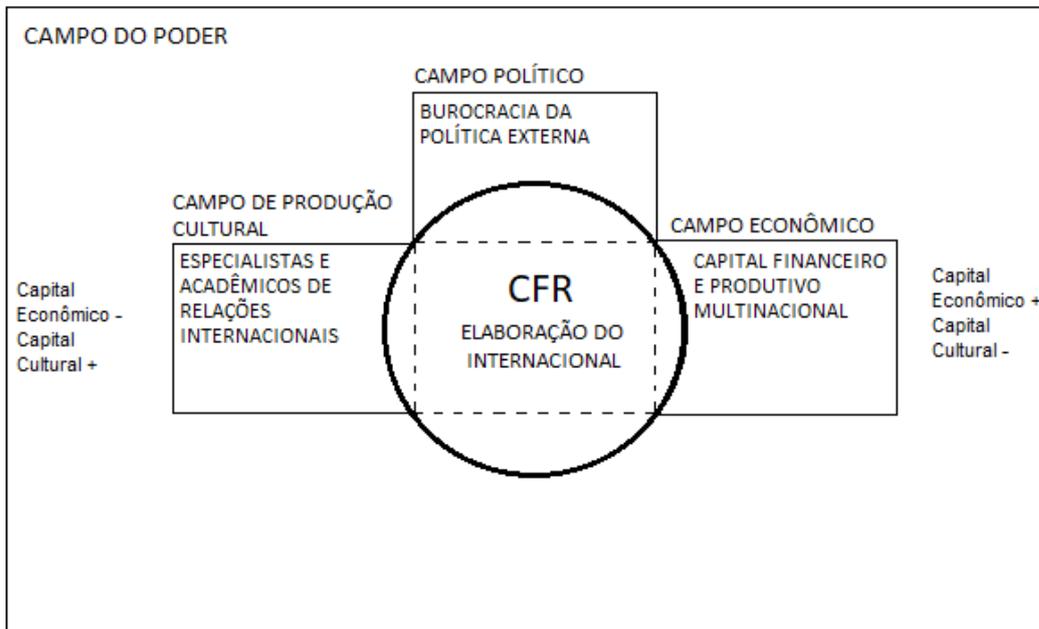
O Conselho é tanto uma organização de membros quanto um *Think Tank*, combinando ação e reflexão. *Sua vida e atividades são possíveis por meio de uma associação que é uma combinação delicadamente balanceada de líderes de negócios capitalistas, líderes do status quo da vida intelectual e líderes do governo. Se algum desses três componentes principais ficar*

muito fraco ou muito forte no CFR, a organização começa a perder o que considera ser seu verdadeiro caráter. Assim [com as modificações iniciadas na década de 70], à medida que os líderes do Conselho administravam as mudanças graduais necessárias para manter e aumentar seu poder, prestígio e influência, eles tinham que escolher de acordo os futuros diretores e também os novos membros.

Observamos até agora como o sentido e razão de ser do CFR não são definidas pela soma dos interesses dos três grandes grupos identificados na instituição, ou de uma unilateralidade do grupo dominante, o econômico, mas nas relações de cooperação entre tais elites e a nova linguagem desenvolvida para refletir e mediar tais relações.⁴ A criação de tal linguagem, a do internacionalismo liberal, teve como propósito no processo que abordamos, educar e sociabilizar as elites nacionais, estabelecer o internacional como um domínio despolitizado separado da política tradicional e reservado aos discursos, práticas e manuseio de especialistas na nova esfera chamada de internacional. Apesar de o papel do CFR em tal processo não ter sido único, a análise da instituição realizada ao longo do capítulo prontamente estabelece a sua centralidade. Como visto anteriormente, desde o final da Segunda Guerra Mundial a “escola para estadistas” forma os indivíduos a ocuparem os principais cargos na política externa norte-americana independentemente do partido ou político eleito. Segue no gráfico abaixo, localizado no segmento superior do espaço social dos Estados Unidos, a posição do CFR no campo do poder:

⁴ Apesar do CFR se adequar ao modelo proposto por Medvetz (2012) o campo midiático está ausente entre os principais grupos envolvidos nas atividades e posições de liderança no conselho. Apesar de, como destaca Shoup (2015), diversos diretores e donos dos principais jornais, canais televisivos e conglomerados midiáticos estadunidenses serem membros do conselho. A mídia não está envolvida, ao contrário dos outros grupos, nos processos decisórios sobre a interpretação do internacional, ela noticia partindo dos entendimentos e consensos já estabelecidos no conselho.

Gráfico 5 – Espaço do CFR no campo do poder norte-americano



Fonte: Desenvolvido pelo autor

O esforço realizado ao longo do segundo capítulo, de localizar no espaço social norte-americano a posição ocupada pelo CFR, nos permite avançar na análise dos discursos produzidos dentro da instituição. Ao identificarmos o lugar do CFR no campo do poder e o seu papel como mediador entre as elites de distintos campos, podemos agora compreender as fontes da legitimidade de tal organização.

Se no primeiro capítulo observamos teoricamente como no mundo social a autoridade é construída, sendo ela o acúmulo de capital em determinados campos e o arbítrio para monopolizar os devidos bens internos ao próprio campo, então no segundo capítulo especificamos as bases sociais que conferem a autoridade ao CFR.

Ao abordar a formação e história do conselho, observamos como a construção do internacional como uma esfera específica, reservada a agentes competentes em manusear os bens culturais sobre o assunto, foi possível nos Estados Unidos em boa parte devido ao próprio trabalho da organização. Estabelecer as fontes da legitimidade ao CFR e seu discurso sobre o internacional, é também compreender a semiautonomia sobre a qual reside a organização e os produtos simbólicos ali produzidos. Pela função mediadora da organização, o discurso sobre o internacional

ali desenvolvido traz consigo as limitações impostas por cada campo envolvido na constituição da organização.

Buscamos ao longo do capítulo investigar empiricamente qual é, em termos sociais, o significado dos produtos simbólicos produzidos pelo conselho. Em outras palavras, identificamos quais são as forças sociais envolvidas quando os representantes do CFR manuseiam a sua competência sobre o internacional.

O estudo da principal mercadoria cultural produzida pelo CFR, a revista *Foreign Affairs*, é possível pela identificação da posição no espaço social dos agentes da organização. A análise bourdesiana do discurso estabelece que o conteúdo do discurso apenas é inteligível após a compreensão da posição dos agentes formuladores de tal discurso. Se os esforços realizados ao longo do trabalho visaram estabelecer, teoricamente no primeiro capítulo e empiricamente no segundo capítulo, as fontes da autoridade do discurso do CFR sobre o internacional, no próximo capítulo poderemos abordar propriamente o conteúdo do discurso ao nos debruçarmos sobre as páginas da *Foreign Affairs*.

4 O DISCURSO LEGÍTIMO E A *FOREIGN AFFAIRS*

4.1 A FORÇA DAS PALAVRAS LEGÍTIMAS E A *FOREIGN AFFAIRS*

Uma análise dos textos da *Foreign Affairs* se torna factível após a compreensão das condições sociais de sua produção, ou seja, após termos estabelecido a função, na falta de uma palavra melhor, do CFR na sociedade norte-americana e o grau de sua efetividade simbólica. Ao traçarmos a longa história e o trabalho intelectual realizado pelo conselho, observamos o seu papel em “sociabilizar” as diferentes elites dos Estados Unidos em sua relação com o internacional.

O trabalho realizado até aqui permite compreender os fundamentos da detenção do CFR sobre o monopólio da violência simbólica legítima, sobre a área que a própria organização ajudou a constituir. Segundo Bourdieu (1989), o poder de nomeação, é o uso legítimo da palavra legítima pelos agentes autorizados dentro de uma determinada competência. O poder de dar nome às coisas, é o uso bem-sucedido da violência simbólica legítima, violência capaz de impor classificações e julgamentos aceitos e reconhecidos sobre o mundo social.

Segundo Bourdieu (1989, p.236) na luta simbólica pela palavra legítima, visões diferentes e antagonistas sobre o mundo “tentam impor o monopólio do poder de impor o princípio universalmente reconhecido de conhecimento sobre o mundo social.” A confrontação de pontos de vista singulares, é resolvida pelo veredicto enunciado de uma autoridade socialmente mandatada, da autoridade que detêm o uso legítimo da palavra legítima.

A palavra legítima são os princípios de visão e divisão da realidade, adotados pelos agentes durante seu processo de sociabilização e integrados em seu habitus. É apenas pelo uso de estruturas simbólicas compartilhadas dentro de um corpo coletivo, que agentes sociais se tornam habilitados a imprimir significado e inteligibilidade ao mundo que os circunda. Os símbolos são os principais instrumentos da integração social, como instrumentos de conhecimento e comunicação, eles tornam possível o consenso sobre o sentido do mundo social que fundamenta a reprodução de uma ordem social. Para Bourdieu (2007, p.438) o consenso estabelecido pelos mesmos princípios de visão e divisão do mundo social, seria “a orquestração das categorias de percepção do mundo social, categorias que,

por estarem ajustadas às divisões da ordem estabelecida [...] e por serem comuns a todos os espíritos estruturados em conformidade com tais estruturas, se impõem com toda a aparência de necessidade objetiva.”

No caso que estamos aqui analisando, o poder de mandato do CFR, advém de sua posição no espaço social de mediador das relações entre os diferentes campos no campo do poder, de representar tal pacto de equilíbrio e estender tal poder de representação para as suas produções simbólicas.

Os produtos simbólicos do CFR, seus atos de nomeação através do discurso ali produzido, são chancelados pela multiplicidade de grupos sociais presentes na formação e manutenção do conselho. Os atos de nomeação, representam a forma da palavra autorizada, oficial e enunciada em nome de todos. Os enunciados e juízos de atribuição formulados publicamente por agentes que atuam como mandatários autorizados de uma coletividade, “são atos mágicos que são bem-sucedidos porque estão à altura de se fazerem reconhecer universalmente, portanto de conseguir que ninguém possa recusar ou ignorar o ponto de vista, a visão que eles impõem.” (BOURDIEU, 1989, p.237).

A lenta criação de um núcleo diferenciado que tem como ocupação o internacional, é acompanhada com a simultânea formação de seus próprios especialistas, protocolos, linguagens, categorias de divisão e práticas. Núcleo no qual são desenvolvidas e impostas categorias de visão e percepção próprias do mundo social. Já mencionado anteriormente, vale aqui repetir o diagnóstico de Medvetz (2012, p.79, tradução nossa), sobre a FA como “um órgão através do qual os aspirantes a especialistas em política externa poderiam desenvolver sua própria linguagem, seus próprios critérios de julgamento e seu próprio corpo de conhecimento - e, assim, constituir-se como especialistas em um novo tipo.”

O conteúdo nas páginas da revista é o resultado de um complexo processo de equilíbrio entre diferentes formas de poder, ou dizendo bourdesianamente, das relações estáveis e desiguais de cooperação distintos capitais. O trabalho de mediação, debate, disputa e consenso entre as elites do campo econômico, político e cultural, como realizados internamente entre os envolvidos na instituição, geram como produto final e público as opiniões cristalizadas na *Foreign Affairs*.

A criação do internacional como uma dimensão diferenciada, ao menos na influência do conselho na sociedade norte-americana, dá-se através das dependências estruturais presentes na própria organização e função do CFR. A

parcial autonomização do internacional dentro das estruturas de poder do país, da qual resulta a política internacional interpretada como legítima, é resultado de restrições e limites impostos por cada grupo e de suas relações entre si.

Sendo a maioria dos artigos publicados na *Foreign Affairs* o produto final sobre o consenso obtido internamente na organização, fruto das discussões internas realizadas nos grupos de estudos, não devemos esquecer que apesar de ela refletir de forma geral a *worldview* do conselho, tal visão de mundo geralmente não é unânime ou necessariamente fixa. Apesar da proximidade e pressupostos fundamentais compartilhados da FA com o mundo acadêmico, sendo o periódico pelas métricas um dos mais influentes na área de relações internacionais (WEB OF SCIENCE GROUP, 2018), devemos recordar que sua principal finalidade está na ordem de formar e moldar os debates e ações de política pública. Finalidade possível pelo capital simbólico acumulado obtido pelos grupos que formam o conselho e sua conseqüente presença nos discursos publicados. Logo adiante abordaremos a questão de tal investidura do capital simbólico do grupo a um porta-voz responsável.

As atividades fechadas ou sigilosas do conselho impossibilitam uma análise acurada do processo decisório e debate interno realizado na instituição e seus grupos de estudos, análise na qual poderíamos acompanhar as conversas sobre a introdução de um novo tema até a sua cristalização final no formato de uma publicação. A opacidade do conselho permite apenas a visibilidade de seus produtos finais disponibilizados publicamente, infelizmente permitindo apenas inferências sobre o processo interno. Além das atividades regulares do conselho que descrevemos, existem uma série de reuniões informais, usualmente não informadas, com líderes domésticos e estrangeiros. Um raro exemplo de quando tais reuniões são noticiadas, é o artigo no *Financial Times* do presidente do CFR, Richard Haass, sobre suas reuniões com a nova liderança do Irã em 2013. É relatado por Haass (apud Shoup, 2015, p.98): “Nas minhas duas reuniões com o Sr. Rouhani e seu ministro das Relações Exteriores, ouvi flexibilidade sobre a possibilidade de abrir mão do urânio já enriquecido para níveis mais altos”. Relatamos um caso no qual, enquanto o presidente do CFR já se havia reunido duas vezes com o novo presidente iraniano e trazia informações sobre a situação nuclear do país, o presidente dos Estados Unidos ainda estava limitado a um telefonema.

O poder simbólico do conselho tem como necessidade para seu sucesso e reprodução a imposição de suas próprias formas de classificação a outros agentes. Como vimos, o longo desenvolvimento da linguagem que forma o internacionalismo liberal, o reconhecimento de suas categorias, necessariamente deve passar pelo desconhecimento de sua arbitrariedade. O poder de nomeação reconhecido como legítimo, ou seja, a capacidade legítima de classificar segundo as categorias do liberalismo internacional os agentes, é reservado aos detentores autorizados de tal linguagem.

Se o poder de estabelecer como as formas de conhecimento sobre o mundo social são organizadas, pertence em um primeiro momento mais profundo, no qual as categorias mentais são estabelecidas e inculcadas. Em um segundo momento, tal poder é posto ao uso através das mudanças de julgamento e estratégia realizados pelo conselho sobre os agentes que formam o sistema internacional.

O uso da linguagem internacionalista liberal não precisa necessariamente ser acompanhada pelo conteúdo objetivo que ela supostamente demandaria. Um exemplo mais próximo historicamente é o de Muammar Gaddafi, que em uma visita ao CFR em Nova Iorque no ano de 2009, pode ser apresentado pelo presidente do conselho, Richard Haass (2009, online, tradução nossa), como “o líder da Líbia por quatro décadas”, fato que “por qualquer tipo de medida o torna o líder público mais longevo do mundo.” A explicação de sua presença no país dá-se pelos seus compromissos na “Assembleia Geral das Nações Unidas”, compromissos relacionados a um momento no qual “a Líbia detém um dos assentos rotativos de dois anos no Conselho de Segurança da ONU. E a Líbia é também este ano o presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas”, além de que “o próprio Sr. Gaddafi foi eleito em fevereiro passado como presidente da União Africana que, espero que todos saibam, é a principal organização regional para o continente africano.”

Na breve apresentação de Gaddafi podemos observar uma operação de legitimação tripla na linguagem usada. Em relação ao nacional, Gaddafi é descrito como líder que serve o público a décadas, regionalmente, ele é o presidente eleito da principal organização regional democrática do continente, e mundialmente, é destacada a posição do líder na principal instituição do sistema internacional liberal. Se em 2009 o conselho estabelecia Gaddafi como membro ou no mínimo aliado da ordem democrática, após as mudanças de estratégia ocorridas pelo início da

primavera árabe na Líbia e a posterior morte do líder em 2011, tais afirmações sobre o agora classificado pelo conselho como ditador e violador de direitos humanos, seriam impensáveis e descartadas.

As constantes mudanças de posicionamento do CFR sobre diversos temas internacionais, nas quais causas advogadas como em defesa do sistema multilateral podem posteriormente ser condenadas como unilaterais, refletem o caráter estratégico dos posicionamentos desenvolvidos pela instituição. As mudanças na conjuntura, como no caso de Gaddafi, ou resultados indesejados de certas ações, como o apoio à guerra do Vietnã, podem resultar em uma mudança drástica na estratégia tomada pelo conselho. O uso da linguagem do internacionalismo liberal pelo conselho, possibilita que subitamente certas ações do governo norte-americano, antes em defesa da ordem liberal, se tornem danosas a tal ordem, ou que antigos aliados possam prontamente se converter em governos estrangeiros contrários à ordem democrática.

Diante do consenso de interesses e tomadas de estratégias cristalizadas pelo CFR, seria um erro, como vimos ao longo do trabalho, apontar o CFR como mero instrumento utilitário de uma elite econômica, ignorando as outras formas de poder envolvidas na organização. Apesar de o capital econômico ser o princípio dominante de dominação dentro do conselho, observamos que a razão de ser da organização é exatamente mediar as relações entre os distintos tipos de poderes. Interpretar o CFR como ferramenta do capital econômico, é ignorar o longo trabalho da organização de criar o internacional como uma dimensão diferenciada, dimensão distante das disputas políticas nacionais e apenas apta ao manuseio de especialistas.

Como havíamos visto anteriormente, o propósito inicial do CFR era criar uma política internacional que transcendesse as filiações e organizações partidárias, e definia problemas de política externa como problemas “americanos” e identificando interesses isolacionistas como locais, particulares ou sectários (PARMAR, 2004). O processo de delimitação da política internacional como esfera pertencente aos especialistas capacitados foi acompanhado pela retirada de tais temas como pauta de debate e decisão dos partidos políticos nacionais. Como posto por Wala (1994, p.12, tradução nossa) a construção de uma base para uma política externa americana de longo prazo, não poderia depender do “humor da campanha eleitoral de uma administração específica, na qual até mesmo a opinião pública “inculta” era

importante, [...] mas ser determinada por uma opinião pragmática de especialistas, com base em julgamento e análise racionais.

A diferença entre uma perspectiva particular ou mundanamente produzida e aquelas aprovadas pela nomeação oficial chancelada pelos agentes autorizados é a eficiência simbólica proporcionada a cada um pelos seu volume de capital. Como posto por Bourdieu (1989, p.146): “na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial [...] da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores”.

As trocas discursivas não trazem apenas internamente seus próprios determinantes de funcionamento, para Bourdieu trocas discursivas são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos. Segundo Bourdieu (1996, p.89), o porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, “por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador.” Seja por uma atribuição política ou competências técnicas, aquele que fala “em nome” de um grupo, é autorizado a falar com autoridade.

Como posto por Bourdieu (1996, p.61), a relação de forças discursivas, o peso dos diferentes agentes “depende de seu capital simbólico, isto é, do reconhecimento, institucionalizado ou não, que recebem de um grupo: a imposição simbólica [...] só pode funcionar enquanto tal quando estiverem reunidas condições sociais inteiramente externas à lógica propriamente linguística do discurso.” Quanto mais reconhecido ou autorizado é o discurso, mais ele é capaz de estruturar a percepção que os agentes têm do mundo social, de tal forma a nomeação contribuiu para formar a estrutura de tal mundo.

A relação extralinguística presente nas trocas discursivas deve ser inserida na explicação para uma compreensão completa de tais relações de força discursivas, discursos não são proferidos por agentes intercambiáveis em situações intercambiáveis, sendo tais elementos essenciais para determinar o sentido de seu conteúdo. Como posto por Bourdieu (1996, p.63 -83):

A busca do princípio propriamente linguístico da “força ilocucionária” do discurso dá então lugar à busca propriamente sociológica das condições em meio às quais um agente singular (e com ele sua fala) pode-se achar

investido de uma tal força. O verdadeiro princípio da magia dos enunciados performativos reside no mistério do ministério, isto é, na delegação ao cabo da qual um agente singular (rei, sacerdote, porta-voz) recebe o mandato para falar e agir em nome do grupo, assim constituído nele e por ele; tal princípio encontra-se, mais precisamente, nas condições sociais da instituição do ministério que constitui o mandatário legítimo como sendo capaz de agir através das palavras sobre o mundo social pelo fato de instituí-lo enquanto médium entre o grupo e ele mesmo; isso ocorre, entre outras coisas, ao municiá-lo com signos e insígnias destinado a lembrar o fato de que ele não age em seu nome pessoal e de sua própria autoridade. [...] O mistério da magia performativa resolve-se assim no mistério do ministério, isto é, na alquimia da representação (nos diferentes sentidos do termo) através da qual o representante constitui o grupo que o constitui: o porta-voz dotado do poder pleno de falar e de agir em nome do grupo, falando sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que existe somente por esta procuração. Grupo feito homem, ele personifica uma pessoa fictícia, que ele arranca do estado de mero agregado de indivíduos separados, permitindo-lhe agir e falar, através dele, “como um único homem”. Em contrapartida, ele recebe o direito de falar e de agir em nome do grupo, de “se tomar pelo” grupo que ele encarna, de se identificar com a função à qual ele “se entrega de corpo e alma”, dando assim um corpo biológico a um corpo constituído. Status est magistratus, “o Estado sou eu”. Ou então, o que dá no mesmo, o mundo é minha representação.

4.2 Os governos e a seleção de artigos

Se a eleição de Barack Obama na corrida presidencial de 2008 foi vista pelas elites da política externa como uma volta a “normalidade” para a política externa norte-americana após os excessos unilaterais dos anos Bush, dentre eles o mais significativo sendo a Segunda Guerra do Golfo que em um primeiro momento antes de sua posterior condenação foi endossada pelo CFR⁵, a eleição de Donald Trump foi interpretada desde o início como um desvio ainda mais grave da “normalidade” da política externa norte-americana.

O contexto global com o qual Obama e seus formuladores de grandes estratégias se viram confrontados era aquele em que a posição global dos EUA eram percebidas como ameaçadas pelos danos causados pelo unilateralismo de Bush. Como posto por Van Apeldoorn e Graaff (2016, p.203, tradução nossa):

A noção de que os Estados Unidos haviam perdido muito de sua posição internacional devido às políticas equivocadas de Bush e que algo precisava ser feito para reverter isso, tornou-se amplamente compartilhada pela elite de planejamento da política externa americana nos últimos anos de Bush, e especialmente dentro daqueles círculos dos quais Obama recrutaria sua equipe de política externa.

De maneira geral, a intenção da política externa do governo seria manter e restaurar um grau de legitimidade internacional no papel hegemônico do governo

⁵ Para uma listagem dos artigos, posicionamentos e livros publicados pelo CFR em apoio à invasão e seu envolvimento ver o sexto capítulo de Shoup (2015).

estadunidense no sistema internacional, repousando em uma estratégia fruto do “consenso bipartidário” das elites responsáveis pela formulação da política externa. Como posto por Van Apeldoorn e Graaff (2016, p.197) “assim como nas redes de oficiais de alto escalão da política externa Clinton e Bush, o órgão de planejamento de políticas mais central nos governos Obama [...] é novamente o Conselho de Relações Exteriores.”

A eleição de Donald Trump em 2016 se mostra como um marco, apesar de distintos governos terem tomado posições unilaterais e nacionalistas em suas políticas globais, muitas vezes sendo tais posições formuladas e incentivadas pelo próprio conselho, usualmente elas se davam através dos meios oferecidos ou no mínimo dentro dos padrões discursivos oferecidos pelo sistema internacional e seus especialistas. O distintivo da política externa de Trump, através da política do *America First*, é o seu desengajamento de questões internacionais, o questionamento da legitimidade do sistema internacional como um todo e a objeção de que o país necessariamente deveria buscar uma posição de liderança em tal sistema. Já nacionalmente, sendo que o ponto primário para o conselho, ocorre dentro dos circuitos nacionais de poder a deslegitimação dos detentores do discurso legítimo sobre o internacional.

Se observamos o lento processo de formação do internacional e seus especialistas na sociedade norte-americana através do trabalho do CFR, o posicionamento do governo Trump vem com o questionamento de seus pressupostos, legitimidade, especialistas e discursos. O retorno do lema *America First* e os questionamentos que o acompanham, que como observamos foi usado por isolacionistas durante o período entreguerras, momento no qual a política externa norte-americana ainda era altamente politizada e o conselho ainda não havia estabelecidos os consensos bipartidários compartilhados, é notado pelos próprios membros do conselho. Na introdução de uma biografia recente do conselho publicada em 2021 celebrando os cem anos da organização, seu presidente, Richard Haass (GAVRIL, 2021, p.vii, tradução nossa), descreve o momento vivido pela nação durante o governo Trump da seguinte forma:

Após a Primeira Guerra Mundial, um intenso debate sobre a papel no mundo tomou conta da nação. Isolacionistas e unilateralistas no Senado desafiaram o presidente Woodrow Wilson e votou contra a Liga da Nação [...]. O que estamos a ver assemelha-se mais ao que existia quando o Conselho foi fundado no período após a Primeira Guerra Mundial do que em qualquer momento desde então. Eu não estou sugerindo que as duas eras

separadas por um século sejam idênticas, mas há ecos: crescentes tendências isolacionistas, unilateralistas e protecionistas nos Estados Unidos; crescente nacionalismo e populismo aqui e ao redor do mundo.

A recusa pelos oficiais de política externa do governo Trump da ortodoxia estabelecida entre o público da política externa e seus membros, é prontamente interpretada como populismo pelo *establishment*. Com o “consenso bipartidário” construído pelo conselho rompido, a nova politização de diversas questões da política externa, realizada através de membros de uma equipe governamental que em sua ampla maioria não pertencem aos grupos que compõem a elite da política externa que descrevemos, é vista pelos especialistas como um afastamento da racionalidade e moderação dos quais eles são representantes e uma aproximação do irracionalismo que estaria na raiz de todo populismo. Mann (2017, online) descreve no *New York Review of Books*, como os únicos três membros do CFR que ocupavam cargos relevantes na administração Trump eram conhecidos pelo *establishment* em Washington como “*the adults in the room*.” Após um breve período no governo, os três membros do conselho renunciaram de seus cargos.

Como havíamos exposto anteriormente, o papel majoritário e a principal forma de presença do CFR dentro dos setores de política externa do governo norte-americano desde o fim da Segunda Guerra Mundial, dava-se pela escolha dos governantes em optar na ampla participação de seus membros dentro do Estado. A palavra escolha obviamente não é adequada para descrever a situação na qual estão presentes as pressões e intimações implícitas em escolher a equipe acertada, sendo ela apenas possível dentro dos limites ou nomes oferecidos pelos próprios especialistas do internacional. A troca simbólica ou o efeito de legitimação mútua ocorrido ao longo de toda a segunda metade do século XX no setor da política externa, na qual o eleito se afirmava como competente ao escolher a equipe competente e a competência da equipe advinha na sua experiência acumulada de cargos governamentais especializados, é repentinamente rompida com a eleição de Donald Trump. Após notar a continuidade de representantes do mundo corporativo na nova administração, apesar da maior representatividade de setores tradicionalmente pouco internacionalizados, Van Apeldoorn e Graaff (2019, p.21-22) comentam:

Porém a descontinuidade mais significativa que encontramos, no entanto, foi no domínio das redes de planejamento de políticas. Aqui, nossa análise revela que todos os principais formuladores de política externa nas administrações pós-Guerra Fria que antecederam a presidência de Trump

estavam inseridos em uma rede de institutos de planejamento de política de elite financiada e dirigida por representantes do mundo corporativo, muitos dos quais estavam simultaneamente nas administrações de corporações transnacionais. No entanto, [...] a equipe de Trump está amplamente desconectada dessa rede de planejamento e seus principais conselheiros. Em suma, a elite da política externa trumpiana está mal integrada na elite da política externa que tinha ligações tão estreitas com os três governos anteriores. Observa-se, assim, uma ruptura real e significativa com a configuração anteriores de poder nas elites da política externa. No passado, essas redes de planejamento de políticas desempenharam um papel fundamental na formulação, e circulando as ideias que alimentaram a política externa dos EUA e que ajudaram a moldar um consenso amplamente compartilhado sobre o papel global da América e, apesar das disputas intra-elite sobre os meios, em seus objetivos de política a sua política internacional. Que quase não há links entre essas redes e a elite política externa de Trump tem implicações significativas para a formulação e implementação da política externa sob sua presidência. [...] A ascensão de Trump à presidência desnudou uma crise de poder e liderança da elite que não será facilmente revertida, a elite da política externa nos EUA perdeu seu domínio autoevidente e autocomplacente.

O longo declínio relativo norte-americano teria supostamente mais uma de suas fontes na política externa e descrença na legitimidade de tal ordem promulgada pelo governo Trump. Como Haass já nos indicou, a situação é excepcional, a organização agora deve lidar com uma crise interna de legitimidade, situação que como vimos, o próprio trabalho da organização visou fazer desaparecer dentro das instituições de poder norte-americanas. Em suma, um dos principais elementos para a crise da ordem internacional, sendo tal elemento o foco deste trabalho, é a crise interna da legitimidade de tal ordem no nível das elites nacionais norte-americanas, ou seja, uma crise da legitimidade do próprio conselho e seu trabalho. O consenso forjado entre os interesses das distintas elites que toma a forma do discurso sobre o internacional, é identificado pelos seus membros e simbolicamente mobilizado, como os interesses da própria ordem liberal internacional.

Com a intenção de analisarmos os artigos que exponham julgamentos sintéticos sobre a situação e liderança dos Estados Unidos no sistema internacional, usamos como critério para a seleção dos textos os artigos nos quais se utilizam o conceito ou é debatida a situação, da *Grand Strategy* do país. Este conceito é usado pela academia norte-americana para descrever a lógica subjacente da estrutura e forma ao uso conjunto das políticas do Estado que fundamentam a sua política exterior no sistema internacional. Um uso mais utilitário do conceito poderia ser definido como o uso conjunto das “ferramentas policiais, militares, diplomáticas e econômicas para avançar os interesses nacionais maiores do Estado no sistema internacional.” (FEAVER, 2009, tradução nossa). De forma mais ampla, *Grand*

Strategy é definir objetivos abrangentes e de longo prazo e identificar os meios para alcançá-los, como posto por Van Apeldoorn e Graaff (2016, p.7) ela “pode ser vista como o nível ‘mais alto’ da política externa, representando uma visão abrangente dos interesses críticos do Estado e como melhor promovê-los e alcançá-los e, portanto, sobre o papel e a posição de tal nação no mundo.”

O recorte temporal proposto para a análise da política externa dos EUA como exposto nas páginas da *Foreign Affairs*, tem como finalidade abarcar o período entre um governo que buscou ampla participação no sistema internacional (Obama 2013-2016) e outro que se opõe a tal prática (Trump 2017-2020). Um que adere as recomendações e práticas consagradas pelo trabalho do CFR e outro que ativamente as questiona. Não vamos tentar avaliar os graus efetivos de continuidade ou ruptura entre os governos analisados, que consistiria em uma pesquisa completamente distinta, mas como os diferentes grupos que compõem o *Council On Foreign Relations* – as elites de diferentes campos - interpretaram e julgaram cada período. Como elas manusearam simbolicamente a especialidade da qual elas buscam se constituir como detentoras do monopólio legítimo do uso, a especialidade sobre o internacional.

Esclarecidos os motivos e critérios de seleção dos artigos, assim como as condições sociais de sua produção, segue abaixo um quadro listando as publicações que compõem propriamente o objeto de estudo deste trabalho:

Quadro 2 – Artigos da *Foreign Affairs* selecionados para análise

Título	Volume, Número e Ano	Autor(es)
Pull Back	V.92, N.1, 2013	Barry R. Posen
Lean Forward	V.92, N.1, 2013	Stephen G. Brooks, G. John Ikenberry, e William C. Wohlforth
The Lost Logic of Deterrence	V.92, N.2, 2013	Richard K. Betts
The Clinton Legacy	V.92, N.3, 2013	Michael Hirsh
Accepting Austerity	V.92, N.6, 2013	Cindy Williams
The Rise and Fall of the Failed-State	V.93, N.1, 2014	Michael J. Mazarr
America's Energy Edge	V.93, N.2, 2014	Robert D. Blackwill e Meghan L. O'Sullivan
The Illusion of Geopolitics	V.93, N.3, 2014	G. John Ikenberry
The Return of Geopolitics	V.93, N.3, 2014	Walter Russell Mead
Washington's Weak-State Agenda	V.93, N.3, 2014	James A. Schear e Michael J. Mazarr
Managing the New Cold War	V.93, N.4, 2014	Robert Legvold
What the Kremlin Is Thinking	V.93, N.4, 2014	Alexander Lukin
The Unraveling	V.93, N.6, 2014	Richard N. Haass
What Obama Gets Right	V.94, N.5, 2015	Gideon Rose
Delusions of Grand Strategy	V.94, N.6, 2015	David M. Edelstein e Ronald R. Krebs
Diplomacy Disrupted	V.95, N.2, 2016	Cameron Munter
Fight or Flight	V.95, N.2, 2016	Kenneth M. Pollack
The Lost Art of Economic Statecraft	V.95, N.2, 2016	Robert D. Blackwill e Jennifer M. Harris
The Once and Future Superpower	V.95, N.3, 2016	Stephen G. Brooks e William C. Wohlforth
America and the Global Economy	V.95, N.3, 2016	Jacob J. Lew
The Case for Offshore Balancing	V.95, N.4, 2016	John J. Mearsheimer e Stephen M. Walt
How to Succeed in the Networked World	V.95, N.6, 2016	Anne-Marie Slaughter
Will the Liberal Order Survive?	V.96, N.1, 2017	Joseph S. Nye Jr.
World Order 2.0	V.96, N.1, 2017	Richard N. Haass
The Once and Future Order	V.96, N.1, 2017	Michael J. Mazarr
Liberalism in Retreat	V.96, N.1, 2017	Robin Niblett
The Jacksonian Revolt	V.96, N.2, 2017	Walter Russell Mead
Trump and World Order	V.96, N.2, 2017	Stewart M. Patrick
An Internet Whole and Free	V.96, N.2, 2017	Kal Raustiala
Asia's Other Revisionist Power	V.96, N.2, 2017	Jennifer Lind
A New Truman Doctrine	V.96, N.4, 2017	Tim Kaine
After Credibility	V.97, N.1, 2018	Keren Yarhi-Milo
Letting Go	V.97, N.2, 2018	Gideon Rose
The Rise of Illiberal Hegemony	V.97, N.2, 2018	Barry R. Posen
The Clash of Exceptionalisms	V.97, N.2, 2018	Charles A. Kupchan
Reclaiming Global Leadership	V.97, N.4, 2018	John Kasich
The Myth of the Liberal Order	V.97, N.4, 2018	Graham Allison
Good Fences Make Good Politics	V.97, N.5, 2018	Eric Kaufmann
Three Cheers for Trump's Foreign Policy	V.97, N.5, 2018	Randall Schweller
Nuclear Weapons Don't Matter	V.97, N.6, 2018	John Mueller
The Use and Misuse of Economic Statecraft	V.97, N.6, 2018	Jacob J. Lew e Richard Nephew
If You Want Peace, Prepare for Nuclear War	V.97, N.6, 2018	Elbridge Colby
More, Less, or Different?	V.98, N.1, 2019	Jake Sullivan
America's Long Goodbye	V.98, N.1, 2019	Eliot A. Cohen
The Fourth Founding	V.98, N.1, 2019	Gideon Rose
America's Middle East Purgatory	V.98, N.1, 2019	Mara Karlin e Tamara Cofman Wittes
The Future of the Liberal Order Is Conservative	V.98, N.2, 2019	Jennifer Lind e William C. Wohlforth
The Open World	V.98, N.3, 2019	Mira Rapp-Hooper e Rebecca Friedman Lissner

Título	V. N. e Ano	Autor(es)
This Time Is Different	V.98, N.3, 2019	Daniel W. Drezner
The End of Hubris	V.98, N.3, 2019	Stephen M. Walt
Back to Basics	V.98, N.3, 2019	Kori Schake
The Longest Wars	V.98, N.3, 2019	George Packer
A World Safe for Autocracy?	V.98, N.4, 2019	Jessica Chen Weiss
The Self-Destruction of American	V.98, N.4, 2019	Fareed Zakaria
Competition Without Catastrophe	V.98, N.5, 2019	Kurt M. Campbell and Jake Sullivan
The Nonintervention Delusion	V.98, N.6, 2019	Richard Fontaine
The Age of Great-Power Competition	V.99, N.1, 2020	Elbridge A. Colby e A. Wess Mitchell
Saving America's Alliances	V.99, N.2, 2020	Mira Rapp-Hooper
The New Spheres of Influence	V.99, N.2, 2020	Graham Allison
Reality Check	V.99, N.2, 2020	Jennifer Lind e Daryl G. Press
Getting to Less	V.99, N.2, 2020	Kathleen Hicks
The Price of Primacy	V.99, N.2, 2020	Stephen Wertheim
The Folly of Retrenchment	V.99, N.2, 2020	Thomas Wright
Learning to Live With Despots	V.99, N.2, 2020	Stephen D. Krasner
The End of Grand Strategy	V.99, N.3, 2020	Daniel W. Drezner, Ronald R. Krebs, e Randall Schweller
The Over Militarization of American Policy	V.99, N.4, 2020	Robert M. Gates
The Next Liberal Order	V.99, N.4, 2020	John Ikenberry
How Hegemony Ends	V.99, N.4, 2020	Alexander Cooley and Daniel H. Nexø
The World Trump Made	V.99, N.5, 2020	Gideon Rose
Which Past Is Prologue?	V.99, N.5, 2020	Margaret Macmillan
Present at the Disruption	V.99, N.5, 2020	Richard Haass
The End of American Illusion	V.99, N.5, 2020	Nadia Schadlow
The Democratic Renewal	V.99, N.5, 2020	Ben Rhodes
A Grand Strategy of Resilience	V.99, N.5, 2020	Ganesh Sitaraman
The Fragile Republic	V.99, N.5, 2020	Suzanne Mettler and Robert C. Lieberman
Coming Storms	V.99, N.6, 2020	Christopher Layne
Rogue Superpower	V.99, N.6, 2020	Michael Beckley
The Transformation of Diplomacy	V.99, N.6, 2020	William J. Burns and Linda Thomas-Greenfield

Fonte: Foreign Affairs (2020)

A análise dos artigos selecionados possibilita observar o manuseio simbólico do discurso sobre o internacional pelos seus agentes autorizados. A linguagem do internacionalismo liberal deve ser compreendida dentro das funções nacionais do CFR, o uso de tal linguagem deve ser retraduzida para o jogo de equilíbrio de forças presentes no conselho. É central para a análise a homologia entre os discursos sobre a política externa dos governos e as diferentes relações entre as posições relativas dos agentes sociais, ou seja, como as disputas na organização nacional sobre o internacional que fundamentam o conselho, são transpostas através de uma operação de alquimia social como o próprio discurso sobre o internacional.

Abordar as categorias de visão e divisão sobre o mundo social utilizadas pelos autores da revista permite um entendimento das estruturas mentais gestadas dentro

das restrições ou condições sociais presentes no trabalho do conselho e na consequente publicação da *Foreign Affairs*. Evidentemente a leitura sobre o internacional não deve ser identificada com algum tipo de objetividade, as formas de descrições trazem implicitamente suas próprias prescrições que usualmente visam se alinhar e serem úteis ao trabalho do conselho. Vamos a seguir apresentar o resultado da análise dos artigos que compõem este estudo, segundo a ordem cronológica de cada governo.

4.3 As edições da *Foreign Affairs* entre o segundo governo Obama (2013-2016) e o governo Trump (2017-2020)

4.3.1 O retorno à “normalidade” com Obama.

Com a eleição de Barack Obama, saudada como um retorno a “normalidade” em comparação com os excessos unilaterais da administração anterior, a posição central ocupada pelo terrorismo nos debates sobre o internacional foi lentamente sendo substituída por outras múltiplas questões. Abrimos a análise citando um artigo que apesar ser publicado meses antes do período aqui abordado, encapsula bem as preocupações dos analistas do conselho e o tema que abordaremos. Keohane (2012, p.114, tradução nossa) comenta como “o que realmente assusta os comentaristas da política externa americana não é nenhuma frustração ou perigo imediato, mas a perspectiva de declínio de longo prazo.” A análise do possível declínio da liderança norte-americana não deveria apenas se atentar aos *the usual suspects* como as nações emergentes ou dissidentes no sistema internacional, os erros militares estadunidenses e a possibilidade de uma nova crise financeira ainda fresca na memória dos comentaristas. Mas na seguinte questão posta por Keohane (2012, p.118, tradução nossa): “os Estados Unidos como sociedade, podem reunir a coerência política e a força de vontade para conceber e implementar uma estratégia de liderança sustentável para o século XXI?”

O questionamento sobre as condições internas da política externa ocupa a posição central na primeira edição da revista no segundo mandato de Obama. De forma singular, Zakaria (2012) relaciona o declínio da legitimidade do sistema político norte-americano com a diminuição da competitividade econômica do país no nível internacional. A crise da democracia, refletida no aumento da recusa das

massas norte-americanas pelo Estado e as divisões entre os grupos políticos em Washington, teria como elemento causal a incapacidade dos grupos internos realizarem políticas econômicas, sociais e políticas para adaptar o país para o novo século. Segundo Zakaria (2012, p.23, tradução nossa) é preciso se perguntar “se o sistema político dos EUA é capaz de fazer as mudanças que garantirão o sucesso contínuo em um mundo de maior competição global e mudança tecnológica. Em outras palavras, a situação atual de declínio é, na verdade, uma crise da democracia?”

Se a análise das condições internas do país traz consigo fortes julgamentos sobre a preocupante conjuntura, de forma oposta, as matérias sobre política externa norte-americana refletem a compreensão geral dos especialistas de que as ações tomadas no primeiro mandato Obama refletiam uma política “moderada”. Na edição da revista que coincide com o início do segundo mandato, diversas das matérias foram publicadas em pares, sendo cada um dos elementos do par complementar e oposto ao outro. Os títulos dos dois principais artigos em tal formato complementar, refletem as diferentes direções que a política internacional de Obama poderia assumir partindo de sua posição mediana. Advogando por menos engajamento temos Posen (2012) com o artigo *Pull Back: The Case for a Less Activist Foreign Policy* e de forma complementar temos *Lean Forward: In Defense of American Engagement* de Ikenberry, Brooks e Wohlforth (2012).

Algo deve ser esclarecido, ambos os artigos partem do entendimento da hegemonia da ordem liberal internacional como a melhor organização possível para o país e oferecem propostas sobre como lidar com a atual conjuntura. Cada um identifica a origem de instabilidades no sistema internacional em diferentes atores e pontos do engajamento norte-americano no mundo.

Posen (2013, p.120, tradução nossa) identifica os detratores como nacionalismos e identitarismos extremos capazes de exercerem o direito a soberania de forma legítima. O intervencionismo de Washington, que consiste na falsa crença de que eles seriam capazes de “minar o poder de identitarismos nacionais e extremistas por meio de processos democráticos, liberdade de informação e desenvolvimento econômico, auxiliados pela aplicação criteriosa de força militar”, apenas gerariam instabilidades, custos e inimigos. Por outro lado, Ikenberry, Brooks e Wohlforth (2013, p.132-137, tradução nossa) afirmam que “os compromissos de segurança dos Estados Unidos impedem os estados com aspirações à hegemonia

regional de contemplar a expansão” e dissuadem os parceiros dos EUA de tentar “resolver os problemas de segurança por conta própria de maneiras que ameaçariam outros estados.” Ao reduzir as competições regionais, o próprio engajamento seria a fonte de estabilidade do sistema internacional e a sua retirada traria o retorno de conflitos.

Algumas recomendações são feitas para o partido republicano pelos autores da revista, recomendações que visam colaborar com as avaliações e mudanças de propostas políticas que usualmente acompanham uma perda nas urnas. São apresentados dois problemas com as propostas de política internacional do partido, um externo que consiste na sua relação com o público geral e outro interno ao partido. Definido de maneira direta por Drezner (2013, p.144, tradução nossa), o problema interno seria de que “desde o 11 de setembro, os republicanos conhecem apenas uma grande coisa, a guerra global ao terror e permaneceram teimosamente comprometidos com uma abordagem militarizada estreita”, a recomendação consiste em que “republicanos comecem a encarar as relações internacionais com seriedade e atenção às verdadeiras complexidades e exigências”.

Enquanto o problema externo seria uma herança direta do último governo republicano de George W. Bush, o problema interno consiste em uma tensão estrutural de longa data no partido, a tensão entre os defensores de menores gastos governamentais com aqueles que advogam pela manutenção ou aumento dos gastos militares. Stephen (2013, p.136, tradução nossa) tenta traçar o meio termo recomendando que o partido republicano “não precisa de uma reforma total; o que ele precisa é de um *modus vivendi* remodelado entre conservadores de pequenos governos e grandes militares, dois lados que não precisam se tornar antagonistas e têm coisas valiosas para ensinar um ao outro.”

Enquanto o partido republicano é incentivado a se adaptar a uma política externa menos unilateral, uma vontade não apenas do Conselho, mas também atribuída a população norte-americana, como evidenciada pela derrota nas urnas, o primeiro governo Obama foi interpretado como tendo de lidar com tais heranças. Hirsch (2013, p.91, tradução nossa) define como o principal objetivo e maior feito da secretária de estado do primeiro governo Obama, Hillary Clinton, como “desfazer o dano que o unilateralismo habitual do governo de George W. Bush causou à imagem global dos Estados Unidos.”

Apesar de diversos dos problemas recentes da política externa norte-americana terem uma origem supostamente republicana, alguns dos conflitos tomam dimensões maiores. Os desalinhamentos entre organizações governamentais internas e os especialistas da política externa é uma constante que, como abordado anteriormente, permanece no debate desde a não entrada dos Estados Unidos na liga das nações. Kaye (2013, p.123, tradução nossa) louva os esforços das sucessivas administrações em esquivar o senado, segundo o autor:

Quando o Senado rejeita tratado internacional após tratado, ou quando um presidente não busca a ratificação de acordos importantes, pode parecer que os Estados Unidos desistiram de fazer acordos multilaterais. Mas, nos bastidores, sucessivas administrações fizeram um trabalho notável, muitas vezes com outros governos simpatizantes, desenvolvendo arranjos internacionais que contornam o Senado dos EUA e tentam cumprir objetivos americanos e globais. Esforços invisíveis que ocultam toda a extensão do envolvimento dos Estados Unidos.

Se em alguns momentos o voto popular é usado como fator legitimador para uma determinada linha a ser seguida na política externa, em outros momentos ela pode ser dispensada. Os representantes eleitos não são considerados por Kaye (2013) como representantes de uma vontade popular, mas “soberanistas”, de maioria republicana, que se interpõem aos objetivos “americanos”.

Um dos principais argumentos traçados na revista contra o excessivo intervencionismo norte-americano, é entrecruzar a questão política das operações militares com o tema da austeridade, tornando tal tema um assunto econômico submetido a outros argumentos e racionalidades (LEFFLER, 2013 e WILLIAMS, 2013). De tal forma, argumentos em prol da redução militar do país não precisam lidar com o espinhoso debate sobre “justiça” das intervenções, mas ser apresentado de forma lógica e inevitável como um tema de orçamento.

O texto que merece destaque, por traduzir tal debate para as próprias categorias usadas pelos especialistas da política externa, é *The Rise and Fall of the Failed-State Paradigm: Requiem for a Decade of distractions* de Michael Mazzar. Mazzar (2014, p.113, tradução nossa) disputa o paradigma ou categoria de estados falidos, que “por uma década e meia, de meados da década de 1990 até cerca de 2010, guiou a narrativa de segurança nacional dominante nos Estados Unidos.” Ela enfatizava estados fracos ou desestabilizados como foco e geradores de problemas internacionais, principalmente o do terrorismo, tornando tais Estados aptos à intervenção norte-americana. O conceito que seria metodologicamente falho, servindo de paradigma nas relações exteriores geraria efeitos negativos ao

aumentar o unilateralismo e desviar as atenções do país em gerir a ordem multilateral. Segundo Mazzar (2014, p.215, tradução nossa) “um conceito ou modismo intelectual que obteve dominância através da difusão social, artigos de pensadores proeminentes, alvoroço da grande imprensa, e uma série de fundações doações, projetos de TTs, mesas redondas e conferências.”

Nas páginas da revista observamos uma transição do terrorismo como tema central aos olhos dos analistas, para a crítica das políticas unilaterais do país e seus efeitos na conjuntura em desenvolvimento. A problemática de estados nacionais menores e atores subnacionais envolvidos em atos de terrorismo, é posta de lado pela crescente preocupação dos analistas pela China e principalmente pelas ações russas após a anexação da Crimeia em 2014. Nas páginas da revista, a situação internacional é chamada, apesar das diferenças com o período anterior, de a “Nova Guerra Fria” por Legvold (2014, tradução nossa).

Novamente são publicados dois artigos com visões complementares sobre a condição do sistema internacional e a posição norte-americana dentro dele. Segundo Mead (2014) a coalização de potências iliberais, na qual encontramos como maiores expoentes China e Rússia, está determinada a desfazer o acordo pós-Guerra Fria do sistema internacional liberal e confrontar a posição norte-americana ao questionar a ordem liberal em sua integridade. Por outro lado, para Ikenberry (2014, p.90, tradução nossa), China e Rússia não pretendem criar ordens alternativas, “para ambos os países, as relações internacionais são principalmente sobre a busca de comércio e recursos, a proteção de sua soberania. Elas não mostraram interesse em construir suas próprias ordens internacionais ou mesmo assumir total responsabilidade para a atual.” As diferenças nas análises expostas se apoiam em dois pontos, primeiramente nas intenções atribuídas aos países em ambos os casos reconhecidos como detratores e secundariamente na capacidade da atual ordem liberal em administrar tais conflitos.

Se acabamos de explicar as novas tensões que os analistas encontravam despontar no sistema internacional, o quinto número da revista de 2014 exemplifica com o seu conjunto de artigos a dimensão doméstica. No principal artigo de tal edição Fukuyama (2014) descreve como em um ambiente polarizado o sistema político dos EUA decaiu ao longo do tempo pelo enrijecimento de suas instituições, tornando tal sistema cada vez menos capaz de representar os interesses da maioria e proporcionando uma representação excessiva às opiniões de grupos de interesse.

O aviso de uma institucionalidade não dotada de legitimidade é acompanhado pelo diagnóstico de Mounk (2014, p.28, tradução nossa) que nas últimas duas décadas é observado uma virada populista nas principais democracias liberais, e de que “para evitar os graves danos que os populistas podem infligir à democracia, os estabelecimentos políticos de ambos os lados do Atlântico devem encontrar uma maneira de canalizar as paixões populistas para o bem”. O número é acompanhado por mais ensaios advogando pela modernização da política externa do partido republicano, o abandono de seu unilateralismo e a sua reconexão com as vontades multilaterais do povo votante (FRUM, 2014).

Apesar de ser fácil observar de forma retroativa após as eleições de 2016 as tensões que de forma conjunta tais artigos delineiam, devemos destacar que elas já são apresentadas nos próprios artigos. Como abordamos, a principal função do CFR é a coesão entre os diferentes públicos nacionais da política externa norte-americana e como foi posto por Haass (2014, p.79, tradução nossa) “políticas externas e domésticas sensatas se reforçam mutuamente: um mundo estável é bom para a frente interna, e uma frente interna bem-sucedida fornece os recursos necessários para a liderança global americana.”

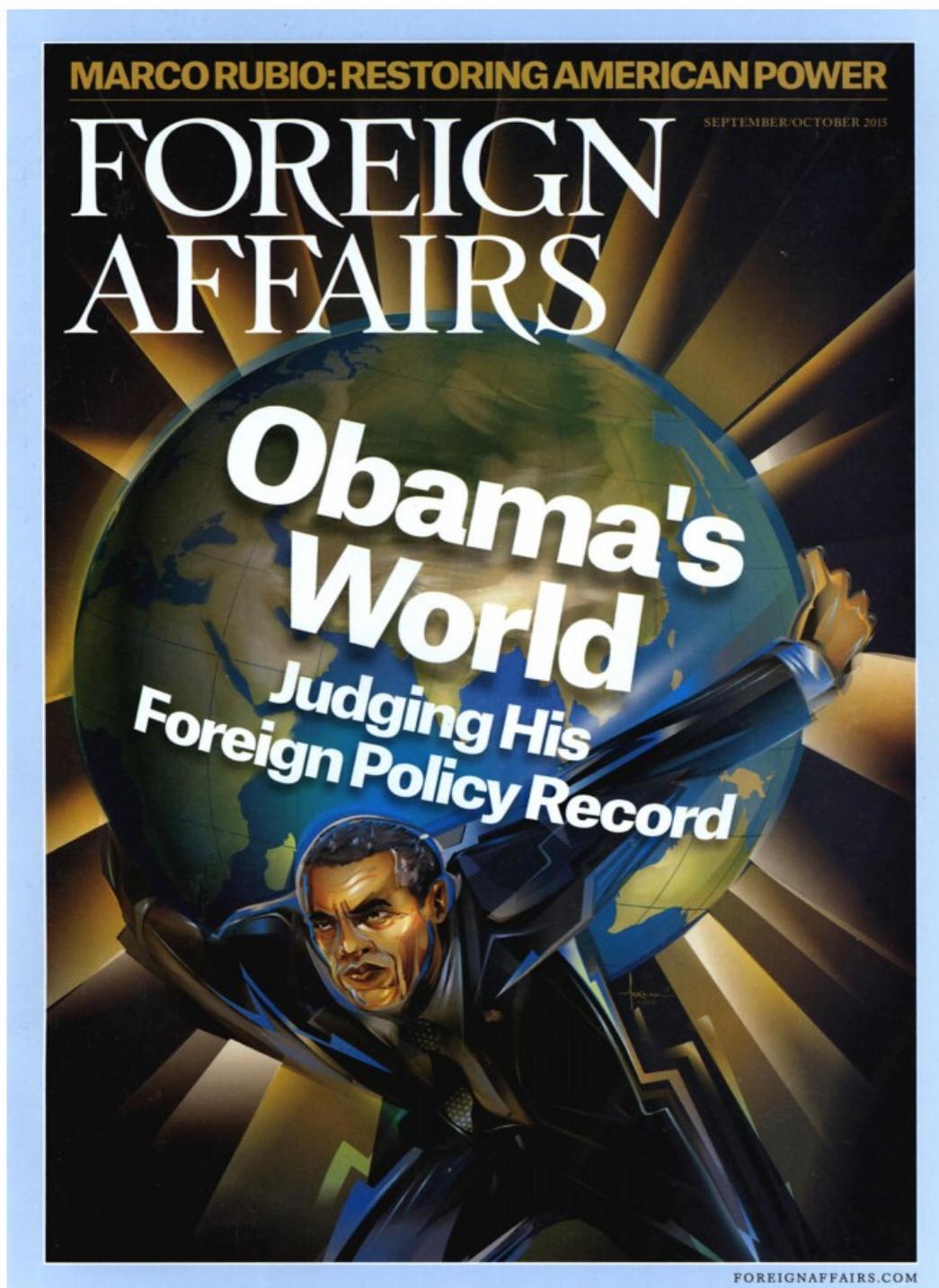
Na edição especialmente dedicada para avaliar a administração Obama, a avaliação dos diversos ensaios que em sua maioria apontam os elementos positivos da política externa do país nos últimos anos, é posto de maneira conjunta e sintética por Rose (2015, p.2, tradução nossa) da seguinte forma:

[Obama] tendo herdado duas guerras e uma crise econômica mundial da administração de George W. Bush, conseguiu libertar o país de alguns velhos problemas, evitou ficar preso em alguns novos, e fez sólidos avanços na situação internacional do país. Como Jorge H. W. Bush e Bill Clinton, Obama provavelmente passará ao seu sucessor a política externa e posição de poder nacional dos Estados Unidos em melhor posição do que quando assumiu o cargo. O próximo governo estará em condições de realizar mais avanços na política externa do país pelas boas políticas do período Obama. Dado como muitas administrações falham o limitado teste de não realizar retrocessos, tal realização é digna de louvor. A chave para o sucesso de Obama foi sua compreensão do quadro geral: sua apreensão da ordem internacional liberal que os Estados Unidos alimentaram nas últimas sete décadas, juntos com o seu reconhecimento de que o núcleo dessa ordem precisava ser salvo pelo ato de recuar dos antigos conflitos na periferia global. Obama é alguém que sentiu que após um período de superexpansão e imprudente unilateralismo beligerante, a política externa de longo prazo do país poderia ser mais bem promovida por retrações de curto prazo. Em tal julgamento ele foi certamente correto, e com o recuo necessário tendo sido realizado, Washington pode mudar as práticas do último governo, descobrindo assim como fazer avançar a ordem liberal outra vez.

O maior comentário crítico presente na revista, faz um questionamento que recai sobre os artigos presentes na revista e aponta quão escorregadios são tais argumentações, segundo Stephens (2015, p.13, tradução nossa): “Quando o estatuto de limitações de culpa do presidente George W. Bush pelo registro do atual governo finalmente expira?”.

Com uma edição voltada para a avaliação do governo Obama antes do ano de eleições, o CFR apenas expõe de forma conclusiva a sua satisfação com a direção que a política externa do país tomou nos últimos anos. A recomendação para os futuros candidatos é clara, para uma boa política externa bastaria realizar uma continuação com a administração anterior. Segundo Rose (2015) a vitória do governo Obama seria a de seguir no mesmo caminho trilhado por quase todos os envolvidos na política externa do país nos últimos setenta anos, o de realizar avanços ou melhorias na ordem liberal internacional.

Figura 2 – Capa da edição dedicada ao governo Obama



This content downloaded from
177.24.156.141 on Wed, 11 May 2022 21:21:56 UTC
All use subject to <https://about.jstor.org/terms>

Fonte: Foreign Affairs (2016)

Se até o momento a principal preocupação doméstica dos analistas do CFR era o unilateralismo da era Bush dominante entre os representantes do partido republicano, após o início das eleições primárias republicanas algo ficou bastante claro, o pêndulo havia se movimentado para o lado oposto. Em vez de optarem pela “modernização” da plataforma do partido, os principais candidatos republicanos, Ted Cruz e Donald Trump, seguiram uma discursividade que advogava pelo recuo geral dos Estados Unidos na dimensão internacional. Artigos como os de Hacker e Pierson (2016), Munter (2016) e Lew (2016), argumentam pela importância da liderança norte-americana no mundo contra as afirmações republicanas. Em um primeiro momento das eleições presidenciais, nas eleições primárias e alguns meses seguintes, a argumentação desenvolvida na revista em prol de uma atuação norte-americana ativa, sinaliza que os analistas até então interpretavam os novos candidatos republicanos como “isolacionistas” tradicionais.

No primeiro texto que identifica os principais candidatos detratores do *establishment* político como populistas, Fukuyama (2016) apresenta a situação como *warning call* para as elites do país. Partindo da confiança de que os populistas não poderiam sair vencedores no pleito, Fukuyama (2016, p.59, tradução nossa) saúda a onda populista por trazer vida novamente para as instituições democráticas do país e sinalizar para as elites a necessidade de lidar com as questões econômicas internas:

O que realmente precisa ser explicado não é porque os populistas foram capazes de obter tais ganhos neste ciclo eleitoral, mas por que eles demoraram tanto para fazer isso. Além disso, embora seja bom sabermos que o sistema político dos EUA está menos ossificado e menos escravizado às elites endinheiradas do que muitos supunham, as panaceias sendo apregoadas pelos cruzados populistas são quase totalmente inúteis e, se aceitos, sufocariam o crescimento, exacerbariam o mal-estar e tornariam a situação pior do que melhor. Então agora que as elites ficaram chocadas fora de sua complacência presunçosa, chegou a hora de inventar soluções mais viáveis para os problemas que eles não podem mais negar ou ignorar. [...] O sistema político americano, de fato, sofreu uma decadência substancial, e não será consertado a menos que a raiva popular esteja ligada a uma liderança sábia e boas políticas.

Artigos são publicados visando rebater de forma direta a argumentação “nacionalista” desenvolvida pelos candidatos populistas. Estão no passado as críticas ao unilateralismo intervencionista dos últimos anos, autores como Irwin (2016) argumentam pela defesa do livre comércio contra o nacionalismo econômico enquanto Mearsheimer e Walt (2016) defendem a expansão da democracia contra o

recuo dos chamados “isolacionistas”. Uma argumentação que se torna constante, é que o déficit democrático interno causado pelos populistas seriam um empecilho para a expansão dos governos democráticos no mundo, como posto por Diamond (2016, p.159, tradução nossa):

Acima de tudo, qualquer impulso pela democracia no exterior deve começar em casa. O triste fato é que a democracia americana não inspira mais admiração ou emulação. A eleição presidencial dos EUA revelou uma profunda corrente de alienação e raiva entre o público, que Washington parece incapaz de acalmar. O presidente russo, Vladimir Putin, por exemplo, afirmou que “não há democracia verdadeira” nos Estados Unidos, e Mahmoud Ahmadinejad, ex-presidente do Irã, criticou eleições nos EUA como “um campo de batalha para os capitalistas”. A próxima administração poderia tomar uma série de medidas para combater restaurar a confiança do povo na democracia americana. Diversos passos podem melhorar a democracia nos Estados Unidos e no exterior com pouco ou nenhum custo financeiro. Eles poderiam ajudar a restaurar o papel de liderança dos Estados Unidos no mundo. E eles poderiam derrubar o mundo fora de sua persistente recessão democrática e em um novo período de progresso.

O sexto número da FA em 2016 e o último antes das eleições, tem como tema principal o novo isolacionismo populista encarnado pelo candidato à presidência republicano e seu eleitorado. A anterior atitude de desdém em relação ao populismo é substituída por uma seriedade que a possível vitória de Trump proporciona. Como posto na apresentação da edição pelo editor da revista, Gideon Rose (2016, p.1, tradução nossa), “independentemente de quais sejam os resultados das eleições nos Estados Unidos, é claro que a revolta populista de hoje não pode ser ignorada ou descartada.”

Zakaria (2016) identifica as origens do populismo na estagnação econômica dos países centrais. Mas as “soluções sensatas” que incrementariam progressivamente a qualidade de vida coletiva, são recusadas porque “o incrementalismo produz um profundo sentimento de frustração entre muitos eleitores que querem mais soluções dramáticas e uma abordagem ousada e decisiva líder disposto a decretá-los”. (ZAKARIA, p.12, tradução nossa). Os valores conservadores de Trump e a sua incompatibilidade com os valores liberais da ordem internacional já eram comentados na revista, mas nesta edição observamos em diferentes ensaios, como Kazin (2016), Berman (2016) e Mishra (2016), julgamentos que em diferentes graus aproximam o populismo trumpista do fascismo, resultando em uma grande diferença na linha argumentativa seguida pelos autores.

Com a identificação do novo candidato presidencial republicano como um inimigo da ordem liberal, de outra penugem dos tradicionais conservadores que buscavam menos engajamento no cenário internacional, os antes constantes pedidos para a “modernização” do partido republicano são abandonados e substituídos pelo confronto direto.

4.3.2 A “tempestade” Trump

Com a eleição de Donald Trump, o Conselho se encontra em uma situação delicada, pela primeira vez desde que ocorreu a despolitização das dimensões políticas internas na política externa do país e a formação do consenso sobre a ordem liberal no final da Segunda Guerra Mundial, o cargo de presidente é ocupado por alguém que ativamente se opõe contra tais paradigmas que nortearam a organização interna da política externa. O equilíbrio nas relações de poder entre os públicos construtores da política externa presentes no CFR, pelos públicos pertencentes ao campo político, econômico e cultural, é rompido. A crise interna do conselho pelo rompimento do elo político no conjunto de grupos que formavam o consenso da política internacional conjuntamente com a deslegitimação dos especialistas como agentes neutros, é traduzida como populismo, ineptidão e ingerência pelos membros do CFR.

A mudança entre o centro dos debates de política externa do período anterior que abordamos e o novo momento iniciado pela eleição do presidente republicano, são postos de forma sintética por Keohane e Colgan (2017, p.36, tradução nossa):

Antes de 2016, os debates sobre a ordem global giravam principalmente se os Estados Unidos deveriam liderá-la ativamente ou recuar, recuando de suas alianças e outros compromissos. Mas durante o ano passado, ficou claro que esses debates deixaram de lado um ponto-chave: os desafios cruciais da política externa de hoje surgem menos de problemas entre países do que de políticas internas dentro do país. Essa é uma lição do retorno repentino e surpreendente do populismo aos países ocidentais.

A continuidade observada na política externa dos Estados Unidos e gerida pelo conselho desde a segunda metade do século XX é repentinamente posta em jogo. O mesmo lema de *America First* do movimento isolacionista do período entre guerras é mobilizado, e pela primeira vez desde então os membros do CFR devem lidar com um grupo significativo que questiona os paradigmas do internacionalismo norte-americano e a posição do país no sistema liberal internacional. Como posto por

Rose (2017, p.1, tradução nossa): “Trump de fato ofereceu uma perspectiva sobre a política internacional mais próxima do nacionalismo e protecionismo da década de 1930 do que qualquer coisa vista na Casa Branca desde 1945”, e se o novo governo tentar colocar essa visão em prática “colocará em questão o papel crucial do governo Estados Unidos como defensor da ordem internacional liberal como um todo, não apenas de seus próprios interesses nacionais.”

Figura 3 – Capa da edição dedicada ao governo Trump



Fonte: Foreign Affairs (2020)

Os autores da revista têm o curioso papel de refletir sobre uma posição perdida que por setenta anos era segura, a posição de ter os principais cargos de política externa no governo norte-americano seguramente alinhados. As reflexões agora partem do assustador pressuposto de que o próprio país possa não ser mais o “porto seguro” do internacionalismo liberal. Haass (2017, p.2, tradução nossa) propõe a noção de obrigações soberanas, na qual a soberania de um país também seria formada pelas “obrigações desses estados para com outros estados”. O sistema internacional deveria expandir para criar e determinar as obrigações soberanas que completariam a soberania individual de cada país, sendo tal responsabilidade compartilhada com cada Estado-nação.

Nye (2017) ao se perguntar se a ordem liberal vai sobreviver não consegue dar respostas conclusivas, mas afirma que a liderança de Washington na ordem global é agora mais importante do que nunca. Os custos da liderança criticados pelos adeptos de Trump, seriam ainda maiores e incalculáveis caso os EUA resolvessem se retirar do cenário global relegando o mundo a uma situação de instabilidade. Segundo Niblett (2017, p.17, tradução nossa) “o compromisso dos EUA para com a liderança global, que até agora sustentou a ordem através de bons e maus momentos, parece mais fraco do que em qualquer ponto desde a Segunda Guerra Mundial”. O grau das opiniões varia, temos de autores que acreditam no fim da ordem liberal, para aqueles que não só apostam na sua sobrevivência, mas na sua futura expansão, expansão na qual o impacto de governos nacionais individuais que tomam a via autocrática ou populista será diminuído.

Algo que é observado por diversos autores, como por exemplo Mead (2017), é de que inúmeras vezes promessas de campanha não são realizadas após a vitória eleitoral. Havia nos primeiros meses após a eleição a esperança de que Trump ao chegar na casa branca, não aplicaria a retórica populista como política e buscaria no meio termo a forma mais efetiva de governar. Se nos últimos momentos antes das eleições ele era aproximado do fascismo pelos escritores da FA, nos primeiros momentos do governo após o desastroso resultado eleitoral alguns dos autores ainda apostam em uma possível moderação.

Em junho de 2017 as baixas expectativas de que haveria uma mudança da retórica populista ao chegar o momento de implementação de políticas é deixada de lado, Rose (2017) define os três comportamentos da administração como regular, incompetente e perigoso. Sobre as consequências danosas que poderiam advir pelo

caráter do presidente, Gordon (2017) afirma que a personalidade caótica do presidente poderia levar os Estados Unidos à próxima grande guerra, Mickey (2017) aponta que existe a possibilidade de o país abandonar a democracia e deslizar no autoritarismo e Yarhi-Milo (2017) destaca como a credibilidade do país está evaporando no sistema internacional pelas afirmações falsas do presidente. Com Ikenberry (2017, p.2-9, tradução nossa) não temos apenas a identificação de Trump como o inimigo de o que seria o “projeto americano”, mas um “chamado às armas” para todos os defensores da ordem internacional e a democracia:

O revisionismo de Trump é perigoso precisamente porque ataca a lógica que sustenta os Estados Unidos posição mundial. A visão de mundo do presidente e sua base há muito ficou claro, e representa uma visão frontal ataque às convicções fundamentais do projeto global do pós-guerra dos EUA. Hoje, os defensores da ordem terão de recapturar a sua essência como comunidade de segurança, um agrupamento de países unidos por valores, interesses compartilhados e vulnerabilidades. Trump fará muito danos a esta ordem, mas as decisões de outros - nos Estados Unidos e no exterior - determinará se, em última análise, este projeto será destruído. Se o mundo democrático liberal é sobreviver, seus apoiadores terão que encontrar seus voz e agir com mais convicção.

Um artigo relevante e com o título autoexplicativo é *How America Lost Faith in Expertise: And Why That's a Giant Problem* de Tom Nichols (2017). Para Nichols (2017, p.61, tradução nossa) na “idiocracia” dos dias atuais “os americanos chegaram a um ponto em que a ignorância [...] é vista como uma virtude real” e rejeitar o conselho de especialistas é a forma de “americanos demonstrarem sua independência das elites nefastas [termo irônico] – e isolar seus egos cada vez mais frágeis de serem informados de que estão errados.” Um especialista não seria apenas alguém que domina certo conhecimento técnico, mas alguém cuja confiança na palavra seria basilar para a sociedade democrática, “se essa confiança se dissipar, eventualmente tanto a democracia quanto a perícia será fatalmente corrompida, porque nem os líderes democráticos nem seus conselheiros especialistas querem se envolver com um eleitorado ignorante.” (NICHOLS, 2017, p.62, tradução nossa).

Uma constante ao longo dos textos são argumentos baseados em possibilidades, sem a devida argumentação ou justificação da probabilidade de tais casos possíveis do real. Boa parcela deles tem como fundamento a “natureza” caótica do presidente. A revista é povoada pelos cenários desastrosos imaginários, dos mais dramáticos internamente como uma ditadura, aos externos como o início de uma terceira guerra mundial. Como exemplo, um texto traz em seu centro um

argumento arbitrário sobre a questão mais arbitrária possível, a sorte. Em *Trump's Lucky Year*, Cohen (2017, p.9, tradução nossa) argumenta que os acontecimentos bem-sucedidos do governo Trump e o não acontecimento de nenhum desastre internacional ao longo do primeiro ano de mandato, são devidos a “sorte”, mas “existe uma boa chance de que 2018 seja o ano em que a sorte do presidente acabe.”

Com o consenso de que a ordem liberal está em risco, também obtemos diversas opiniões que partindo dos mesmos pressupostos consensuais chegam a resultados distintos. Se Sullivan (2017, p.10, tradução nossa) acredita que o sistema é “forte o suficiente para sobreviver a um mandato do presidente Trump”, por outro lado Barry Posen (2017, p.21, tradução nossa) acredita que transformações fundamentais estão sendo realizadas, Trump teria inaugurado “uma grande estratégia inteiramente nova, a hegemonia iliberal”. Algo que deve ser destacado é, assim como para os autores os Estados Unidos são um farol para a democracia, que beneficiou inúmeros povos ao longo da história e sem a qual pessoas ao redor do globo seriam prejudicadas, a expansão do livre-comércio segue a mesma lógica, como posto por Adam Posen (2017, p.28, tradução nossa):

Se os Estados Unidos continuarem a se retirar-se da liderança econômica, eles irão impor graves sofrimentos ao resto do mundo e sobre si mesmo. A menos que a administração Trump opte por lançar uma guerra comercial explosiva, as consequências não serão percebidas imediatamente. A retirada dos EUA inevitavelmente fará o crescimento econômico mais lento e menos certo. A desordem resultante fará com que o bem-estar econômico das pessoas ao redor do mundo, mais vulnerável às políticas predatórias e conflitos do que ela tem sido em décadas.

O declínio da democracia norte-americana é um fato consensual para os autores, no qual a principal questão a ser debatida são o otimismo ou pessimismo em relação as expectativas futuras. Com poucas exceções, como o texto de Mead (2017) no qual o autor argumenta que as instabilidades democráticas são causadas pelo sucesso da nova economia informacional e são o prelúdio de mudanças benéficas vindouras, instabilidades advindas do progresso, as opiniões se dividem entre um apaixonado chamado pela defesa da democracia realizado ao público leitor da revista (INGLEHART, 2017) e aqueles que anunciam um novo momento definitivo de ascendência das autocracias (MOUNK e FOA, 2017).

Poderíamos traçar que as principais perspectivas discutidas ao longo da revista, os diferentes graus de otimismo ou pessimismo ao redor da situação da

democracia norte-americana, o sistema internacional liberal e a posição do país dentro dele, seriam debates que ocorriam dentro dos parâmetros oferecidos pela modernidade. Tendo como tipos ideais e polos opostos o liberalismo democrático internacionalista e o nacionalismo autoritário isolacionista. Mas Fukuyama (2017, p.91-92, tradução nossa) em seu artigo *Against Identity Politics The New Tribalism and the Crisis of Democracy* nos oferece uma perspectiva na qual, a ascensão das políticas de identidade resulta no retorno de tribalismos pré-modernos, segundo o autor:

Para a maioria, a política do século XX foi definida por questões econômicas. A política hoje, no entanto, é definida menos por preocupações econômicas ou ideológicas do que por questões de identidade. Agora, em muitas democracias, a esquerda se concentra menos na criação de amplas igualdades econômica e mais na promoção dos interesses de uma ampla variedade de grupos marginalizados. A direita, por sua vez, redefiniu sua missão central como a proteção patriótica da identidade nacional, que muitas vezes está explicitamente ligada à raça, etnia ou religião. [...] A política de identidade tornou-se um conceito mestre que explica muito do que é acontecendo nos assuntos globais [...] Isso deixa as democracias liberais modernas enfrentando um desafio importante. A globalização trouxe rápidas mudanças econômicas e sociais e essas sociedades muito mais diversificadas, criando demandas por reconhecimento parte de grupos que antes eram invisíveis para a sociedade dominante. Essas demandas levaram a uma reação entre outros grupos, que são sentindo uma perda de status e uma sensação de deslocamento. Sociedades democráticas estão se fragmentando em segmentos baseados em identidades cada vez mais restritas, ameaçando a possibilidade de deliberação e ação coletiva sociedade como um todo. Esta é uma estrada que leva apenas ao colapso do estado e, finalmente, ao fracasso. A menos que tais democracias liberais possam retornar para compreensões mais universais da dignidade humana, eles condenarão a si mesmas - e ao mundo - a um conflito contínuo.

A liderança do sistema internacional é debatida na revista. Como realizado tradicionalmente nas questões que ainda estão incertas e abertas a debate, uma das edições da *Foreign Affairs* publica um compilado de artigos sobre o tema da liderança internacional com perspectivas complementares. Apostando na permanência norte-americana na liderança, Rose (2019) afirma que os rumores do fim da ordem liberal são exagerados, apesar de todas as incertezas, a ordem é o resultado de um século dos esforços dos EUA para promover um tipo melhor das relações internacionais e trouxe mais benefícios do que qualquer alternativa poderia. Já para Haass (2019) a ordem não pode ser reerguida e Washington deve aceitar tal destino e administrar a sua deterioração. De forma complementar, duas outras perspectivas apostam em uma ascensão do papel chinês no mundo, Mastro (2019) argumenta que a China não está tentando substituir os Estados Unidos como ator

hegemônico, mas apenas está tentando limitar o seu alcance ao estabelecer uma esfera chinesa de influência. Já Yan Xuetong (2019) afirma que a hegemonia dos EUA da era pós-Guerra Fria desapareceu, e a bipolaridade está definida para retornar no mundo contemporâneo.

A China é um tema que, apesar de sempre presente nas páginas da revista, após a escalada no conflito comercial entre os países, ocupa uma posição relevante nas preocupações de longo prazo dos analistas do *Council on Foreign Relations*. Uma crença compartilhada entre a maioria dos analistas durante o período Trump, independente das afirmações ou negações em torno do retorno da geopolítica como questão de rivalidade entre Estados, é o abandono da ideia de que gradualmente e automaticamente o resto do mundo viria a aceitar a premissas básicas da ordem liberal (HOOPER e LISSNER, 2019).

Um dos questionamentos constantes é como apesar de todos os danos que o governo Trump infligiria na política externa do país, é observada não apenas a ausência de grandes desastres, mas até uma certa estabilidade na política internacional do país. Um dos fatores explicativos segundo Cohen (2019, p.141-142, tradução nossa) para a estabilidade, além dos esforços dos aliados da ordem e a sorte nas probabilidades, questões que abordamos anteriormente, seria a completa inaptidão do presidente:

O que explica essa continuidade na política externa? Parte do motivo é que Trump parece ter um curto tempo de atenção, pouca compreensão de como o governo federal funciona, e uma tendência a se distrair com assuntos domésticos como lutas políticas. [...] Outra explicação para a continuidade do governo com administrações passadas é que os líderes estrangeiros, assim como funcionários de Trump, aprenderam a manipular o presidente. [...] O dano de curto prazo dos primeiros dois anos de Trump, felizmente e contra todas as probabilidades, foi menos do que muitos temiam. No longo prazo, no entanto, sua influência maligna não será escapada tão facilmente.

Os condicionantes nacionais da política externa, assim como a questão da China, não são elementos de curto prazo que se desvaneceriam após um ciclo eleitoral. Se para alguns analistas Trump seria a principal causa de problemas, para outros ele é o sintoma de desafios profundos e duradouros. Sintoma de uma rachadura nas bases nacionais da hegemonia internacional. Como posto por Drezner (2019, p.10-12, tradução nossa):

O discurso de política externa foi o último bastião do bipartidarismo, mas a polarização política desmantelou esse mercado de ideias. Embora os futuros presidentes tentem restaurar a versão clássica da política externa dos EUA, com toda a probabilidade, ela não poderá ser revivida. As fundações americanas que sustentam a ordem internacional liberal estão

em grave perigo, e não é mais possível tomar como garantidos os pilares dessa ordem. [...] O mercado de ideias quebrou. As barreiras à entrada de esquemas de política externa malucos caíram quando confiança dos americanos em especialistas se erodiram. [...] A capacidade dos especialistas de matar ideias ruins não é o que costumava ser. Os *experts* podem acreditar que suas opiniões informadas podem firmar e estabilizar as mãos de sucessivos administrações, mas eles estão agora em território hostil.

Os esforços do *Council on Foreign Relations* em criar normas compartilhadas que estivessem para além do controle e debate do sistema político tradicional e seus partidos, são subitamente questionados e deslegitimados com a política externa de Trump. O consenso estabelecido através do processo de despolitização da política externa, chamado pelos analistas do conselho de “pacto bipartidário”, proporcionaria a harmonia às políticas independente do candidato eleito.

Apesar da necessidade do congresso para algumas ações de política externa, como a necessária aprovação do senado para a ratificação de tratados internacionais, o setor executivo encabeçado pelo presidente acumulou diversas tarefas na gerência da política externa do país. Segundo Drezner (2019, p.14, tradução nossa), “analistas de política externa celebravam amplamente a concentração de poder no poder executivo e, antes de Trump, sua lógica parecia sólida. Os analistas apontavam para a ignorância do público e falta de interesse do Congresso nas relações internacionais”, mas o que não havia sido planejado é que seria eleito presidente um candidato com “a maturidade emocional e intelectual de uma criança”. A falta de controle pelo Congresso, antes interpretada como benéfica por proporcionar autonomia aos especialistas, é agora reexaminada. Como posto por Goldgeier e Saunders (2018, p.156, tradução nossa):

As restrições sobre o presidente - não apenas do Congresso, mas também do Burocracia, aliados e instituições internacionais - vêm se desgastando há décadas. [...] No Congresso, a combinação de experiência em política externa em declínio entre os membros e a crescente polarização política reduziu a capacidade dos legisladores de supervisionar o poder executivo, mesmo que tenham o apetite para fazê-lo. A burocracia, entretanto, perdeu o seu incentivo cultivar e exercer perícia à medida que a tomada de decisões se tornou central na Casa Branca e ação e supervisão do Congresso sobre política externa declinou. E os aliados dos EUA, por sua vez, tornaram-se menos capaz de verificar a política externa do presidente, pois as alianças se enredam na política partidária dos EUA.

Os dois fatos mencionados anteriormente, o fim do “pacto bipartidário” conjuntamente com o excesso de poderes sobre a política internacional no setor executivo, faz com que diversos dos autores advoguem por uma ampla mobilização

nos órgãos políticos do país contra a presidência, ou em outras palavras, contra o resultado da vontade popular nas urnas. Bergner (2017, p.109, tradução nossa) afirma que “se a administração segue um caminho ao qual as maiorias de ambos os partidos políticos se opõem, Trump poderia confrontar um Congresso unificado, um órgão que possui muito mais poder constitucional do que a presidência.” A mesma ideia é posta de maneira mais patriótica por Mckeeon e Tess (2018, p.77, tradução nossa), que após descrever as diferentes formas com as quais o legislativo pode se opor ao governo, afirma: “o Congresso deve agora estar à altura da ocasião para perseguir um único imperativo primordial: defender os interesses e valores nacionais americanos de um presidente perigoso.”

Buscando evitar uma repetição incessante dos idênticos cenários apocalípticos imaginados nas páginas da revista, citaremos o diagnóstico de cunho profético e sintético realizado por Haass (2020, p.34, tradução nossa) na última edição publicada da *Foreign Affairs* antes das eleições presidenciais de 2020:

E se Trump for reeleito? Incontáveis normas, alianças, tratados e instituições enfraqueceriam ou murchariam. O mundo se tornaria mais hobbesiano, uma luta de todos contra todos. [...] O conflito se tornaria mais comum, e a democracia menos. A proliferação de conflitos se aceleraria à medida que as alianças perdessem sua capacidade de tranquilizar amigos e deter inimigos. Esferas de influência adversárias poderiam surgir. O comércio seria tornar-se mais controlado, na melhor das hipóteses, crescendo mais lentamente, mas possivelmente até encolhendo. O dólar americano começaria a perder seu lugar único na economia global, com alternativas como o euro, e possivelmente o renminbi e várias criptomoedas, crescendo em importância. O endividamento dos EUA pode se tornar uma grande responsabilidade. A ordem mundial que existiu por 75 anos certamente terminaria; a única questão é o que, se alguma coisa, tomaria o seu lugar.

Acompanhamos ao longo do capítulo a transição do debate realizado na revista, que se inicia com preocupações da política externa excessivamente unilateral do governo George W. Bush e termina se confrontando com uma nova forma de isolacionismo que não era visto desde que o CFR consolidou a sua posição de influência entre as burocracias da política externa do país. Os conselhos fraternais ao partido republicano em ajeitar o curso de suas propostas para o sistema internacional, com a entrada do *outsider*, são substituídos pelo julgamento, de que são em vão os esforços de dialogar com um inimigo da ordem liberal.

Apesar de todas as diversas opiniões cambiantes sobre os diferentes cenários internacionais, como a disputa entre governos nacionais, novos temas a serem tratados pela ordem multilateral e o diagnóstico e futuro de tal ordem, as

recomendações de política externa, realizadas na revista, são fundamentadas por um mesmo paradigma compartilhado. Os argumentos realizados, mesmo que opostos, sempre tem como seu princípio regulador a ordem internacional, independente da ação recomendada, o propósito final é sempre buscar o fortalecimento da ordem democrática.

Evidentemente os posicionamentos na *Foreign Affairs* que mapeamos no quadro abaixo, nem sempre aparecem de forma tão bem delimitada como aqui exposto, mas destacamos os quatro pontos cardeais dentro dos quais todas as recomendações de política externa dos especialistas do conselho estão localizadas.

Quadro 3 - Mapeamento das recomendações de política externa presentes na *Foreign Affairs*

	Avançar o grau de envolvimento dos EUA na política global	Retroceder o grau de envolvimento dos EUA na política global
Argumentação o fundamentada por princípios morais	O avanço das democracias e as instituições multilaterais resultaria em governos aliados que estabilizariam a ordem. O seu retrocesso ocasionaria um mundo mais instável e conflitivo por não seguir a cultura democrática e seus princípios de cooperação.	Os erros causados pelo excessivo grau de envolvimento norte-americano descreditarão a democracia entre aliados e países estrangeiros. Com a retirada, a diminuição dos erros antidemocráticos causados pelo intervencionismo fortalecerá a ordem democrática.
Argumentação o fundamentada por questões de segurança	O avanço das intervenções norte-americanas resultaria na defesa de seus aliados e no controle de seus possíveis inimigos. O vácuo causado pela retirada militar, resultaria em novos atores beligerantes regionais que desestabilizariam a ordem.	O excessivo envolvimento dos EUA não resolveria as questões de segurança, mas estaria apenas afastando aliados e contribuindo diretamente para a criação de novos inimigos da ordem liberal.

Fonte: Desenvolvido pelo autor

Aos analistas da *Foreign Affairs* os interesses dos Estados Unidos são sempre expostos pela sua relação com o sistema internacional, independente se o argumento expressa uma identificação direta do interesse nacional com a ordem liberal ou advoga por uma diferença mínima necessária entre ambos. Toda análise é

expressa pelo binômio da estabilidade ou instabilidade da ordem global.

Como havíamos exposto, com o rompimento do consenso entre as diferentes elites da política externa devido à eleição de Donald Trump, o discurso seguido pela nova administração se diferencia daqueles estabelecidos pelo conselho. O rompimento do elo político do CFR representado por agentes posicionados em cargos governamentais, é refletido discursivamente pela rejeição dos, anteriormente indisputados, discursos legítimos sobre o internacional produzidos na organização.

A disputa simbólica tem como causa, a não identificação completa do interesse nacional com a ordem internacional pela nova administração. Os discursos do governo, enquadram o interesse nacional em termos de ganhos e perdas diretas do país, não pela sua relação com o sistema internacional. A discursividade da política externa do governo Trump, se recusa a compartilhar do paradigma internacionalista exposto anteriormente. Paradigma produzido e manuseado simbolicamente pelos especialistas do CFR.

As posições mapeadas no quadro, revelam todas os possíveis posicionamentos que o chamado debate sobre o internacional realizado pelo conselho pode tomar sobre qualquer acontecimento internacional. As tomadas de posição expostas são chanceladas por terem o peso dos grupos que constroem o CFR. A tentativa de construir uma lógica argumentativa que não tenha como parâmetro regulador o sistema internacional, é construir uma lógica que não passe pela permissão dos detentores oficiais do discurso sobre o sistema internacional.

Na luta simbólica em curso, os especialistas do conselho que antes gozavam do monopólio do manuseio legítimo do discurso sobre o internacional dentro das instituições norte-americanas, agora são contestados e deslegitimados pela nova administração, resultando na crise interna da organização. O discurso sobre a ordem internacional, produto simbólico produzido pelos especialistas do conselho, é posto em disputa com uma nova discursividade que ao recusar o sistema internacional, recusa a autoridade daqueles que até então eram seus porta-vozes oficiais dentro da sociedade norte-americana.

No conflito aqui mapeado, a linguagem do internacionalismo liberal controlada pelos mandatários legítimos do consenso dos diferentes públicos da política externa, é confrontada com uma nova lógica que identifica o interesse nacional pelos ganhos e perdas diretos dos Estados Unidos.

5 CONCLUSÕES

Esta dissertação buscou analisar como a política externa de duas administrações presidências norte-americanas, de Barack Obama e Donald Trump, são avaliadas pelos especialistas da *Foreign Affairs*, no período de 2013 a 2020. Mais especificamente, buscamos investigar como o conteúdo da revista e sua efetividade simbólica são relacionados aos grupos sociais que formam o *Council on Foreign Relations*.

A análise de discurso bourdesiana pretendida, deve primeiro realizar as devidas operações informadas teoricamente para ser capaz de interpretar o conteúdo da *Foreign Affairs*. A teoria de Bourdieu propõe uma interpretação relacional da sociedade. A forma relacional de compreender o mundo social resulta em uma representação espacial do mundo social na qual a posição distinta ocupada por cada agente no espaço social dá-se pela sua relação com o restante dos agentes. Em suma, o espaço social consiste no sistema formado pelo conjunto das posições relativas entre os agentes distribuídos nos distintos campos.

Pelo programa teórico recorrido no primeiro capítulo, compreendemos que uma interpretação da *Foreign Affairs*, na qual o seu conteúdo se torne inteligível segundo a teoria proposta, devemos em primeiro lugar localizar a posição dos agentes produtores de tal mercadoria simbólica no espaço social. Identificando o volume e composição de capital dos produtores e consumidores de tal bem simbólico.

No segundo capítulo buscamos abordar a inserção do *Council on Foreign Relations* dentro da sociedade norte-americana, ou seja, mapear a posição do *think tank* dentro do espaço social. Ao abordarmos o debate teórico sobre *think tanks*, nos apoiamos na interpretação bourdesiana de Medvetz que localiza tais instituições como estando no campo do poder, tendo elas a função de mediar as relações entre elites de campos distintos.

O itinerário oferecido pela perspectiva teórica se mostrou adequada e frutífera quando foi realizada a análise do CFR. Ao abordarmos a organização, identificamos o espaço ocupado pelo conselho entre as elites de diferentes campos que constroem a organização. Apesar de que poderíamos afirmar que em última instância o campo econômico se constitui como dominante, a natureza de tal organização dá-se exatamente pela sua função de mediadora entre as elites do campo econômico, político e acadêmico envolvidas na construção do internacional.

Observamos o trabalho histórico realizado pelo conselho em delimitar o “internacional” como uma área do conhecimento separada e pertencente aos seus próprios especialistas capazes de versar sobre o tema. Como o estabelecimento de questões reservadas à especialistas, deveriam estar além do político, para que de tal forma um consenso dentro das instituições de poder norte-americanas gerasse uma política internacional unificada propriamente “americana”.

O CFR não é definido pela soma dos interesses dos agentes pertencentes aos três campos identificados na construção da instituição e envolvidos na política internacional, mas nas relações de cooperação entre tais elites e a nova linguagem desenvolvida para refletir e mediar tais relações. A criação de tal linguagem, a do internacionalismo liberal, teve como propósito no processo que abordamos, educar e sociabilizar as elites nacionais, estabelecer o internacional como um domínio despolitizado separado da política tradicional e reservado aos discursos, práticas e manuseio de especialistas na nova esfera chamada de internacional. A “escola para estadistas” não teria partidos porque ela estaria além deles.

A legitimidade do CFR em manusear monopolisticamente dentro das instituições de poder norte-americanas o discurso sobre o internacional, expresso através da linguagem do internacionalismo liberal, advém de seu papel mediador entre as elites. O discurso produzido no *think tank* é legítimo por ser realizado pelos mandatários e representantes das relações de cooperação entre os campos que sustentam a organização.

Após as operações necessárias para compreender a função social dos bens simbólicos produzidos pelo CFR, podemos no terceiro capítulo nos deter sobre o conteúdo da *Foreign Affairs* selecionado. O cenário de crise interna da instituição que molda as publicações do período após a eleição de Trump, é resultado do rompimento do elo político dentro da organização, ou mais especificamente, de conflitos na arena política que resultaram na perda dos principais cargos governamentais de política externa tradicionalmente ocupados por representantes do conselho.

A crise do jogo de equilíbrio entre os públicos da política externa causado pelo novo governo republicano, é retraduzido pelos mandatários de tal equilíbrio, como a crise do sistema internacional. A linguagem autorizada do sistema internacional é mobilizada na disputa simbólica pelo controle das bases nacionais da política internacional dos Estados Unidos. Na luta simbólica em curso, os especialistas do

conselho que antes gozavam do monopólio do manuseio legítimo do discurso sobre o internacional dentro das instituições norte-americanas, agora são contestados e deslegitimados pela nova administração, contribuindo para a crise interna da organização. O discurso sobre a ordem internacional, produto simbólico produzido pelos especialistas do conselho, é posto em disputa com uma nova discursividade que ao recusar o sistema internacional, recusa a autoridade daqueles que até então eram seus porta-vozes oficiais dentro da sociedade norte-americana.

O longo trabalho do conselho ao longo do século XX de criar uma linguagem na qual o interesse nacional é sempre estabelecido pela sua relação com o sistema internacional, é substituída no governo por uma nova lógica na qual o interesse nacional é resultado de um cálculo direto de ganhos e perdas. Com o lema de *America First*, a recusa pela nova administração dos paradigmas internacionalistas até então dominantes entre os públicos da política externa, criou uma disputa entre as elites norte-americanas que não era vista desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Acompanhamos com a análise da *Foreign Affairs*, a dimensão simbólica de tal conflito.

A crise do sistema internacional, o rompimento do consenso bipartidário e os irracionalismos populistas, temas centrais para os analistas da *Foreign Affairs* e expressos como em defesa da ordem liberal, podem ser traduzidos como mobilizações simbólicas envolvidas em uma disputa entre elites pela determinação das bases nacionais da política externa.

O caminho percorrido pelo trabalho, buscou realizar uma interpretação do conteúdo da *Foreign Affairs*, na qual pudéssemos compreender o significado social deste produto simbólico. No qual esclarecemos seu papel entre os diferentes grupos sociais e a sua contribuição para a dimensão simbólica da dominação. Visamos aqui objetivar o funcionamento da organização que detêm o poder de nomeação dentro do circuito da política externa estadunidense, o poder de determinar quem são os aliados e inimigos da ordem liberal, quais ações se enquadram como multilaterais e unilaterais e quais os conflitos justos e injustos. A análise desenvolvida aqui, tentou objetivar a multiplicidade de mecanismos de dominação necessários para que uma construção social tão complexa quanto a linguagem do internacionalismo liberal, e as ações decorrentes de sua efetivação, sejam interpretadas como naturais.

REFERÊNCIAS

- ABELSON, Donald E. **A capitol idea: think tanks and US foreign policy.** [S.L]: McGill-Queen's University Press, 2006.
- ABELSON, Donald E. **Do Think Tanks Matter?: assessing the impact of public policy institutes.** 3. ed. [S.L]: McGill-Queen's University Press, 2018.
- ABELSON, Donald E. From Generation to Generation. **International Review Of Public Policy**, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 238-249, 10 out. 2019. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/irpp.672>.
- ABELSON, Donald E. Old world, new world: the evolution and influence of foreign affairs think-tanks. **International Affairs**, [S.L.], v. 90, n. 1, p. 125-142, jan. 2014. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1111/1468-2346.12099>.
- ADORNO, Theodor W. Reflexões sobre a teoria de classes. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 1, n. 50, p. 259-273, dez. 2020.
- ARIN, Kubilay Yado. **Think Tanks: the brain trusts of us foreign policy.** [S.L]: Springer Vs, 2013.
- ALBRIGHT, Madeleine K. **Interview on NBC-TV "The Today Show" with Matt Lauer.** 2001. Disponível em: <https://1997-2001.state.gov/statements/1998/980219a.html>. Acesso em: 10 maio 2020.
- BERGNER, Jeff. The Congressional Apprentice: How Trump Is Approaching Capitol Hill. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 96, no. 5, 2017, pp. 99–107, Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44821873>. Acessado: 04 Abr. 2022.
- BERMAN, Sheri. Populism Is Not Fascism: But It Could Be a Harbinger. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 95, no. 6, 2016, pp. 39–44. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43948380>. Acessado: 04 Abr. 2022.
- BROOKS, Stephen G., et al. Lean Forward: In Defense of American Engagement. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 92, no. 1, 2013, pp. 130–42. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41721010>. Acessado: 04 Abr. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** Porto Alegre, RS: Zouk, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas.** São Paulo: Edusp, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectivas, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **An invitation to reflexive sociology**. Cambridge: Polity Press, 1992.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estudos CEBRAP** [online]. 2013, n. 96 [Acessado em 13 Janeiro 2022] , pp. 105-115. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000200008>>.

BOURDIEU, Pierre. **Curso de sociología general 1: conceptos fundamentales**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia cabila**. Oeiras: Celta Editora, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus Editora, 2011. p. 13-28.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 133-163.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. p. 149-168.

BOURDIEU, Pierre. Men and machines. In: CETINA, Karin Knorr; CICOUREL, A V (org.). **Advances in Social Theory and Methodology (RLE Social Theory)**. Nova Iorque: Routledge, 1981. p. 304-319.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. São Paulo: Editora Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos sobre educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 71-81.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: **Richardson, J. Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Westport: Greenwood. 1986. p. 241–58.

BOURDIEU, Pierre. **The State Nobility: elite schools in the field of power**. Nova Iorque: Stanford University Press, 1998.

CAMPBELL, John Franklin. The Death Rattle of the Eastern Establishment. **New York Magazine**. Nova Iorque, p. 47-51. set. 1971.

CLINTON, Hillary. Foreign Policy Address at the Council on Foreign Relations. 2009. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2009a/july/126071.htm>. Acesso em: 04 abr. 2022.

COHEN, Eliot A. America's Long Goodbye The Real Crisis of the Trump Era. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 98, no.1, 2019, pp. 138–146. Acessado: 04 Abr.

2022.

COHEN, Eliot A. Trump's Lucky Year: Why the Chaos Can't Last. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 97, no. 2, 2018, pp. 2–9. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44822075>. Acessado: 04 Abr. 2022.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **Foreign Affairs Again Ranked Most Influential of All Media by U.S. Opinion-Leader Study**. 2006. Disponível em: <https://www.cfr.org/news-releases/foreign-affairs-again-ranked-most-influential-all-media-us-opinion-leader-study>. Acesso em: 3 mar. 2021.

DIAMOND, Larry. Democracy in Decline: How Washington Can Reverse the Tide. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 95, no. 4, 2016, pp. 151–59. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43946941>. Acessado: 04 Abr. 2022.

DREZNER, Daniel W. Rebooting Republican Foreign Policy: Needed: Less Fox, More Foxes. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 92, no. 1, 2013, pp. 143–52. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41721011>. Acessado: 04 Abr. 2022.

DREZNER, Daniel W. This Time Is Different Why U.S. Foreign Policy Will Never Recover. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 98, no.3, 2019, pp. 138–146. Acessado: 04 Abr. 2022.

DOMHOFF, G. William. Alternative Theoretical Views. 2005. Disponível em: https://whorulesamerica.ucsc.edu/theory/alternative_theories.html. Acesso em: 25 maio 2021.

DOMHOFF, William G. **The Higher Circles: the governing class in America**. Nova Iorque: Vintage Books Edition, 1971.

DOMHOFF, G. William. **WHO RULES AMERICA?: the triumph of the corporate rich**. Nova Iorque: McGraw-Hill Education, 2014.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Política & Sociedade**, [S.L.], v. 17, n. 40, p. 43-64, 29 mar. 2019. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p43>.

FRUM, David. Crashing the Party: Why the GOP Must Modernize to Win. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 93, no. 5, 2014, pp. 37–46. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24483301>. Acessado: 04 Abr. 2022.

FUKUYAMA, Francis. America in Decay: The Sources of Political Dysfunction. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 93, no. 5, 2014, pp. 5–26. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24483299>. Acessado: 04 Abr. 2022.

FUKUYAMA, Francis. American Political Decay or Renewal? The Meaning of the 2016 Election. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 95, no. 4, 2016, pp. 58–68. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43946933>. Acessado: 04 Abr. 2022.

FUKUYAMA, Francis. Against Identity Politics: The New Tribalism and the Crisis of Democracy. **Foreign Affairs**, vol. 97, no. 5, 2018, pp. 90–114. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44823914>. Accessed 16 May 2022.

GAVRILIS, George. **THE COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS: a short history**. Nova Iorque: Council On Foreign Relations, 2021.

GERSHMAN, Carl. The Rise & Fall of the New Foreign-Policy Establishment. 1980. Disponível em: <https://www.commentarymagazine.com/articles/carl-gershman-2/the-rise-fall-of-the-new-foreign-policy-establishment/>. Acesso em: 20 maio 2021.

GRAAFF, Nana de; VAN APELDOORN, Bastiaan. The transnationalist US foreign-policy elite in exile? A comparative network analysis of the Trump administration. **Global Networks**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 238-264, 12 nov. 2019. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/glob.12265>.

GROSE, Peter. **Continuing the Inquiry: the council on foreign relations from 1921 to 1996**. Nova Iorque: Council On Foreign Relations, 1996.

GOLDGEIER, James e SAUNDEERS, Elizabeth N. The Unconstrained Presidency: Checks and Balances Eroded Long Before Trump. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 97, no. 5, 2018, pp. 144–56. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44823917>. Acessado: 04 Abr. 2022.

GORDON, Philip. A Vision of Trump at War: How the President Could Stumble Into Conflict. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 96, no. 3, 2017, pp. 10–19. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44823726>. Acessado: 04 Abr. 2022.

HAASS, Richard. How a World Order Ends: And What Comes in Its Wake . **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 98, no. 1, 2019, pp. 22–30. Acessado: 04 Abr. 2022.

HAASS, Richard. **Muammar al-Qaddafi at the council on foreign relations**. 2009. Disponível em: <https://www.cfr.org/event/muammar-al-qaddafi>. Acesso em: 01 mar. 2022.

HAASS, Richard. Present at the Disruption. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 99, no.5, 2020, pp. 24–35. Acessado: 04 Abr. 2022.

HAASS, Richard N. The Unraveling: How to Respond to a Disordered World. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 93, no. 6, 2014, pp. 70–79. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24483922>. Acessado: 04 Abr. 2022.

HAASS, Richard. THINK TANKS AND U.S. FOREIGN POLICY: A POLICY-MAKER'S PERSPECTIVE. **U.s. Foreign Policy Agenda: AN ELECTRONIC JOURNAL OF THE U.S. DEPARTMENT OF STATE**, [S.L.], v. 3, n. 7, p. 5-8, nov. 2002.

HAASS, Richard. World Order 2.0: The Case for Sovereign Obligation. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 96, no. 1, 2017, pp. 2–9. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44823224>. Acessado: 04 Abr. 2022.

HACKER, Jacob S. and PIERSON, Paul. Making America Great Again: The Case for the Mixed Economy. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 95, no. 3, 2016, pp. 69–90. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43946859>. Acessado: 04 Abr. 2022.

HAUCK, Juliana Cristina Rosa. Entre campos de poder: think tanks e opinião pública. 2019. 219 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

HAUCK, Juliana Cristina Rosa. What are 'Think Tanks'? Revisiting the Dilemma of the Definition. **Brazilian Political Science Review**, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 1-30, 27 jul. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1981-3821201700020006>.

HIGGOTT, Richard; STONE, Diane. The limits of influence: foreign policy think tanks in Britain and the USA. **Review Of International Studies**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 15-34, jan. 1994. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0260210500117760>.

HIRSH, Michael. The Clinton Legacy: How Will History Judge the Soft-Power Secretary of State? **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 92, no. 3, 2013, pp. 82–91. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23526838>. Acessado: 04 Abr. 2022.

HYDER, Shama. The Rise Of The Modern-Day Think Tank, And What It Means For You. 2015. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/shamahyder/2015/06/04/the-rise-of-the-modern-day-think-tank-and-what-it-means-for-you/?sh=2f646e6d3e26ma>. Acesso em: 14 abr. 2021.

HOOPER, Mira Rapp e LISSNER, Rebeca Friedman. The Open World: What America Can Achieve After Trump. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 98, no.3, 2019, pp. 18–26. Acessado: 04 Abr. 2022.

IKENBERRY, G. John. **Liberal Leviathan**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

IKENBERRY, G. John. The Plot Against American Foreign Policy: Can the Liberal Order Survive? **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 96, no. 3, 2017, pp. 2–9. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44823725>. Acessado: 04 Abr. 2022.

IKENBERRY, G. John. The end of liberal international order? **International Affairs**, [s.l.], v. 94, n. 1, p. 7-23, 1 jan. 2018. Oxford University Press (OUP).

IKENBERRY, G. John. The Illusion of Geopolitics: The Enduring Power of the Liberal Order. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 93, no. 3, 2014, pp. 80–90. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24483408>. Acessado: 04 Abr. 2022.

IRWIN, Douglas A. The Truth About Trade: What Critics Get Wrong About the Global Economy. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 95, no. 4, 2016, pp. 84–95. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43946935>. Acessado: 04 Abr. 2022.

INGLEHART, Ronald. The Age of Insecurity: Can Democracy Save Itself? **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 97, no. 3, 2018, pp. 20–28. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44822141>. Acessado: 04 Abr. 2022.

KAGAN, Robert. End of Dreams Return of History. In: LEFFLER, Melvin P.; LEGRO, Jeffrey W.. **To Lead The World: American Hegemony After the Bush Doctrine**. Nova Iorque Oxford University Press, 2008. p. 36-59.

KAYE, David. Stealth Multilateralism: U.S. Foreign Policy Without Treaties—or the Senate. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, Nova Iorque, vol. 92, no. 5, 2013, pp. 113–24. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23527521>. Acessado: 04 Abr. 2022.

KAZIN, Michael. Trump and American Populism: Old Whine, New Bottles. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 95, no. 6, 2016, pp. 17–24. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43948377>. Acessado: 04 Abr. 2022.

KEOHANE, Robert O. Hegemony and After: Knowns and Unknowns in the Debate Over Decline. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 91, no. 4, pp. 114–18, Julho/Agosto, 2012. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23218044>. Acessado: 04 Abr. 2022.

KEOHANE, Robert O. e COLGAN, Jeff D., The Liberal Order Is Rigged: Fix It Now or Watch It Wither. **Foreign Affairs**, Nova Iorque vol. 96, no. 3, 2017, pp. 36–44. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44823729>. Acessado: 04 Abr. 2022.

KRAFT, Joseph. SCHOOL FOR STATESMEN. **Harpers**. Nova Iorque, p. 64-68. jul. 1958.

KRAFT, Joseph. **Profiles in power: a washington insight**. Nova Iorque: New American Library, 1966.

LEFFLER, Melvyn P. Defense on a Diet: How Budget Crises Have Improved U.S. Strategy. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 92, no. 6, 2013, pp. 65–76. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23527013>. Acessado: 04 Abr. 2022.

LEVGOLD, Robert. Managing the New Cold War: What Moscow and Washington Can Learn From the Last One. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 93, no. 4, 2014, pp. 74–84. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24483560>. Acessado: 04 Abr. 2022.

LEW, Jacob J. America and the Global Economy: The Case for U.S. Leadership. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 95, no. 3, 2016, pp. 56–68. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43946858>. Acessado: 04 Abr. 2022.

LINO, Flávio Henrique Saraiva. A **NOVA ALIANÇA DE ABRAÃO**: elementos estratégicos do apoio dos Estados Unidos a Israel na revista "foreign affairs" (1945-1975). 2017. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MANN, James. **The Adults in the Room**. 2017. Disponível em: <https://www.nybooks.com/articles/2017/10/26/trump-adult-supervision/>. Acesso em: 2 mar. 2022.

MASTRO, Oriana Skylar. The Stealth Superpower: How China Hid Its Global Ambitions . **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 98, no. 1, 2019, pp. 31–39. Acessado: 04 Abr. 2022.

MCGANN, J.; JOHNSON, E.. (2005) **Comparative think tanks, politics and public policy**. Edward Elgar, Cheltenham, 2005.

MCGANN, James G. **Think Tanks and Policy Advice in the United States: academics, advisors and advocates**. Nova Iorque: Routledge, 2007.

MCGANN, James G.. THINK TANKS AND THE TRANSNATIONALIZATION OF FOREIGN POLICY. **U.s. Foreign Policy Agenda: AN ELECTRONIC JOURNAL OF THE U.S. DEPARTMENT OF STATE**, [S.L], v. 3, n. 7, p. 13-18, nov. 2002.

MCGANN, James G. 2019 Global Go To Think Tank Index Report. Pennsylvania: TTSCP, 2020.

MCGANN, James G. (1994) **The Competition for Dollars, Scholars and Influence in the Public Policy Research Industry**. University Press of America, 1994.

MCKEON, Brian e TESS Caroline. How Congress Can Take Back Foreign Policy A Playbook for Capitol Hill . **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 98, no. 1, 2018, pp. 76–86. Acessado: 04 Abr. 2022.

MEAD, Walter Russell. The Big Shift: How American Democracy Fails Its Way to Success. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 97, no. 3, 2018, pp. 10–19. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44822140>. Acessado: 04 Abr. 2022.

MEAD, Walter Russell. The Return of Geopolitics: The Revenge of the Revisionist Powers. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 93, no. 3, 2014, pp. 69–79. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24483407>. Acessado: 04 Abr. 2022.

MEAD, Walter Russell. The Jacksonian Revolt: American Populism and the Liberal Order. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 96, no. 2, 2017, pp. 2–7. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44821699>. Acessado: 04 Abr. 2022.

MEARSHEIMER, John J. e Stephen M. Walt. The Case for Offshore Balancing: A Superior U.S. Grand Strategy. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 95, no. 4, 2016, pp. 70–83. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43946934>. Acessado: 04 Abr. 2022.

MEARSHEIMER, John J.. Bound to Fail: the rise and fall of the liberal international order. : The Rise and Fall of the Liberal International Order. **International Security**, [s.l.], v. 43, n. 4, p. 7-50, abr. 2019. MIT Press - Journals.

MEDVETZ, Thomas Matthew (2008), Think tanks as an emergent field. The Social Science Research Council. Disponível em: http://ssrc-cdn1.s3.amazonaws.com/crmuploads/new_publication_3/%7BA2A2BA10-B135-DE11-AFAC-001CC477EC70%7D.pdf. Acessado em Abril 2021.

MEDVETZ, T. **Think tanks in America**. Chicago; London: The University Of Chicago Press, Cop, 2012.

MICKEY, Robert, et al. Is America Still Safe for Democracy? Why the United States Is in Danger of Backsliding. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 96, no. 3, 2017, pp. 20–29. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44823727>. Acessado: 04 Abr. 2022.

MILLS, Charles Wirght. **The Power Elite**. Oxford: Oxford University Press, 1956.

MISHRA, Pankaj. The Globalization of Rage: Why Today's Extremism Looks Familiar. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 95, no. 6, 2016, pp. 46–54. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43948381>. Acessado: 04 Abr. 2022.

MOUNK, Yascha, and Roberto Stefan Foa. The End of the Democratic Century: Autocracy's Global Ascendance. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 97, no. 3, 2018, pp. 29–36. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44822142>. Acessado: 04 Abr. 2022.

MOUNK, Yascha. Pitchfork Politics: The Populist Threat to Liberal Democracy. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 93, no. 5, 2014, pp. 27–36. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24483300>. Acessado: 04 Abr. 2022.

MUNTER, Cameron. Diplomacy Disrupted: Foreign Policy in a Decentralized World. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 95, no. 2, 2016, pp. 156–61. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43948189>. Acessado: 04 Abr. 2022.

NYE, Joseph S. Will the Liberal Order Survive? The History of an Idea. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 96, no. 1, 2017, pp. 10–16. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44823225>. Acessado: 04 Abr. 2022.

NIBLETT, Robin. Liberalism in Retreat: The Demise of a Dream. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 96, no. 1, 2017, pp. 17–24. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44823226>. Acessado: 04 Abr. 2022.

NICHOLS, Tom. How America Lost Faith in Expertise: And Why That's a Giant Problem. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 96, no. 2, 2017, pp. 60–73. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44821707>. Acessado: 04 Abr. 2022.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

PARMAR, Inderjeet. The Legitimacy Crisis of the U.S. Elite and the Rise of Donald Trump. **Insight Turkey**, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 9-22, 1 jul. 2017. Insight Turkey/SETA Vakfi. <http://dx.doi.org/10.25253/99.2017193.01>.

PARMAR, Inderjeet. **Think Tanks and Power in Foreign Policy**: a comparative study of the role and influence of the council on foreign relations and the royal institute of international affairs, 1939-1945. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2004.

PAUTZ, Hartwig. Revisiting the think-tank phenomenon. **Public Policy And Administration**, [S.L.], v. 26, n. 4, p. 419-435, 5 ago. 2011. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0952076710378328>.

PESCHEK, Joseph G. **Policy-Planning Organizations**: elite agendas and america's rightward turn. Filadelfia: Temple University Press, 1987.

POSEN, Adam S. The Post-American World Economy: Globalization in the Trump Era. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 97, no. 2, 2018, pp. 28–38. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44822078>. Acessado: 04 Abr. 2022.

POSEN, Barry R. Pull Back: The Case for a Less Activist Foreign Policy. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 92, no. 1, 2013, pp. 116–28. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41721009>. Acessado: 04 Abr. 2022.

POSEN, Barry R. The Rise of Illiberal Hegemony: Trump's Surprising Grand Strategy. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 97, no. 2, 2018, pp. 20–27. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44822077>. Acessado: 04 Abr. 2022.

REDDY, Rohit. Foreign Affairs Ranked Most Influential of All Media by U.S. Opinion Leaders. 2004. Disponível em: <https://www.cfr.org/news-releases/foreign-affairs-ranked-most-influential-all-media-us-opinion-leaders>. Acesso em: 12 maio 2020.

RICH, Andrew (2004), **Think tanks, public policies and politics of expertise**. Cambridge: Cambridge University Press. 272 pp.

ROSE, Gideon. [Introduction]. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 95, no. 6, 2016, p. 1. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43948374>. Acessado: 04 Abr. 2022.

ROSE, Gideon. The Fourth Founding: The United States and the Liberal Order . **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 98, no. 1, 2019, pp. 10–22. Acessado: 04 Abr. 2022.

ROSE, Gideon. What Obama Gets Right: Keep Calm and Carry the Liberal Order On. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 94, no. 5, 2015, pp. 2–12. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24483732>. Acessado: 04 Abr. 2022.

SALOMA, John s. **Ominous Politics**: the new conservative labyrinth. Nova Iorque: Editora Hill & Wang Pub, 1984.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCHULZINGER, Robert D. **THE WISE MEN OF FOREIGN AFFAIRS**: the history of the council on foreign relation. Nova Iorque: Columbia University Press, 1984.

SCHULZINGER, Robert D.. Whatever Happened to the Council on Foreign Relations? **Diplomatic History**, [S.L.], v. 5, n. 4, p. 277-290, out. 1981. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-7709.1981.tb00784.x>.

SHOUP, Laurence H.. **WALL STREET'S THINK TANK: the council on foreign relations and the empire of neoliberal geopolitics, 1976-2014**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2015.

SHOUP, Laurence H.; MINTER, William. **Imperial brain trust: the council on foreign relations and united states foreign policy**. Londres: Monthly Review Press, 1977.

SMITH, James Allen. **The Idea Brokers: think tanks and the rise of the new policy elite**. Nova Iorque: The Free Press, 1991.

STEPHENS, Bret. Getting the GOP's Groove Back: How to Bridge the Republican Foreign Policy Divide. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 92, no. 2, 2013, pp. 130–40. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23527462>. Acessado: 04 Abr. 2022.

STEPHENS, Bret. What Obama Gets Wrong: No Retreat, No Surrender. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 94, no. 5, 2015, pp. 13–16. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24483733>. Acessado: 04 Abr. 2022.

STONE, D. (1996) **Capturing the Political Imagination**. Think tanks and the Policy Process. London: Frank Cass.

STONE, Diane. RECYCLING BINS, GARBAGE CANS OR THINK TANKS? THREE MYTHS REGARDING POLICY ANALYSIS INSTITUTES. **Public Administration**, [S.L.], v. 85, n. 2, p. 259-278, jun. 2007. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9299.2007.00649.x>.

SULLIVAN, Jake. The World After Trump: How the System Can Endure. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 97, no. 2, 2018, pp. 10–19. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44822076>. Acessado: 04 Abr. 2022.

TEIXEIRA, Tatiana. Think tanks e neocons norte-americanos no governo Bush: a arte de pensar o impossível no pós 11 de setembro. 2006. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal Fluminense (Uff), Niterói, 2006.

TRUMP, Donald. Inauguration speech. 2017. Disponível em: <https://www.politico.com/story/2017/01/full-text-donald-trump-inauguration-speech-transcript-233907>. Acesso em: 10 out. 2021.

VAN APELDOORN, Bastiaan; GRAAFF, Naná de. **American Grand Strategy and Corporate Elite Networks**. Nova Iorque: Routledge, 2016.

VITALIS, Robert. Birth of a Discipline. In: LONG, David; SCHMIDT, Brian C. (org.). **Imperialism and Internationalism in the Discipline of International Relations**. Nova Iorque: Suny Press, 2006. Cap. 7, p. 161.

WACQUANT, Loïc J.D.. From Ruling Class to Field of Power: an interview with pierre bourdieu on la noblesse d'état. **Theory, Culture & Society**, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 19-44, ago. 1993. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/026327693010003002>.

WALA, Michael. **The Council on Foreign Relations and American Foreign Policy in the Early Cold War**. Nova Iorque: Berghahn Books, 1994.

WEB OF SCIENCE GROUP. Journal Citations Report 2018: Journals Ranked by Impact: International Relations. 2018. Disponível em: <https://error.incites.clarivate.com/error/Error?DestApp=IC2JCR&Error=IPError&Params=DestApp%3DIC2JCR&RouterURL=https%3A%2F%2Flogin.incites.clarivate.com%2F&Domain=.clarivate.com&Src=IP&Alias=IC2>. Acesso em: 14 maio 2020

WEAVER, Kent. The Changing World of Think Tanks. **Ps: Political Science and Politics**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 563, set. 1989. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/419623>.

WEAVER, Kent; MCGANN, James. **Think Tanks & Civil Societies**. Nova Iorque: Routledge, 2000.

WILLIAMS, Cindy. Accepting Austerity: The Right Way to Cut Defense. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 92, no. 6, 2013, pp. 54–64. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23527012>. Acessado: 04 Abr. 2022.

XUETONG, Yan. The Age of Uneasy Peace: Chinese Power in a Divided World. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 98, no. 1, 2019, pp. 40–49. Acessado: 04 Abr. 2022.

ZAKARIA, Fareed. Can America Be Fixed? The New Crisis of Democracy. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 92, no. 1, 2013, pp. 22–33. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41721001>. Acessado: 04 Abr. 2022.

ZAKARIA, Fareed. Populism on the March: Why the West Is in Trouble. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 95, no. 6, 2016, pp. 9–15. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43948376>. Acessado: 04 Abr. 2022